



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 177, TERÇA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 218^a SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	9
1.2.2 – Convocação de sessão	
Convocação de sessão conjunta do Congresso Nacional para 20 de novembro de 2019, às 14 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.	9
1.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão especial amanhã, às 10 horas, destinada a homenagear a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), nos termos do Requerimento nº 917/2019, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores.	9
1.2.4 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Leitura de artigo do jornalista Elio Gaspari intitulado "Tomar dinheiro de desempregado é covardia" sobre a proposta do Governo Federal de taxar o valor do seguro-desemprego em 7,5% para financiar programa de estímulo ao emprego.	9
Senador Jorge Kajuru – Críticas à postura do Ministro da Educação, Abraham Weintraub, ao repelir comentários de seguidores em redes sociais.	10
1.2.5 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 9 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar a Semana Global de Empreendedorismo.	15



1.2.6 – Oradores (continuação)

Senador Alvaro Dias – Expectativa com o julgamento pelo STF da suspensão das investigações que utilizaram dados do antigo Coaf. Relato de experiência pessoal de cooperação com o antigo Coaf durante a investigação de irregularidade em sorteios das loterias federais administradas pela Caixa Econômica, no ano de 2005. Apelo ao Presidente do Senado para que coloque na Ordem do Dia, desta terça, o projeto, de autoria de S. Exa., que evita que expedientes protelatórios levem à prescrição de ações. Comentário sobre a importância do Parlamento votar PEC que regulamenta a prisão em segunda instância. Pedido para que a Câmara dos Deputados vote o projeto que acaba com a prerrogativa de foro de autoridades públicas.

15

Senador Telmário Mota – Defesa da integração latino-americana como uma política de Estado, de natureza permanente. Críticas à conduta do Chanceler brasileiro Ernesto Araújo com relação ao Mercosul e aos países da América Latina e destaque à repercussão negativa dessa atuação no Estado de Roraima. Relato sobre a Guerra das Malvinas. Clamor para que o Presidente Jair Bolsonaro cumpra as promessas de campanha com relação ao Estado de Roraima.

19

Senador Rogério Carvalho – Publicidade de protocolo de dois requerimentos, de autoria de S. Exa., o primeiro, de convocação do Ministro das Relações Exteriores; e o segundo, de convite à Sra. Maria Teresa Belandria, reconhecida como a Embaixadora do autoproclamado Presidente da Venezuela, Juan Guaidó. Preocupação com as consequências da concentração de riqueza no País devido à PEC da emergência fiscal somada à Emenda Constitucional nº 95, à reforma da previdência e à reforma trabalhista.

23

Senador Paulo Paim – Desaprovação das propostas contidas na Medida Provisória nº 905/2019, enviada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional.

27

Senador Chico Rodrigues – Registro de solicitações junto ao Governo Federal pertinentes ao Estado de Roraima: criação de um campo único de refugiados venezuelanos; solução para o abastecimento de energia elétrica; liberação para trânsito de pessoas em comunidade de indígenas da etnia waimiri atroari; resolução das apreensões de contêineres de madeiras para a exportação; participação de parlamentares em reunião sobre o fechamento da BR-174; repasse das terras da União para o Estado para dirimir a questão fundiária; explicações sobre operações do Ibama; e a busca de um maior relacionamento com a República Cooperativa da Guiana.

32

Senador Eduardo Girão – Manifestação favorável ao restabelecimento da prisão em segunda instância. Reflexão sobre a importância de abrandar a polarização política no País. Expectativa pela abertura dos processos de impeachment de ministros do STF. Leitura do texto “Futuro e nós”, de autoria de Emmanuel, mentor espiritual de Chico Xavier.

36

Senador Paulo Rocha – Consideração sobre a importância da busca de soluções para o desenvolvimento autossustentável da Região Amazônica. Registro sobre a participação de S. Exa. em reunião com o objetivo de criar a hidrovia Pedral do Lourenço entre a cidade de Marabá e o Porto de Belém, no Estado do Pará, para escoar minérios para a exportação.

39

1.3 – ENCERRAMENTO

41

2 – ATA DA 219^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 18 DE NOVEMBRO DE 2019

2.1 – ABERTURA

43

2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a celebrar os 110 anos do Ensino Técnico e Profissionalizante no Brasil, nos termos do Requerimento nº 573/2019, do Senador Paulo Paim e outros Senadores.

43



2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	44
2.2.2 – Oradores	
Sr. Jerônimo Rodrigues da Silva, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF)	44
2.2.3 – Exibição de vídeos institucionais	46
2.2.4 – Oradores (continuação)	
Sr. Luís Tadeu Prudente Santos, Diretor de Inovação e Conhecimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)	47
2.2.5 – Exibição de vídeo institucional	48
2.2.6 – Oradores (continuação)	
Sra. Mônica Messenberg Guimarães, Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI)	48
Sr. Gustavo Leal, Diretor de Operações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Brasília - DF	50
Sr. Renato Nobile, Representante do Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). Superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP)	52
Sra. Nicole Goulart, Diretora-Executiva Nacional do Serviço Social do Transporte (SEST) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT)	53
Sr. Antônio Henrique Borges Paula, Assessor de Relações Institucionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	55
Sr. Tomás Dias Sant'Anna, Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional do Ministério da Educação	57
Senador Paulo Paim	58
2.3 – ENCERRAMENTO	62

PARTE II

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 218^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Comunicação

Do Senador Acir Gurgarcz, de manutenção de novo escritório de apoio de S. Exa. (Memorando nº 48/2019)	64
--	----

3.1.2 – Encaminhamento de matéria

Encaminhamento da Mensagem nº 573/2019, que encaminha o Relatório de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) referente ao exercício de 2018, à Comissão de Serviços de Infraestrutura.	66
---	----



3.1.3 – Matérias recebidas da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 102/2019, que altera o art. 39 da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para restringir o agravo nele previsto a matéria penal ou processual penal.	68
Projeto de Lei nº 256/2019, que reconhece as escolas de samba como manifestação da cultura nacional.	72
Projeto de Lei nº 943/2019, que reconhece as festas juninas como manifestação da cultura nacional.	75
Projeto de Lei nº 1678/2019, que acrescenta dispositivos à Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para aprimorar a técnica de investigação da ação controlada.	78
Projeto de Lei nº 2721/2019, que institui o Biênio da Primeira Infância do Brasil no período de 2020-2021.	82
Projeto de Lei nº 5978/2019 (nº 3819/2012, na Câmara dos Deputados), que confere ao Município de Soledade, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional das Pedras Preciosas.	86
Projeto de Lei nº 5979/2019 (nº 6974/2013, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura.	89
Projeto de Lei nº 5980/2019 (nº 5510/2016, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para prever como questão de relevância nacional a candidatura do Brasil para sediar eventos desportivos de grande porte e caráter internacional, cuja realização implique expressivo gasto de recursos públicos, nos termos do regulamento.	93
Projeto de Lei nº 5982/2019 (nº 8794/2017, na Câmara dos Deputados), que institui o dia 19 de dezembro como o Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia.	98
Projeto de Lei nº 5983/2019 (nº 1549/2003, na Câmara dos Deputados), que regulamenta o exercício profissional de acupuntura.	101
Projeto de Lei nº 5984/2019 (nº 5114/2016, na Câmara dos Deputados), que institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry.	106
Projeto de Lei nº 5985/2019 (nº 8789/2017, na Câmara dos Deputados), que institui o dia 15 de setembro como o Dia Nacional do Cliente.	109
Projeto de Lei nº 5986/2019 (nº 5430/2013, na Câmara dos Deputados), que institui a Semana de Conscientização, Prevenção e Combate às Verminoses.	113
Projeto de Lei nº 5987/2019 (nº 3665/2015, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre margem de tolerância nas infrações por excesso de velocidade.	117
Projeto de Lei nº 5988/2019 (nº 3908/2015, na Câmara dos Deputados), que institui o Dia Nacional do Plantio Direto.	121
Projeto de Lei nº 5989/2019 (nº 8377/2017, na Câmara dos Deputados), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre comprovação de infração.	124
Projeto de Lei nº 5990/2019 (nº 10671/2018, na Câmara dos Deputados), que confere o título de Capital Nacional da Pós-Colheita de Grãos ao Município de Panambi, no Estado do Rio Grande do Sul.	128
Projeto de Lei nº 5991/2019 (nº 7789/2017, na Câmara dos Deputados), que institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão.	131



3.1.4 – Requerimentos

Nº 1.024/2019, do Senador Antonio Anastasia, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar das Reuniões das Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana (EUROLAT), na Cidade do Panamá, Panamá.	142
Nº 1.025/2019, do Senador Rodrigo Cunha, de autorização para desempenho de missão, a fim de participar das reuniões das Comissões Permanentes e da LXIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.	145

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	148
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	151
6 – LIDERANÇAS	152
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	154
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	159
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	162
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	201



Ata da 218^a Sessão, Não Deliberativa,
em 18 de novembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas, Alvaro Dias, Jorge Kajuru, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Mecias de Jesus e Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 16 horas e 36 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Sessão não deliberativa.

Há oradores inscritos, mas, antes de chamar o primeiro orador, quero fazer aqui alguns comunicados.

A Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Parlamentares que está convocada sessão do Congresso Nacional para quarta-feira, dia 20 de novembro de 2019, às 14h, no Plenário da Câmara dos Deputados, destinada à deliberação dos Votos nºs 34 a 38, de 2019, e dos Projetos de Lei do Congresso Nacional nºs 48, 46, 42, 50, 25, 26, 35, 37, 44, 47, 33, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 39, 40, 43, 10 e 15, de 2019.

A Presidência lembra às Sras. e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocando para uma sessão especial a realizar-se amanhã, terça-feira, às 10h, destinada a homenagear a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), nos termos do Requerimento nº 917, de 2019, do Senador Eduardo Braga e de outros Senadores.

Há oradores inscritos, e o primeiro orador inscrito é o Senador Jorge Kajuru.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, como eu tenho aquela audiência pública em seguida, eu pedi ao Senador Kajuru se eu posso usar cinco minutos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – O.k., com a palavra V. Exa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para comunicação inadiável.) – Seria pela ordem ou como orador inscrito nas comunicações inadiáveis.

Sr. Presidente, eu quero fazer um registro do artigo do jornalista Elio Gaspari.

Elio Gaspari é um jornalista conceituado, reconhecido no Brasil e no mundo.

Diz ele: "Tomar dinheiro do desempregado é covardia". O que é que diz Elio Gaspari?

Tinha razão o poeta Augusto dos Anjos, “a mão que afaga é a mesma que apedreja”, mas Paulo Guedes afaga para cima e apedreja para baixo.

O doutor Paulo Guedes [segundo ele] garantiu a sua presença nos anais da ciência econômica: propôs a taxação dos desempregados para financiar um programa de estímulo ao emprego. Não se conhece iniciativa igual no mundo [diz ele, em todos os séculos, ou seja], nos séculos afora.

Pela proposta da equipe econômica, os brasileiros que recebem o seguro-desemprego, que vai de R\$998 a R\$1.735, pagarão de R\$75 a R\$130 como contribuição [...] [para a previdência]. O sujeito perdeu o emprego, não tem outra renda, perde o benefício, que dura até cinco meses, e querem mordê-lo em 7,5% do que é pouco mais que uma esmola.

Se isso fosse pouco, no mesmo pacote a equipe econômica desonerou os empregadores que aderirem ao programa do pagamento de sua cota previdenciária de 20%.



Então, o empregador deixará de pagar, nesse sistema verde e amarelo, 20% sobre a folha, e o desempregado vai ser taxado em 7,5%.

Ele encerra dizendo:

Tinha razão o poeta Augusto dos Anjos, “a mão que afaga é a mesma que apedreja”, mas o doutor Paulo Guedes afaga para cima e apedreja para baixo.

Tomar dinheiro dos miseráveis era coisa comum, [mas] no tempo da escravidão. Em 1734, para combater “a ociosidade dos negros forros e dos vadios em geral” a Coroa cobrava quatro oitavas de ouro a cada bípede livre que vivia na região das minas. Em 1835 a Assembleia da Bahia tomava dez mil réis de todos os negros libertos nascidos na África. Esse imposto rendia um bom dinheiro, algo como [semelhança pode ser] 7,6% do orçamento da província. [Aqui estão descontando 7,5% do desempregado.] Eram tungas de outra época.

No século XXI, a equipe econômica de Guedes quer arrecadar R\$11 bilhões em cinco anos com argumentos mais refinados e cosmopolitas. Como o programa de estímulo ao emprego [e aí ele bota entre parênteses] (e à propaganda oficial) gera despesa, deve-se indicar uma fonte de receita para custear a. Sob o céu de anil deste grande Brasil, os doutores miraram no bolso dos desempregados que conseguem acesso ao seguro-desemprego, um benefício restrito aos trabalhadores do mercado formal. Em julho, 11,7 milhões de pessoas trabalhavam sem carteira assinada.

O argumento dos doutores pode ser uma girafa social, mas parece matematicamente [para eles] correto.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

É intelectualmente desonesto porque o programa de estímulo ao emprego dos jovens durará só até 2022, enquanto a tunga do seguro dos desempregados ficará para sempre.

[...]

Artigo do jornalista Elio Gaspari, que foi publicado neste fim de semana sob o título "Tomar dinheiro de desempregado é covardia".

Obrigado, Senador Kajuru.

Obrigado, Senador Izalci.

Está feito o registro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Senador Paim, estou esperando o Senador Alvaro chegar – parece que já está chegando – para assumir a Presidência, e vamos juntos abrir a audiência pública.

Passo a palavra, então, ao nosso Senador Jorge Kajuru e peço também ao Senador Alvaro que assuma a Presidência.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO. Para discursar.) – Senador Paim, apenas por uma questão de justiça, e nós somos justos – e aqui chega e bate em minhas costas, carinhosamente, o Senador Alvaro todos os Dias –, eu fui o primeiro Senador desta Casa, na última terça-feira, a tratar desse assunto de forma dura, de forma independente. Depois de mim, inclusive me citando, usou a palavra o Senador Randolfe e depois o Senador Tasso Jereissati, quando o senhor estava aqui inclusive num bom debate com ele. Então,



o senhor deve se lembrar, porque, para mim, foi muito triste. Eu cheguei a comparar aquele momento como um momento de um descalabro, descalabro! E coloquei até um pouco da literatura no texto, lamentando o erro grave do Ministério da Economia, porque aquele erro quis fazer inveja na verdade a Samuel Beckett, o escritor irlandês que, no século passado, criou o teatro do absurdo, tamanho o absurdo do que aconteceu.

Portanto, acompanho as suas palavras, mas depois o senhor tomará conhecimento do meu pronunciamento.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO)

– Saindo da economia para a educação, nós tivemos também um exemplo triste, fúnebre do Ministro da Educação na última sexta-feira.

Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Eu aproveito para cumprimentar V. Exa. Eu estava dando uma entrevista aqui do lado sobre esse assunto. Claro que a minha linha de condução eram os 20%, porque o empregador não pagará mais sobre a folha.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO)

– Claro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – E, quando eu cheguei ao Plenário, eu estava vendo o Senador Randolfe falar, e ele explorou esse assunto.

Fico sabendo, posteriormente, que V. Exa. foi o primeiro a falar, a quem eu teço aqui as minhas homenagens, porque de fato é muito cruel. Você retira do empregador – e essa foi a minha fala naquele dia com o Senador Tasso Jereissati –, o empregador não paga mais 20% sobre a folha e diz que o empregado é que vai pagar 7,5%, o desempregado. Eu dei esse vínculo com a questão da previdência, porque alguém deixa de pagar e alguém passa a pagar.

Então, V. Exa. está coberto de razão, o Senador Randolfe também com a razão e o Senador Tasso Jereissati também com a razão, porque de fato eu só li aqui agora esse artigo desse jornalista conceituado em todo o mundo e vinculo sempre – e ele também vincula – à questão da previdência.

É justo você dizer: "Olha, empregador, você não paga mais 20% sobre a folha, está liberado da previdência", "Olha, desempregado: você paga 7,5%"?

Então, parabéns a V. Exa. e parabéns a todos os Senadores. Esses absurdos não passarão aqui.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO)

– Claro.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – São mais de 135 mudanças na CLT. E, hoje pela manhã, eu ouvi inclusive na CBN um outro Senador dizer que, com as três PECs e ainda com as alterações que estão fazendo, por via indireta, na Constituição, são mais de 85 alterações na Constituição.

Se tudo isso é verdadeiro, eles estão fazendo uma nova constituinte e uma nova CLT.

Eu espero que o Senado não aprove.

Obrigado. Parabéns a V. Exa. e obrigado pela tolerância ainda de me garantir cinco minutos e agora mais cinco.



O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO)

– É a tradição. Mesmo o Kajuru sendo o primeiro, o senhor pede uma comunicação. E é prazeroso para mim, porque sempre me dá gancho para fazer o que nós fizemos aqui agora, essa abordagem sobre essa contradição abismal, que eu francamente não esperava.

Agora, brasileiros e brasileiras, minhas únicas Vossas Excelências, meus únicos patrões, seu empregado público, Jorge Kajuru, sobe a esta tribuna, segunda-feira, 18 de novembro de 2019, para algo que eu não sei se o Senador exemplar todos os dias, Alvaro Dias, tomou conhecimento. Creio que não; se ele tivesse tomado, ele teria reagido, como eu vou reagir aqui.

A Pátria amada precisa ter conhecimento de que para nós, especialmente aqueles independentes, como somos, que não têm o perfil de oposição por oposição, que não querem o País quanto pior, melhor, pelo contrário, que torcem pelo Brasil do Governo Bolsonaro, que só desejam o bem – e é de coração, é por Deus... Mas a gente, com essa isenção, não pode deixar que isso passe e que aqui no Congresso não haja alguém com a devida coragem para dizer a esse Ministro da Educação que chega. Tudo tem limites! Conhecedor como sou, por mais de dez anos trabalhando em redes sociais, eu sei quando você é criticado e bloqueia, bane aqueles seus seguidores e, covardemente, responde sem ele estar mais te seguindo. Olha a brutalidade! Olha a falta da educação!

Então, aproveitando este fim de ano, eu quero aqui na tribuna deixar claro que sei respeitar os bons Ministros escolhidos pelo Presidente Bolsonaro no seu primeiro ano de Governo. Aqui cito o amigo capacitado e Ministro da Saúde Mandetta, e o próprio amigo e Ministro Paulo Guedes. Mesmo com esse erro abismal de fazer lembrar o teatro do absurdo, de Beckett, o irlandês, sobre os 7,5% do desempregado, ou seja, da taxa de desemprego, as qualidades, as virtudes do Paulo Guedes são maiores à frente da economia nessa batalha que ele tem. Da mesma forma, como não qualificar um Ministro como Sergio Moro, que realiza um trabalho criterioso no combate às facções criminosas? É impossível não reconhecer nele virtudes raras. Como não louvar também a Ministra da Agricultura Tereza Cristina, intransigente na defesa da ampliação dos nossos negócios? É evidente que aqui faço questão de enaltecer e cumprimentar o trabalho desenvolvido na infraestrutura pelo Ministro Tarcísio de Freitas, um incansável empregado público. Enfim, haveria aqui, numa lista feita de cabeça ou até por escrito, outros nomes a merecer reconhecimento.

Agora, vamos para a principal pasta de qualquer Governo deste mundo. Chama-se educação. Educação, Senador Telmário, é prioridade. O resto é perfumaria, não? Aí se coloca, depois da saída do colombiano filósofo Ricardo Vélez Rodriguez, que, pelo menos, era educado e, para mim, mais preparado do que este, o Abraham Weintraub, tanto que este que entrou no Ministério da Educação, em audiência pública com a gente aqui no Senado, foi sincero ao dizer que ele reconheceu da seguinte forma para o Presidente Bolsonaro: "Presidente, para a educação o meu nome não é o melhor. O meu irmão é melhor do que eu, Presidente, é muito mais preparado do que eu". Errou o Presidente Bolsonaro, então. E eu falei para o Presidente, na cara dele. Eu não falo nada nas costas. Falei: "Presidente, o senhor deveria ter contratado o irmão dele, porque, se ele próprio, que é irmão, reconhece que o irmão é melhor, o senhor ficou com o pior". Agora, ponha pior nisso.

Veja bem, esse Ministro da Educação Weintraub tem dado mostras de que faz jus à expressão que criei para designá-lo: o Ministro da falta de educação. No feriado da Proclamação



da República, Weintraub aprontou mais uma das suas. Olha o desrespeito com um brasileiro, que é patrão dele, simplesmente isso.

Depois de escrever no Twitter dele um *post* com comentários sobre a monarquia, o Ministro não poupou os seguidores que dele discordaram sem ofendê-lo – sem ofendê-lo. Discordaram com inteligência, inclusive, e com educação. Uma das críticas, segundo publicado no jornal *Correio Braziliense*, tinha o seguinte texto – aspas: "Se voltarmos à monarquia, certamente você será nomeado o bobo da corte" – fecho aspas. Um seguidor respondeu para o Ministro. Vejam a resposta do Ministro da Educação, gente, para um patrão dele, para um brasileiro, que sabe que, até agora, não aconteceu nada na educação. Se há um setor do Governo Bolsonaro literalmente parado, como um poste, esse segmento chama-se educação. Eu não vi nenhuma evolução. Nada. Olha o que ele respondeu para esse seguidor que discordou dele – aspas: "Uma pena, prefiro cuidar dos estábulos, pois assim ficaria mais perto da égua sarnenta e desdentada da sua mãe" – fecho aspas.

É de revoltar, não, Presidente Alvaro Dias: "ficaria mais perto da égua sarnenta e desdentada da sua mãe"?

Na liturgia do cargo de um Ministro da Educação, ele pode responder assim para um seguidor, para um brasileiro que apenas discordou dele quando ele veio falar de monarquia?

Um outro seguidor demonstrou ironia ao escrever – aspas: "Ministro, andando eu pela rua, encontrei o seu bom senso. Ele mandou lembranças e disse que está com saudades" – fecho aspas. Um seguidor inteligente, com ironia. Não há palavras ofensivas aqui. Lá vem a resposta dele, do perfil do Weintraub, Ministro da Educação – aspas: "Que bom, agora, então, continue procurando pelo seu pai".

Ah, pelo amor de Deus! Como se envolve mãe e pai para responder a um seguidor brasileiro que apenas não concordou com o Ministro da Educação?

O senhor se acha Deus, Weintraub, ou o senhor tem certeza de que é?

Por fim, para um outro seguidor que sugeriu ao Ministro cuidar da educação e parar de postar porcaria – esse seguidor errou o quê? – no Twitter o Weintraub respondeu com crítica à aparência física do seguidor. Olhem a capacidade de um Ministro da Educação! Haja estômago para suportar ler o que eu vou ler aqui. Ele deu o nome do seguidor – aspas: "Miguel, sinto em avisar, porém seu caso não resolve estudando, tem que reencarnar. Aproveita e peça para não voltar tão feio. Você parece uma mistura de tatu com cobra" – fecho aspas.

É de ficar realmente indignado, qualquer adjetivo aqui cabe quanto à revolta. É um primor de elegância. Acho que o Presidente Bolsonaro podia dar um presente de Natal aos brasileiros: demita este Sr. Weintraub e coloque em seu lugar alguém que possa estar à altura do *status* e da competência que devem ser próprios de um Ministro da Educação.

É triste, Presidente, ter que acompanhar um descalabro que ele representa no Ministério mais importante do País, que é o Ministério da Educação. Esse cidadão chulo, esse cidadão polichinelo realmente faz inveja a Samuel Beckett, o escritor irlandês que, no século passado, criou o teatro do absurdo.

O pior é que nesse teatro do absurdo nós, Presidente Álvaro todos os Dias, temos sido os palhaços, e eu não vou ser palhaço de uma pessoa sem nenhuma sensibilidade e, principalmente, sem nenhuma educação, que agride quem não concorda com ele, usando palavrões contra mãe, contra pai e até contra a aparência física da pessoa.

É o fim. É aquela expressão do interior "é o fim da picada".



Agradecidíssimo, Presidente Álvaro Dias, todos os dias. Que nós, nesta semana, tenhamos aqui paz, saúde e Deus conosco e tenhamos a certeza de que a maioria massacrante da Pátria amada só espera de nós um "sim" à prisão em segunda instância.

Quem duvidar basta consultar por pesquisas em casas, em residências, em faculdades, onde quiser, se não é uma maioria massacrante que deseja do Congresso a sua ação, que deseja do Congresso a sua vontade feita, ou seja, que saibamos ouvir a voz das ruas porque só estamos aqui por elas, e eu nunca abri mão de ouvi-las. Na eleição presidencial, ouvi, mesmo elas discordando de mim, porque não era o Davi o meu candidato; na questão da reforma da previdência, com que eu não concordei, mas o meu público concordou, eu obedeci a ele e vou continuar assim.

Na minha pesquisa atual, comandada de São Paulo, que impede robôs, impede qualquer tipo de gente votar duas vezes – enfim, é uma pesquisa bem filtrada, Presidente Álvaro todos os Dias – , está lá o resultado. Podem entrar no facebook.com/kakjurugoias.

Eu não sei se é um exagero, talvez seja. Para mim o número está muito alto, mas no momento chega a 95% dos consultados o desejo de ver este Senado aprovando, nesta quarta-feira, na CCJ e no Plenário, a prisão em segunda instância.

Pois não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR) – É a realidade, não é exagero.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO)

– Não é exagero?

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR) – Não é exagero, é a realidade.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO)

– É impressionante, porque é muito difícil uma pesquisa com 95%, nem Jesus Cristo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR. Para apartear.) – Senador Kajuru, meus cumprimentos. Linguagem direta, franca: V. Exa. é o estilo que certamente corresponde à expectativa de Goiás, o seu Estado, e de todo o Brasil, num momento polêmico, de contradições, num momento de angústia, de desesperança de muitos, mas certamente ainda reavivando as esperanças maiores do povo brasileiro de viver numa nação democrática e justa. V. Exa. tem os cumprimentos desta Presidência eventual pelo seu pronunciamento.

E convido V. Exa. para subir à Presidência, já que eu sou o próximo orador inscrito. Agradeceria se V. Exa. subisse à Presidência.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO)

– Com o maior prazer, Presidente, mas me permita rapidinho...

Eu perdi um pouco a paciência hoje, mesmo assim, eu creio que fui educado, porque eu não respondi ao Ministro da Educação como ele merecia. Por isso, eu disse que o Presidente da República daria um presente de Natal aos brasileiros se ele demitisse esse mal-educado Ministro, porque um sujeito que responde seus seguidores xingando a sua mãe, xingando o seu pai e falando da sua aparência física, que é uma mistura de tatu com cobra... Como um homem desse pode continuar Ministro da Educação?! Pelo amor de Deus!

Subirei com o maior prazer, Presidente, e a tribuna vai esperá-lo da mesma forma, com o maior prazer.

(Durante o discurso do Sr. Jorge Kajuru, o Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias.)



O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PODEMOS - PR. Fala da Presidência.) – Imagine se não fosse Ministro, não é, Senador?

Comunicado: a Presidência lembra às Sras. e aos Srs. Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se no dia 19 de novembro, amanhã, às 9h, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar a Semana Global do Empreendedorismo.

O Senador Kajuru assume a Presidência.

(O Sr. Alvaro Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Kajuru.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Na tribuna do Senado, nesta segunda-feira, sessão iniciada às 14h em ponto, como segundo orador inscrito, pelo Podemos, do Paraná, o exemplar Senador Alvaro todos os Dias, com a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR. Para discursar.) – Sr. Presidente Jorge Kajuru, Srs. Senadores presentes ou que nos ouvem neste momento, Sras. Senadoras, esta é uma semana muito importante na agenda da atividade pública brasileira. Decisões fundamentais poderão ser adotadas. E é preciso não ignorar as manifestações gigantescas de ontem nas ruas do Brasil. População indignada, mais uma vez, transportou a sua revolta para os grandes centros urbanos do Brasil para protestar contra decisões que afrontam as aspirações nacionais e que elevam o grau de indignação do povo brasileiro.

Na próxima quarta-feira, provavelmente, se não ocorrer protelação, o Supremo Tribunal Federal deve decidir no plenário a respeito de uma providência adotada pelo Presidente Toffoli, há algum tempo, impedindo que as informações encaminhadas pelo Coaf – o então Coaf, que depois foi fulminado pela Presidência da República – à Polícia Federal e ao Ministério Público, pudessem ser utilizadas em inquéritos que aprofundam investigações de crimes cometidos no País. Essa foi uma decisão monocrática que surpreendeu.

Nós conhecemos o Coaf, a legislação que o instituiu, que é de 1988, como decorrência de acordo celebrado pelo Brasil com outros países, em Viena, com o compromisso de combater a corrupção internacional. E, na esteira do surgimento do Coaf em nosso País, outros conselhos semelhantes foram criados em outras nações da América Latina. E eu quero testemunhar a competência, a lisura e a legalidade das ações desenvolvidas nos últimos anos desde então pelos técnicos do Coaf.

Recentemente, em mais uma decisão considerada estapafúrdia do Presidente do Supremo Tribunal Federal, houve o requerimento de relatório sobre movimentação financeira alcançando 600 mil pessoas físicas e jurídicas – entre cidadãos e empresas, 600 mil. Foi surpreendente, porque não há como justificar. Respondendo ao Procurador-Geral da República, o Presidente do Supremo afirmou tratar-se da maior autoridade judicial do País, mas não pode tudo! Pode ser a maior autoridade judicial do País, mas não está acima da lei, não está acima da Constituição. O arbítrio não deve ser o caminho. Afrontar direitos individuais não se confere prerrogativa nem mesmo à maior autoridade judicial do País. Os direitos individuais consagrados na Constituição do País são inalienáveis, intocáveis e devem ser respeitados por todos os brasileiros.

Repercute mal, evidentemente, aqui e no exterior. Antes, os auditores da Receita Federal já haviam comunicado ao Gafi – órgão instalado em Paris, na França, que reúne países conjugando esforços no combate ao terrorismo, ao narcotráfico e à lavagem de dinheiro –, com repercussão



negativa, o comprometimento das ações da Receita Federal, por intermédio dos seus auditores, contribuindo notavelmente para que investigações ocorram no combate à corrupção.

Ainda agora, durante a presença nesse encontro do Brics aqui, na Capital do País, membros da OCDE informaram que repercutem mal e comprometem a presença do Brasil na OCDE essas ações que envolvem o comprometimento do combate à corrupção no Brasil, como um retrocesso deplorável daqueles que querem a prevalência da impunidade, enquanto o povo brasileiro, que vai às ruas protestar, deseja a consagração de uma nova Justiça neste País.

Eu preciso testemunhar a respeito do Coaf. Participei aqui, Senador Paulo Paim, de várias Comissões Parlamentares de Inquérito, inclusive presidindo duas delas. E pudemos sempre recorrer ao Coaf, que cumpre rigorosamente a lei. O art. 15 e o art. 17-B da lei que instituiu o Coaf estabelecem que esse conselho, ao constatar movimentações financeiras atípicas, informa à Polícia Federal e ao Ministério Público para o aprofundamento das investigações. E, nesse caso, não ocorre a quebra do sigilo bancário, o que só ocorrerá se as autoridades judiciárias entenderem necessário. Vamos à experiência pessoal. Senador Kajuru, nós requeremos informações do Coaf, por exemplo, na CPI do Futebol, que eu presidi e foi da maior importância, e até na CPI da Terra, que presidi, mas, na CPI dos Correios, na CPI dos Bingos, foram sempre fundamentais as informações recolhidas do Coaf.

Agora, eu quero lembrar aqui uma experiência pessoal que vivi. Denunciava, desde 2005, a suposta irregularidade em sorteios das loterias federais administradas pela Caixa Econômica. Desde 2005, vinha denunciando. Sem resposta, requeri ao Coaf informações e as recebi. Relato agora como procede o Coaf, respeitando a legislação. Chegando isso à Mesa do Senado Federal e à Secretaria da Mesa, o Senador é convocado para receber um envelope lacrado, com uma tarja escrita "sigiloso", e um documento a ser assinado pelo Parlamentar, assumindo a responsabilidade pelo sigilo, sob pena de responsabilização. Assinei o documento aqui, junto à Mesa do Senado, abri o envelope e fiquei estarrecido: um cidadão havia ganhado mais de 600 vezes na loteria; o outro, mais de 250 vezes; um outro, mais de 100 vezes; um ganhador, no mesmo dia, foi premiado em várias loterias, em várias localidades, fazendo inveja ao João Alves.

Muitos se lembram do Deputado João Alves que foi indiciado pela CPI do Orçamento e, depois, responsabilizado criminalmente. Ele justificava a robustez da sua conta bancária aos prêmios ganhos nas loterias, como se fosse um abençoado de Deus.

Pois bem, esses alunos do João Alves superaram o mestre. E eu não poderia ficar calado. Refleti sobre as consequências, mas concluí que eu não poderia ser um baú a esconder crimes. Vim para esta tribuna – exatamente esta tribuna – e denunciei, vazando, portanto, as informações fornecidas pelo Coaf.

Senador Telmário, a Polícia Federal instaurou inquérito para apurar eventual lavagem de dinheiro, porque a suposição seria lavagem de dinheiro, um conluio: alguém da Caixa em conluio com alguém da lotérica e o malandro corrupto que comprava o bilhete premiado. Por isso, comprava muitos bilhetes premiados. Não importava o valor – poderia ser valor menor –, não era necessário ser o primeiro prêmio, ao contrário, e, por isso, a quantidade de prêmios. Comprava o bilhete premiado e lavava o dinheiro junto à Caixa Econômica. Apresentava-se com o bilhete premiado, recebia o dinheiro limpo da Caixa Econômica, e o dinheiro sujo ia para as mãos do verdadeiro ganhador do prêmio. Essa é a hipótese que nós aventamos, e pedimos que a Polícia Federal instaurasse o inquérito. A Polícia Federal o fez, mas houve um inquérito também em



relação ao vazamento. Eu fui alvo de investigação também: passei a ser investigado, porque fui acusado de vazar informações sigilosas do Coaf.

Eu estou fazendo essa narrativa exatamente para demonstrar como funciona esse conselho ou como funcionava esse conselho: com absoluta legalidade, respeito à lei. Um Senador da República que faz a denúncia é alvo de inquérito, porque supostamente vazou as informações do Coaf. Eu fui intimado a depor e fui à Polícia Federal. O delegado se surpreendeu: "O que você veio fazer?". Respondi: "Eu vim depor, eu fui intimado". Ele falou: "Não, mas nós iríamos ao seu gabinete. Parlamentar tem essa prerrogativa". Eu disse que não, que eu abria mão dos privilégios dos Parlamentares e ia até lá para dizer: "Fui eu que vazei. Vim aqui para confessar. Não perca o tempo. A Polícia Federal tem muito a fazer. Há bandido demais solto neste País, há corrupto demais a ser perseguido pela Polícia Federal. Não percam tempo comigo, não gastem papel. Fui eu!". E assinei. Isso foi para o Procurador-Geral da República. A Subprocuradora assumiu e denunciou o vazamento. Conforme a legislação, caberiam três anos de prisão. Eu até gostaria de ser preso por ter denunciado um escândalo de corrupção. Às vezes, eu fico imaginando: muitos querem prender quem denuncia e soltar quem roubou ou quem cometeu ilícitos. Esse seria o caso, mas isso não chegou ao Supremo, porque prescreveu.

Aliás, há um projeto de minha autoria que está aqui exatamente para evitar prescrições apressadas.

E eu gostaria muito de ver esse debate no Supremo Tribunal Federal. O meu advogado à época, Dr. René Dotti, estava muito estimulado a participar desse debate. Qual deve ser a ação de um Senador da República: guardar o segredo do crime, transformando-se em verdadeiro baú a esconder falcatrucas ou denunciar, mesmo correndo o risco da responsabilização por vazar uma informação sigilosa? Eu gostaria muito de ter visto esse debate no Supremo Tribunal Federal, mas isso prescreveu.

Por isso, hoje, eu apelo ao Presidente Davi Alcolumbre para que coloque amanhã na Ordem do Dia o meu projeto que trata exatamente da prescrição, para evitar que expedientes protelatórios levem à prescrição ações promovendo a impunidade, libertando réus da condenação. É muito importante esse projeto, que foi elaborado e sugerido pelo Ministro Edson Fachin e que eu tive a oportunidade de apresentar em 2015. Agora, como o Presidente do Supremo, Toffoli, sugeriu um projeto dessa natureza, nós temos a oportunidade de votar um projeto que já está tramitando no Senado Federal desde 2015.

Fiz esse relato sobre o Coaf, para lamentar a sua extinção, mais uma vez. Há aqui uma medida provisória que ainda não votamos e que cria a Unidade de Inteligência Financeira para substituir o Coaf – e não substitui. Hoje ainda, o Procurador-Geral da República, Aras, declara a sua preocupação com a possibilidade de transformarem o Brasil num paraíso fiscal, já que estamos eliminando mecanismos fundamentais de fiscalização e controle, de investigação e combate à corrupção no nosso País. Querem transformar esta grande Nação num paraíso fiscal! Que lástima, Senador Kajuru!

Nós ainda temos esperanças de que a reação ocorra nesta Casa em relação a essas questões essenciais. Não podemos invadir competência e exigir do Supremo Tribunal Federal ações que correspondam às aspirações nacionais levadas, ainda ontem, às praças públicas deste País, mas podemos dizer, em resposta à sociedade, que o Congresso Nacional não vai faltar. Fomos convocados, temos que assumir a responsabilidade! É urgente votar, sim, a prisão em segunda instância, seja o projeto de V. Exa., Senador Kajuru, que altera o art. 283, seja o do Senador



Alessandro, seja o do Senador Lasier, que também altera o art. 283 do Código de Processo Penal, seja a proposta de emenda à Constituição do Senador Oriovisto.

A minha proposta de emenda à Constituição, que é de 2017, está preterida, porque ela dormiu nas gavetas. Mais sorte teve o Senador Oriovisto, porque a sua proposta caiu nas mãos hábeis da Senadora Juíza Selma, que proferiu o seu parecer em regime de urgência, colocando-o à disposição da Comissão de Constituição e Justiça para deliberação. Regimentalmente, eu poderia requerer apensamento, e prevaleceria o projeto anterior, que é de minha autoria, que foi reapresentado em 2018, levando o número 13, mas isso não importa, nós não faremos isso. Nós queremos celeridade, queremos que o projeto do Senador Oriovisto possa ser debatido e possa ser votado nesta quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça.

E não é só esse projeto. Está na Câmara dos Deputados à espera de deliberação o projeto que acaba com o foro privilegiado, que é mais importante do que muitos imaginam. E eu vou dizer por quê. Com o foro privilegiado, só os ministros do Supremo Tribunal Federal podem julgar e eventualmente condenar Senadores – em razão do foro privilegiado. E só os Senadores podem, eventualmente, julgar e condenar, decretando seu *impeachment*, ministros do Supremo Tribunal Federal. E aí se estabelece uma espécie de conluio, um sistema de reciprocidade de proteção, com uns protegendo os outros. E, por isso, o sistema não funciona, funciona a favor da impunidade, mas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR) – ... não funciona a favor do Brasil, não funciona a favor da justiça.

Por isso, ao concluir, Sr. Presidente, mais uma vez, apelo para que compromisso público assumido seja respeitado, e a Câmara dos Deputados vote imediatamente o projeto que acaba com o privilégio de mais de 55 mil autoridades neste País, da tal prerrogativa de foro, que nós chamamos de foro privilegiado, porque é um guarda-chuva protetor da malandragem no Brasil, é o paraíso da impunidade, é o estandarte daqueles que querem, de colarinho branco, corromper e ser corrompidos.

(*Interrupção do som.*)

O SR. ALVARO DIAS (PODEMOS - PR) – Nós queremos que o Brasil mude para valer. E este País precisa de reformas. O Congresso está preocupado em promover reformas, mas certamente, a reforma maior, a primeira, a superior é a reforma moral, é a reforma ética. Sem ela, as demais não lograrão êxito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - GO) – Nós que agradecemos.

Senador Alvaro Dias, no escopo de seu pronunciamento, peço permissão. Hoje o senhor teve a oportunidade de ler o artigo no jornal *O Estado de S. Paulo*, do Ministro Sergio Moro? Eu convidaria o senhor para ler, porque faço minhas as palavras do Ministro em relação ao Coaf e em relação à segunda instância, ao que nós esperamos daqui nesta quarta-feira, inicialmente na CCJ.

E eu faço minhas também todas as suas palavras. Especialmente, adorei quando o senhor trouxe em ironia, mas com verdade pura e nua, a questão do baú, não é? Nós não somos baú para segurarmos segredos. O senhor não tem baú no seu sobrenome e eu, de baú, só tenho a rima: Kajuru. Baú, na verdade, só quem tem é o Silvio Santos.



Presidente, eu estou aqui em uma situação difícil. Hoje, tinha uma audiência prazerosa com o Vice-Presidente Mourão, um homem público a quem eu tanto admiro e respeito. Não pude participar, pois fiquei com o médico. O senhor sabe da gravidade que foi a minha cirurgia, e o repouso é terrível.

Eu não estou passando bem neste momento... Não sei se o senhor voltaria a assumir a Presidência – o Senador Chico aceitou também –, porque eu preciso voltar ao meu gabinete e cuidar um pouco da minha pressão, que está alta demais.

Peço desculpas aos colegas Paim, Rogério, que está aqui inscrito para falar.

O próximo a falar é o nosso querido amigo, implacável defensor de Roraima, Senador Telmário Mota, que fará uso da tribuna nesta segunda-feira.

Agradecemos a vossas excelências, senhoras que estão presentes nas galerias da Casa, acompanhando esta sessão.

Senador Telmário, por gentileza. (*Pausa.*)

(O Sr. Jorge Kajuru deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Chico Rodrigues.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Chico Rodrigues, que bem representa o meu Estado de Roraima, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, telespectador e telespectadora da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, estamos na Casa da Federação. Mais que a honrada Câmara dos Deputados, é o Senado Federal o guardião dos objetivos nacionais permanentes.

Há projetos e políticas públicas que são políticas de governo e há outros que são políticas de Estado. As políticas de governo podem ser alteradas a cada eleição, ao sabor dos programas dos candidatos eleitos. As políticas de Estado, não. Estas são de natureza permanente, e por quê? Porque delas depende a realização do projeto nacional.

Pois bem, Sr. Presidente, a busca da integração latino-americana é uma política de Estado; é, portanto, um objetivo nacional permanente e não uma política que possa ou não ser perseguida por esse ou aquele governo, por esse ou aquele partido, ao sabor de suas preferências ideológicas.

O que pode ser mais equivocado, o que pode ser mais criminoso, o que pode ser mais estúpido do que misturar ideologia com os interesses maiores do Estado? É isso que está fazendo o Chanceler brasileiro, o Sr. Ernesto Araújo. E quem diz isso não é este humilde brasileiro nascido na comunidade indígena Macuxi, no norte do Brasil, mas a própria Constituição.

Que tal, senhores governantes, Sr. Ministro das Relações Exteriores, Senhor Presidente Jair Bolsonaro, respeitarmos a Constituição Federal?

Eu já disse e volto a dizer: o Presidente Jair Bolsonaro tem que demitir esse tal de Ernesto Araújo. É um antipatriota, é um anti-América Latina, é um desintegrador do nosso continente.

O art. 4º da nossa Constituição diz que a "cooperação entre os povos para o progresso da humanidade" é um dos princípios que regem o Brasil nas suas relações internacionais. O parágrafo único do mesmo artigo não poderia ser mais claro. Eis o que ele diz: "A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando a formação de uma comunidade latino-americana de nações".

Mas o que faz esse Chanceler chamado Ernesto Araújo? Ele faz a desintegração. Olha a política que ele adotou com o país venezuelano: afundou o Estado de Roraima, cortou nossa



exportação, cortou nossa energia, cortou nosso calcário, cortou nosso ferro, cortou a nossa relação cultural!

Graças a este simples Senador, que foi àquele país buscar a abertura para salvaguardar a exportação do Estado de Roraima, para buscar o calcário para plantar nas nossas terras tão produtivas... Mas até agora infelizmente o Governo Federal ainda não deu as nossas documentações.

E por que isso está escrito na nossa Constituição, Senador Paulo Paim? Por uma razão muito simples: a América Latina, Presidente Chico Rodrigues, é a nossa condição. O Brasil não é um país europeu, norte-americano ou asiático. Somos um dos povos latino-americanos. A América Latina é a nossa condição. Ela não pode ser revogada pelo PT, pelo PSL...

Prezada Senadora Soraya, estimado Senador Major Olímpio, uma condição não se escolhe, uma condição é dada pela geografia. A geografia condiciona a geopolítica e a geopolítica condiciona a política externa. Será tão difícil entender algo tão simples assim, meu Deus? Será? Será tão difícil entender que é como latino-americanos que vemos a vida, a política, a economia e o mundo? Será tão difícil entender que precisamos viver em paz com os nossos irmãos, com os povos latino-americanos, Sr. Ernesto Araújo – V. Exa. que prega o *apartheid* entre latinos? Será que a ideologia cega tanto os olhos de V. Exa. e daqueles que têm por dever ser os olhos da República, para usar uma inspirada expressão do Padre Antônio Vieira, em memorável sermão no século XVII? Será tão difícil entender, Srs. Senadores, que o Brasil não pode se desenvolver sem que a América Latina se desenvolva? É difícil entender isso? Será tão difícil entender que o que ainda nos resta de indústria vende os seus produtos principalmente para os países latino-americanos? Será que a ideologia cega tanto que não se vê que é com os nossos povos irmãos que partilhamos o sonho de construir neste continente uma sociedade de paz, de prosperidade, de humanidade e de desenvolvimento?

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o que a Constituição de 1988 fez foi simplesmente reconhecer essa realidade geográfica e histórica e dar a ela um *status* de dignidade constitucional.

Pois bem. A Constituição já nos diz o que fazer. Está escrito na Carta Maior deste País. Mas como fazer? Como realizarmos esse projeto que a história e a Constituição nos impõem? Em outras palavras, qual é a nossa estratégia?

Ora, Srs. Senadores, a nossa estratégia é simples e clara: é a soberania, que hoje está ajoelhada para os Estados Unidos; é a democracia, que hoje está comprometida, porque o Ministério das Relações Exteriores, que não tem nada a ver com uma embaixada, impediu este Senador de entrar lá para buscar a paz, para restabelecer os acordos internacionais, para cumprir a Constituição brasileira, porque lá havia um membro do Ministério das Relações Exteriores, chamado Maurício, que estava orientando a retirada dos membros da embaixada, para dar guarida a sabe quem? Aos invasores, aos invasores. A nossa estratégia é simples, como já falei: a soberania, a democracia, a paz – a paz. O Brasil é um país de paz.

Por que brigar com a Venezuela? Por que brigar com a Argentina? Por que brigar com os outros países latino-americanos? Só pela cor partidária e ideológica? Isso é demagogia, porque se recebe a China e se recebe a Rússia, que têm princípios diferentes dos nossos princípios democráticos. Dois pesos e duas medidas? Ou nós estamos a serviço dos Estados Unidos para desagregar, a cada minuto, a América Latina, para sermos colônia, meros compradores das grandes nações?



Aliás, a nossa Constituição também estabelece como princípios reitores da República, nas nossas relações internacionais, a autodeterminação dos povos e a não intervenção.

Nesse contexto, Senador Girão, que muito bem representa o Ceará, quero dizer uma palavra na defesa do Mercosul. O Mercosul é um projeto fundamental para o desenvolvimento do Brasil. As origens do Mercosul conectam-se aos debates para a formação de um mercado econômico regional para a América Latina, que remonta ao tratado que estabeleceu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio da década de 60. Essa foi sucedida pela Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), na década de 80. Foi naquele contexto que o Brasil e a Argentina colocaram de lado as suas diferenças e desconfianças históricas e deram um passo fundamental, assinando o Tratado de Iguaçu, em 1985, que estabelecia uma comissão bilateral.

Expresso aqui, Presidente Chico Rodrigues, a minha homenagem ao papel decisivo do Presidente José Sarney, que assinou aquele importante tratado bilateral juntamente com o Presidente argentino Raúl Alfonsín. Foi aquele acordo que deu início ao processo de integração. Isso mostra como as boas relações com a Argentina são fundamentais para a integração do Brasil na América do Sul e na América Latina.

As disputas geopolíticas com a Argentina ficaram no passado graças a um acontecimento histórico que marcou profundamente o país vizinho: a Guerra das Malvinas. Sabem como? Com a traição dos Estados Unidos.

Ora, Sr. Ernesto Araújo, de onde vieste e para onde irás? Que venha de onde veio e vá para onde queira ir, mas deixe o Brasil na paz e na integração.

Presidente Jair Bolsonaro, esse Ministro pode servir para V. Exa., mas não serve para o Brasil.

Os argentinos tiveram uma amarga lição com a Guerra das Malvinas. Aprenderam que não deveriam mais contar com os militares para resolver conflitos ideológicos, políticos e sociais. Aprenderam que as ditaduras militares não são remédio nem alternativa à luta política franca e aberta.

A instituição das Forças Armadas tem todo o nosso carinho e o nosso respeito e do povo brasileiro, mas o seu papel está resguardado e escrito na Constituição brasileira – manter a ordem e guardar nossa soberania são papéis fundamentais –, e não podem perder o foco.

Os argentinos perderam a Guerra das Malvinas, mas ganharam seu caminho de volta à democracia, uma lição caríssima.

Mas as lições de guerra para os argentinos são mais amplas e profundas. Aprenderam que os Estados Unidos são amigos da onça – amigos da onça. Esses são os norte-americanos, os mesmos para os quais esse Sr. Ernesto vive ajoelhado. Ele vive ajoelhado para os amigos da onça.

Com o apoio político e militar norte-americano à Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas, ficou totalmente desmascarada a política norte-americana, a Doutrina Monroe e todas as suas políticas para a América Latina. A doutrina, sintetizada na expressão "A América para os norte-americanos", foi desenvolvida pelo Presidente norte-americano James Monroe no século XIX.

Como ensina o saudoso Prof. Moniz Bandeira, que tanta falta faz ao Brasil, os argentinos e os sul-americanos aprenderam que o Tratado Interamericano da Assistência Recíproca, esse que se está tentando usar para provocar uma guerra regional contra a Venezuela, e a Organização dos Estados Americanos (OEA), essa que é a causadora da tragédia que assola a Bolívia, só existem para defender a tirania dos Estados Unidos sobre a América Latina.



Com a traição dos Estados Unidos, a Argentina aprendeu o que o Brasil sempre soube e que foi sintetizado em artigo denominado "O Continente Enfermo", publicado em 3 de maio de 1899, por Rui Barbosa, aquele cujo busto está ali e que guarda este Plenário.

Se a Guerra das Malvinas desmoralizou a política norte-americana para a América Latina, por outro lado aproximou argentinos e brasileiros. A posição acertada do Brasil no conflito criou as condições para que fosse dissipado o estúpido sentimento de rivalidade entre os dois países.

O Governo brasileiro prestou apoio logístico à Argentina para o abastecimento de armas soviéticas na Guerra das Malvinas em 1982. Quem era o Presidente do Brasil? Um general, João Batista Figueiredo, sucessor do grande Presidente Ernesto Geisel, outro general. O Brasil fez mais: cedeu o aeroporto de Recife, terra do meu querido amigo Senador Chico Rodrigues, para as escalas dos aviões que transportavam os mísseis e as minas desde a Líbia.

O Brasil colaborou com a Argentina não apenas durante a guerra, mas em seguida a ela, quando a Comunidade Econômica Europeia impôs sanções comerciais à Argentina no pós-guerra. Ao invés de tirar tolas vantagens comerciais imediatas da situação, colocando os seus produtos no mercado antes ocupado pelos argentinos, o Brasil agiu estrategicamente, oferecendo facilidades para que as exportações argentinas de produtos agropecuários fossem realizadas através dos portos de Santos, Paraguai e do Rio de Janeiro.

O Brasil, no comando de um general, quando foram impostas sanções à Argentina pelos países europeus, agiu diferentemente, abriu os seus portos para exportar os seus produtos agropecuários.

Agora, os Estados Unidos impõem sanções duríssimas ao povo venezuelano, por uma questão geopolítica. E o Brasil, o que faz? Abraça essa causa criminosa; criminosa não contra os venezuelanos, mas contra o Brasil. O meu Estado de Roraima virou um caos absoluto, porque querem acolher um país dentro de um Estado que não tem infraestrutura, não tem emprego, não tem saúde, não tem educação.

Roraima hoje está afundada em violência, Roraima hoje perdeu a qualidade de vida – um Estado que é expoente, um Estado que é a esperança do nosso povo, mais do que isso, o Eldorado brasileiro –, por uma política errada desse tal de Ernesto Araújo, esse assassino do povo de Roraima, inimigo do povo de Roraima. Este homem veio para desfazer tudo o que o Presidente Jair Bolsonaro prometeu para o Estado de Roraima.

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Dê-me mais um minuto, Presidente, porque eu estou defendendo o Estado pelo qual V. Exa. foi eleito e que está hoje no fundo do poço por políticas erradas do Governo Federal.

Roraima hoje grita por socorro. Está faltando a mão do Governo Federal: liberar as terras, resolver a questão energética, negociar a dívida, fazer o enquadramento dos servidores do ex-Território, acabar com essa guerra fria desnecessária entre Brasil e Venezuela e ajudar essa acolhida, como foi feito no Haiti, dentro da própria Venezuela, e não trazendo para o Estado de Roraima. É um desconforto, é desumano ver aquele povo passando fome, miséria, crianças, anciãos, profissionais até altas horas da noite limpando para-brisas de carros.

(Soa a campainha.)

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Para concluir, eu quero fazer um apelo ao Presidente Jair Bolsonaro: V. Exa. teve a



segunda maior votação deste País no meu Estado, porque V. Exa. prometeu abrir os garimpos, V. Exa. prometeu resolver a questão da energia, V. Exa. prometeu tirar uma corrente que hoje separa o Brasil de Roraima, V. Exa. disse que, se fosse dono de Roraima, Roraima seria mais rica que o Japão.

Pois bem, V. Exa. é dono mais do que de Roraima, é dono do Brasil. É dono do Brasil! Pois vamos embora cumprir as promessas de campanha, porque, por causa de promessa, o povo de Roraima está até mudando de religião, porque já não acredita mais... Os santos estão mudando de religião, já não acreditam mais em promessa. É promessa demais, e nada é cumprido.

Presidente Jair Bolsonaro, demita esse Ernesto Araújo. Isso é o carrasco do povo de Roraima!

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Agradecendo o discurso proferido nesta tarde pelo Senador Telmário Mota, eu passo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, do PT, de Sergipe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discursar.) – Queria cumprimentar todos os Senadores e Senadoras, cumprimentar todos os expectadores da TV Senado, cumprimentar o Presidente Chico Rodrigues, um Senador bastante atuante, comprometido, muito trabalhador, que deve orgulhar todos os cidadãos e cidadãs do Estado de Roraima, assim como o orador que me antecedeu, o Senador Telmário Mota. Roraima é muito bem representada aqui no Senado Federal, com Chico Rodrigues, Telmário Mota, Mecias de Jesus, todos combativos e trabalhadores.

V. Exa. se destaca muito nas relações internacionais, com muita competência, no exercício do seu mandato. Parabéns! É uma honra ser seu colega nesta Casa.

Eu queria, aproveitando a fala do Senador Telmário Mota, dizer que protocolei dois requerimentos. Um requerimento de convocação do Ministro das Relações Exteriores para prestar esclarecimentos sobre a conivência do Governo brasileiro para com a invasão da Embaixada da República Bolivariana da Venezuela, bem como a omissão em cumprir e fazer cumprir os tratados internacionais de proteção e imunidade das embaixadas e corpo diplomático. Também fiz um requerimento de convite à Sra. Maria Teresa Belandria, reconhecida como a Embaixadora do autoproclamado Presidente da Venezuela, Juan Guaidó, pelo Governo brasileiro, com o objetivo de esclarecer a informação de que ela comunicou, com antecedência, o Ministério das Relações Exteriores, sobre a invasão à Embaixada da República Bolivariana da Venezuela; ou seja, estamos aqui diante de uma situação gravíssima – você tem o Itamaraty informado de uma invasão a uma embaixada e o Itamaraty não toma nenhuma providência para preservar e para cumprir todas as garantias e todos os tratados internacionais de que o Brasil é signatário, no caso o Tratado de Viena e outros tratados, que garantem imunidade aos corpos diplomáticos e garantem que essas áreas são territórios internacionais, e que é de responsabilidade do país que abriga essa embaixada de proteger, de dar proteção. E o Brasil não só não protegeu o corpo diplomático venezuelano como integrantes do Itamaraty estavam lá para retirar o corpo diplomático legalmente constituído da Venezuela. Portanto, a gente precisa de esclarecimentos. Então, fica aqui o registro das iniciativas que o nosso mandato adotou em relação a essa questão.

Mas o que me traz aqui no dia de hoje à tribuna é o terrorismo, Senador Paulo Rocha, o terrorismo fiscal, ao qual os brasileiros e o Brasil estão sendo submetidos. O que é o terrorismo fiscal? É a ideia de que é preciso tirar todas as conquistas do povo brasileiro, como nós vimos com a reforma trabalhista, como nós vimos com a reforma da previdência, e agora como estamos vendo



na PEC da emergência fiscal, com o argumento de que nós vamos viver uma insolvência, de que o País vai parar, de que o País vai quebrar. Tudo isso não passa de um grande terrorismo, e esse terrorismo tem feito uma onda, tem criado o efeito de onda dentro do Congresso Nacional, que leva os Parlamentares, em sua grande maioria, a aderir ou a aderirem todos, ou a maioria dos que votaram a favor, e foi a imensa maioria, às medidas que retiram direitos do povo brasileiro.

Todos nós sabemos que, com a saída da Presidente Dilma, foram aprovadas algumas reformas e algumas medidas aqui nestas duas Casas no Congresso Nacional, uma delas, a dita reforma trabalhista, que prometia aumentar o emprego, aumentar a renda, tirar o País do atraso da legislação trabalhista. O que nós estamos vendo é o subemprego, o que nós estamos vendo é a redução da arrecadação da previdência, o que nós estamos vendo é o desemprego manter-se nos mesmos patamares, com uma diferença: agora, empregados com contratos de trabalho do tipo intermitente ganhando menos do que um salário mínimo; trabalhadores ganhando menos do que ganhavam em função da reforma trabalhista. A reforma trabalhista, na verdade, só aumentou o ganho de quem contrata; não ampliou a capacidade de contratação e de ampliação do mercado de trabalho. Então, essa foi uma medida.

A outra medida de que a gente não se dá conta ou que a gente não leva em consideração e que é a mais violenta de todas – eu considero –, desde a redemocratização do Brasil, é a Emenda Constitucional 95. Essa emenda constitucional, na prática, acaba com a Constituição de 1988. Essa emenda constitucional congela o gasto público nos patamares de 2017. O que significa isso? Significa que, por 20 anos, o Brasil não pode gastar mais do que gastou – se eu não estou enganado sobre o ano exatamente – no ano de 2017. Significa que, em 1999, o salário mínimo era de US\$60. Imagine um salário mínimo de US\$60 hoje, Senador Paulo Rocha! Quanto seria? Um salário mínimo de US\$60 hoje seria – 4 vezes 6 igual a 24 – R\$240. Imagine se o salário mínimo estivesse congelado nos patamares de 1999, de 20 anos atrás! Seriam R\$240. O que se faz hoje com R\$240? Como alimentar uma família com R\$240? Como vesti-la? Como prover uma família com R\$240? O povo precisa entender isso de forma clara. O que a Emenda Constitucional 95 fez foi congelar os gastos públicos nos patamares de 2017 por 20 anos. Então, até 2037, nós só poderemos gastar o mesmo que foi gasto, corrigido com a inflação, em 2017.

Eu pergunto: em 2037, se a gente gastar o mesmo que gastava em 2017 – em 2017, o dinheiro não dava para a saúde –, vai dar? Se, em 2017, o gasto com infraestrutura já não supria as demandas de estradas, de ferrovias e de todos os investimentos, como saneamento, habitação, em todas as áreas, e já não era suficiente, até 2037, como vai ficar o investimento no Brasil? Como vai ficar? Todo mundo fala que é a favor da educação, todo mundo fala que a educação não é uma prioridade, mas como vai ficar a educação com esse congelamento?

Nós estamos diante de uma das medidas mais cruéis que este País adotou, e foi o Governo do Michel Temer que criou a PEC ou que apresentou a PEC do teto dos gastos, que virou a Emenda Constitucional nº 95, que proíbe o Governo de gastar mais.

Mas não bastasse essa PEC... Ela já está produzindo os seus efeitos, um deles é criar o terrorismo fiscal, porque se eu não posso aumentar o gasto, o que acontece? Se as despesas aumentam, é óbvio que a parte da previdência no Orçamento Geral da União vai aumentar, se eu não posso aumentar o gasto, se está limitado o gasto, vai corresponder a um percentual maior e aí a ideia de que a previdência vai consumir todo o recurso da União.

Se, por um lado, a gente precariza as relações de trabalho, cria o subemprego, não tem contribuição, não aumenta a arrecadação da previdência, com tudo isso é óbvio que nós vamos



criar um cenário de dificuldade e mostrar para a sociedade que nós vamos quebrar o País. E aí a ideia do terrorismo fiscal, que tomou conta desta Casa, nos últimos tempos, para justificar todos os tipos de perversidade contra os direitos e contra a população mais pobre do Brasil, criminalizando o povo mais pobre, criminalizando as regiões mais pobres do nosso País.

Agora, parecia que estava dado o cenário, mas nós estamos vendo que o Governo quer mais, Senador Paulo Paim. E a PEC da emergência fiscal, na verdade, ainda consegue ser mais cruel do que a Emenda Constitucional nº 95, porque ela vai criar um subteto de 95% sobre o teto que foi estabelecido e, nesse subteto de 95%, o Governo pede a esta Casa, pede à Câmara dos Deputados que ele tenha autorização para adotar qualquer medida restritiva no que diz respeito ao manejo do Orçamento da União. Portanto, se nós já tínhamos uma ação em curso que destruía a Constituição de 1988 e os direitos constitucionais que garantiram a definição do que é ser cidadão brasileiro, que materializou a cidadania do Brasil e dos brasileiros, agora nós vamos ter uma medida ainda mais cruel, que é a PEC da emergência fiscal, que vem com o argumento do terrorismo fiscal.

Essa PEC da emergência fiscal não só estabelece o teto, como autoriza o Governo a fazer o que quiser: a demitir, a cortar salário de servidor público, quer acabar com Municípios de 70, 80 anos, como se fosse possível, como se não existisse algo além do gasto, também numa perspectiva regressiva, porque o Município pequeno passou a ter parte do FPM, parte do recurso de Imposto de Renda, da arrecadação nacional, e aquilo foi para aquela localidade. E, naquela localidade, aquele recurso significou pavimentação, urbanização, significa uma administração que cuida da moradia, das questões, se for um Município com grande extensão rural, apesar de ter uma pequena população, ou seja, essas medidas que foram adotadas com a criação de Municípios, ao longo da nossa história, têm uma importância e uma relevância na mudança de patamar da vida das pessoas.

E a PEC da emergência fiscal, na verdade, autoriza o Governo a acabar com mais de mil Municípios, tornando sem naturalidade ou retirando parte daquilo que é cultural, faz parte da vida das pessoas, que é a sua municipalidade, que é o lugar de onde você se origina, que tem uma importância muito grande para aqueles que nascem e vivem nesses territórios. Quem vive numa grande cidade não tem a noção do que significa nascer e crescer num pequeno Município do interior do Ceará, do interior de Sergipe, do interior do Rio Grande do Sul, do interior de Roraima, do interior de qualquer Estado deste País. Para quem vive nas grandes cidades, isso talvez não tenha grande importância, grande relevância; mas para quem nasceu, cresceu, vive e mora nessas pequenas cidades, isso, sim, tem uma grande importância.

Mas o que é que está por trás de tudo isso? O terrorismo fiscal. A PEC da emergência fiscal piora. E aí é o que eu queria chamar a atenção, porque essa PEC da emergência fiscal, Senador Paulo Paim, é o último tiro de misericórdia na Constituição de 1988. Aquilo que o Presidente Jair Bolsonaro disse que faria, que era destruir para poder recomeçar, eles estão conseguindo. E Paulo Guedes está operando isso com muita competência.

Então, começou com Temer, com a reforma trabalhista, depois a Emenda Constitucional 95, depois a reforma da previdência, que já é consequência dessas outras duas, com o terrorismo fiscal, e agora a PEC da emergência fiscal, que cria um subteto e que vai impor mais restrições ao povo brasileiro.



Todas as medidas que o Governo apresenta são medidas de caráter regressivo. O que significa isso? Tira de quem tem menos para botar nas mãos de quem tem mais. São medidas de concentração de riqueza.

Eu pergunto: a reforma tributária, tão propalada, tão divulgada, cadê ela? Por que é que o Governo não priorizou resolver a questão tributária do País? E vem com a PEC da emergência fiscal? Mais corte, mais restrição, mais ferocidade nos direitos, agora de servidores públicos, na estrutura do Estado brasileiro, que se constituiu ao longo de 519 anos. Ele vai lá e tenta desmontar todo esse Estado, tudo o que foi construído no nosso País, e para colocar o que no lugar?

Se nós estamos vivendo uma crise fiscal, por que não trazer o debate da reforma tributária, o que ninguém tem coragem? E, quando se fala em reforma tributária, fala-se em simplificação, em unificação de tributos, mas ninguém toca na questão da renda e do patrimônio. Ninguém fala em tributar dividendos, ninguém fala em isentar quem ganha até cinco salários mínimos e ninguém fala em cobrar imposto de quem ganha mais.

Quem ganha mais de 300 salários mínimos por mês paga 6% de imposto de renda; quem ganha de 30 a 40 paga 12% de imposto de renda; quem ganha até 30 paga 27,5%; e quem ganha cinco paga 15%! Portanto, quem ganha R\$5 mil paga mais imposto do que quem ganha R\$300 mil por mês, isto é, paga quase três vezes o imposto de quem ganha R\$300 mil por mês. Isso ninguém quer discutir. Então, nós estamos falando de um debate sobre emergência fiscal que, na prática...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... é um debate sobre o desmonte do Estado brasileiro; que, na prática, é uma visão que tenta se impor, destruindo aquilo que hoje garante aos brasileiros mais pobres as mínimas condições de subsistência. E isso porque aí do povo brasileiro não fosse o Bolsa Família, não fosse o seguro-desemprego, não fossem os programas de transferência de renda constituídos a partir da Constituição de 1988. E tudo isso será comprometido na medida em que se cria um subteto nessa PEC da emergência fiscal. Primeiro, na Emenda Constitucional nº 95 e, agora, no subteto. Tudo isso pode deixar de existir por livre iniciativa – e só mais um minuto para concluir, Sr. Presidente – do Presidente...

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e do Poder Executivo.

Eles estão pedindo autorização e retirando do Congresso a autoridade para definir como deve e como não se deve dar o gasto com essa PEC da emergência fiscal. É quase o AI-5; é uma intervenção direta; é o tal do AI-5 na área da distribuição de riqueza, com uma intervenção do papel que o Parlamento tem; é tirar o Parlamento da feitura do Orçamento e do manejo dos recursos para a destinação às suas finalidades.

Portanto, Sr. Presidente, fica aqui o recado e a minha preocupação com o que significará essa PEC da emergência fiscal somada à Emenda Constitucional nº 95, somada à reforma da previdência, à reforma trabalhista.

(Soa a campainha.)



O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Isso só vai gerar concentração de riqueza, porque nós podemos até ter – e não duvidem de que possamos ter – crescimento econômico, mas será um crescimento econômico com uma população mais pobre, num país onde os pobres ficam cada vez mais pobres e os ricos, cada vez mais ricos. E, também, um crescimento econômico regressivo, como é a nossa carga tributária, regressiva, como é a nossa previdência, regressiva, ou seja, tudo ao contrário do que deveríamos fazer para gerar dignidade, bem-estar e fazer valer a Constituição de 1988.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Quero agradecer ao nobre Senador Rogério Carvalho, do PT, de Sergipe, pelo seu discurso, pela segurança nas suas afirmações, pela defesa dos temas em que acredita, e dizer que, obviamente, este Plenário é o cenáculo onde deslizam os sentimentos, as manifestações e a opinião de cada um dos Senadores que representam os Estados da Federação.

E obviamente, apesar de não ter uma relação definida dos nobres visitantes que aqui estão aqui nesta tarde, assistindo a esta sessão de segunda-feira, eu quero parabenizar a todos vocês e dizer que esta Casa é a caixa de ressonância da sociedade, a partir daqui emanam os projetos mais importantes para a vida do cidadão brasileiro.

Então, parabéns a vocês pela presença aqui no Senado da República.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT, do Rio Grande do Sul.

V. Exa. dispõe de 20 minutos regimentais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Sr. Presidente, eu venho falar na tribuna, neste momento, que a Medida Provisória 905 veio no momento deste ponto facultativo, que eu não entendi bem por que, mas aconteceu, que foi quarta, quinta, sexta, e só voltamos a trabalhar hoje. Acho que o Congresso estaria muito bem protegido, porque os Presidentes que fazem parte dos Brics estavam aqui no Brasil.

Mas vamos em frente. O cenário nacional, a partir dessa MP – e eu botei no meu Twitter, em postagem no fim de semana, que eu achava que a reforma trabalhista e a previdenciária eram o fim do mundo, mas me enganei, infelizmente, o pior estava ainda para vir, as maldades continuam –, é avassalador do ponto de vista da indignidade da pessoa humana. Estamos no meio de um furacão que estabeleceu a pior crise econômica e social das últimas décadas. Miseráveis, pobres e trabalhadores de classe média são chamados mais uma vez a pagarem a conta.

Há 13 milhões de desempregados; quase 40 milhões na informalidade, estou me referindo aqui a pessoas sem nenhuma proteção trabalhista ou previdenciária; a população mais pobre nesse período perdeu 17% – mais pobres eu incluo inclusive a classe média na sua renda –, enquanto que os mais ricos, que estão lá no andar de cima, melhoraram a sua renda em 3%. Há 13,5 milhões vivendo na extrema pobreza; 54,8 milhões na pobreza; todos vivendo com cerca de R\$406 por mês.

Existem 63 milhões de brasileiros no SPC e no Serasa, famílias inteiras sem ter de onde tirar.

São 5 milhões de micro e pequenas empresas inadimplentes, 220 mil pontos de comércio deixaram de existir nos últimos três anos e, da mesma forma, 13 mil indústrias fecharam as portas.

Imaginávamos, como eu disse antes, que as reformas trabalhista e da previdência seriam as piores maldades, mas agora está claro que as maldades continuam com os compromissos deste Governo, que mostra estar muito distante dos interesses da nossa população. Os compromissos são com quem? Com o setor financeiro. Veja aí o lucro que vai ter agora o setor financeiro com o fim,



praticamente, da previdência pública, apontando o caminho, porque a saída agora é a previdência privada. Além do setor financeiro, claro, há o interesse direto dos bancos com o mercado, com o rentismo explorador e parasita. Isso só faz aumentar a concentração de renda. Somos o maior país do mundo em matéria de concentração. E, assim, o País não cresce e não se desenvolve. Aonde querem chegar? Vejo com preocupação todos os movimentos que o Governo faz.

Agora vem essa história do Contrato Verde e Amarelo. E altera, mais uma vez, o quê? A legislação trabalhista. Das 36 páginas da proposta, 27 estão focadas na CLT, mudanças na CLT em 135 pontos – a reforma no passado foi em 117 –, 135 pontos. Metem o dedo em pontos fundamentais e ainda revogam outros 40. Nove páginas tratam da ideia de geração de emprego, mas sem nenhuma garantia. Lembro-me de que as outras reformas iam gerar 8 milhões, 10 milhões de empregos. Só aumentou o desemprego. Não gerou um emprego.

Nessa promessa – aliás, abro parêntese (essa palavra foi muito utilizada quando fizeram a reforma trabalhista para argumentar que iam gerar 8 milhões de empregos) –, o resultado foi pígio. Digam-me, provem-me onde estão os 8 milhões de empregos. Aumentou a informalidade, aumentou o trabalho por hora e sem nenhum direito e nenhuma fiscalização, que é o trabalho intermitente. Agora, a promessa é de 4 milhões. Marquem que dia é hoje: 15h39, dia 18 de novembro de 2019. Eu estou dizendo: não vai gerar nem um emprego a mais. Eles falam em 4 milhões. Todos nós gostaríamos que eu estivesse errado, que o Brasil estivesse dando certo, porque, ele dando errado, todos perdem: a sociedade, os empreendedores, os trabalhadores, os mais pobres e até os miseráveis. Mas os pingos precisam ser colocados, como a gente fala, nos is.

Ora, a gravidade do desemprego é tamanha que requer medidas urgentes, não apenas para jovens. E nem os jovens serão atendidos, porque ele taxou o seguro-desemprego, abriu mão dos 20% que o empregador pagava sobre a folha de pagamento e disse que isso vai gerar emprego. Mas vai gerar emprego onde? Ninguém gera empregos sem ter demanda. Não adianta. Ele diz: "Olha, eu não vou pagar mais 5 mil, vou pagar mil". Ele não vai pagar nem mil se o que ele produzir não tiver para quem vender. Essa é a realidade dos fatos.

Mas, enfim, vamos em frente.

Não é a desregulamentação do trabalho nem a retirada de direitos que vão gerar empregos. Isso está escrito na história da humanidade. Ninguém aqui ia inventar a roda.

A MP 905 traz medidas para permitir a redução de custo para as empresas.

Eu tenho empresários amigos meus. E, claro, eles dizem que é bom reduzir custos; agora, gerar emprego, não sei como.

Promove uma complementação da Lei da Liberdade Econômica e da reforma trabalhista e já antecipa, escreve medidas para a regulamentação da Emenda Constitucional 103, que, no caso, é a reforma da previdência, com a supressão de direitos ou criando dificuldade de acesso a eles.

Nem sequer ocorreu discussão aqui na Casa, nem com os trabalhadores, nem com movimentos sociais, ou seja, um texto de cima para baixo.

Há aspectos na MP 905 que são, sem sombra de dúvida, lamentáveis, ou, como disse o jornalista da *Folha de S.Paulo*, covardes.

Vejamos: o art. 6º permite, mediante acordo, que o empregador pague o parcelamento... Está me ouvindo em casa, você, que tinha, todo fim de ano, o décimo terceiro e o abono de férias também? Agora, eles vão incorporar ao salário. E você vai chegar, no fim do ano, e dizer: e o meu décimo terceiro? Você já recebeu, ele foi fracionado e eu incorporei ao seu salário. E o meu um terço de férias? Não, esse um terço já incorporou no seu salário, e você não tem mais direito.



É tirar o povo brasileiro para bobo.

Lembro-me de que, na campanha, eu ouvi alguém dizer, alguém que está no Governo, que achava que deveria acabar o décimo terceiro. Eu achei que era piada. Quando me perguntavam, eu dizia: "Não, isso não vai acabar, não; não vai chegar a tanto".

Acabaram, sim, com o décimo terceiro e com o abono de férias, aquele um terço a mais. Vão desaparecer.

Assim, no lugar de pagar 1,5 salário mínimo, poderão pagar 1,3. Isso leva, claro, cada vez mais, ao achatamento da remuneração do trabalhador.

Fundo de Garantia? Reduz a multa, que era de 40%, para 20%. Quem é que ganhava 40%? Quem ganhava era o trabalhador demitido. Agora, querem dizer que é bom para ele. Além de ser demitido, ele tinha 40% depositados. Agora, virou 20%.

Eles falam que é bom. Esse é o tal de Contrato Verde e Amarelo.

O objetivo é claro: baratear, inclusive, a demissão do trabalhador, uma afronta.

A Constituição veda a diferença de salário no exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor, estado civil. Eu estava lá, fui Constituinte e sei qual é o objetivo.

O FGTS, assim como a sua multa, incide sobre o salário e tem, assim, natureza salarial. Foi o que eles fizeram.

O art. 7º vai além na ruptura do direito ao FGTS, de forma isonômica, para todos os trabalhadores, porque ele reduz antes. O trabalhador depositava 8%. Agora, vão ser 2%.

Qual é o empregador que não vai gostar?

Mas eu queria, para os empregadores, que eles olhassem com coração, com alma, com sentimento para aquele que é um assalariado, que, lá, emprega, deposita a sua força de trabalho e só perde.

E querem explicar para mim, que fui operário de fábrica por 20 anos, que isso é bom. Isso é bom nem no inferno, eu diria. Quero que me provem. Nem no inferno é bom o que os senhores estão fazendo contra os que mais precisam.

Vamos em frente.

A proposta diz o seguinte: o empregador não vai pagar mais 20% sobre a folha no tal sistema verde e amarelo. Ele não paga os 20%, mas dizem que é bom também, porque agora o desempregado vai pagar 7,5% sobre a miséria que ele ganha. Quando estamos falando de desempregado, estamos falamos de alguém que vai receber aquele dinheirinho ali, que não passa de R\$1 mil, no máximo, R\$2 mil, já arredondando. Ele vai pagar 7,5% sobre o que ele ganha, para que o empregador não pague 20% sobre a folha.

É brincadeira!

O salário-educação tem destinação constitucional para o custeio da educação básica: "A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei". A medida implica renúncia também dessa receita, que é para nossa educação – e hoje vai haver uma sessão, daqui a pouco, sobre o ensino técnico aqui.

O mesmo se aplica às contribuições para o Sistema S. As empresas deixarão de recolher o adicional de contribuição sobre a folha desses trabalhadores, cujos percentuais são os seguintes: Sesi, 1,5%; Sesc, 1,5%; Sest, 1,5%; Senai – foi lá que eu estudei gratuitamente e ainda ganhava um salário mínimo, para mim foi fundamental, deixei de ser vendedor de frutas na rua para fazer um



curso técnico no Senai, isso que me alavancou para fazer depois o ginásial no meu tempo, o científico e hoje estar aqui –, 1%; Senat: 1%.

Querem aprimorar o Sistema S, aprimorem, mas acabar? Aqui vai acabar. É esse o caminho?

A parcela de contribuição ao Sebrae. Quem mais gera emprego neste País? É a pequena e microempresa. Pois bem, A parcela de contribuição ao Sebrae, diversamente das demais contribuições do Sistema S, tem destinação específica, é para o apoio à micro e pequena empresa.

De cada cem empregos gerados neste País, 80 são gerados pelas micro e pequenas empresas, que agora não terão mais esse apoio do Sebrae, se isso aqui for aprovado. É bom isso? Claro que é ruim, mas pode piorar.

A redução dessas receitas oriundas de contribuição adicional sobre a folha variável no intervalo de 0,3% a 0,6% comprometerá a atuação do Sebrae. Quem diria? Muitos falam que só defendo o trabalhador, o trabalhador, o trabalhador, mas estou aqui defendendo o Sistema S, pelas crueldades, estou defendendo o Sebrae e estou defendendo as micro, pequenas e médias empresas, porque onde vamos parar? E só vai aumentar o desemprego.

A contribuição social destinada ao Incra – sabemos o papel do Incra – é de 0,2% sobre o valor da folha de pagamentos dos trabalhadores urbanos e rurais. É devida por empregadores rurais e urbanos, e o produto da arrecadação destina-se especificamente aos programas e projetos vinculados à reforma agrária, à agricultura e às suas atividades complementares.

Assim, o Incra deixará também de contar com tais recursos. Deixaremos de gerar milhões de empregos e renda no campo.

O art. 15 autoriza o empregador a contratar seguro privado de acidentes pessoais para o empregado mediante acordo individual. Se o seguro é privado... Quem está me ouvindo em casa neste momento já bateu o carro? Eu não bati, mas filho meu bateu. Fiquei muito bravo, viu? Mas bateu. Chega na hora, o seguro faz de tudo para não pagar. Tu achas que, num acidente dentro de uma empresa, o que o seguro privado vai fazer? "Quem bom que você se acidentou. Tá. Vou te pagar, então, agora R\$1 mil, R\$2 mil, R\$3 mil, R\$4 mil, R\$5 mil"? Vai nada! Vai fazer de tudo para não pagar. É a lógica do fato: o cara tem uma empresa de seguro, qual é a empresa de seguro que gosta de pagar o seguro?

Um genro meu bateu um carro. O único carro que eu tinha. Bateu, demoliu. Só que era meu carro. Resultado: o seguro não pagou um centavo. O que ele alegou? "Não era você que estava dirigindo, era o seu genro". Eles sempre acham um jeito de pagar, e ele foi culpado. Sabe quanto eu tive que tirar? E confesso aqui, o Banco do Brasil é testemunha, veio para cá a conta, o que vai fazer? Tirar um empréstimo consignado. Tive que pagar. O seguro sempre vai achar uma forma de não pagar. Faz parte, digamos, do ambiente natural dele. Ele vai procurar não pagar. Se tiver que pagar, ele paga.

Então, nesse caso, em que agora acidente de trabalho poderá ir para a mão da iniciativa privada, é claro que ele vai procurar não pagar. Mas vamos em frente. Vai ser o culpado ainda. Mas vamos em frente.

O mesmo art. 15 reduz para 5%, por que nós brigamos tanto – os Senadores votaram comigo –, o adicional de periculosidade, no caso do Contrato Verde e Amarelo, se o empregador contratar seguro privado. Ah, é? A periculosidade hoje me dá 30%. O empregador contrata um seguro privado, e o seguro privado me paga 5%. Ganha o seguro e ganha o empregador. Quem perde? De 30% vai para 5%. E querem dizer para mim que é bom. Ah, pessoal! Bobo não se elege, nem para Deputado Federal, nem para Senador. Então, não nos tirem para bobo. Pelo amor de Deus, não



nos tirem para bobo. Aqui a gente vai falar a verdade, os fatos. E o nosso papel aqui é defender os setores mais vulneráveis, e nós faremos isso.

Você acha que qualquer um de nós, numa disputa para o Senado, iria chegar aqui? Então, não tirem os Senadores para bobo. Isso aqui é nos tirar para bobo, porque dizem que é bom. Mas vamos em frente.

Aqui diz – e, claro, eu só vou comentar: é uma ofensa ao princípio da igualdade achar que Parlamentar não pensa. O sentido adicional da periculosidade é remunerar a exposição de risco. Só quando ficar comprovado que é de alto risco a atividade desse trabalhador é que ele tem direito: um trabalhador exposto a um setor inflamável, explosivo, de energia elétrica ou um guarda, por exemplo, de carro-forte, outras espécies de violência. E aí eu vou discorrendo de tudo. Mas, mesmo assim, ainda vai. Vamos ver aqui.

Qualquer momento em que esteja atuando, se vítima de situação de risco, ele teria direito ao adicional de periculosidade e ao princípio da aposentadoria integral, mas, infelizmente, há exigência de que esteja sujeito ao risco por 50% da jornada. Agora é o seguinte: se você teve um acidente e não foi no período total da jornada e criou uma condição de 50%, também vai levar chumbo. Aí vai ser discutido se você tinha ou não o direito, porque chegou lá para trabalhar e trabalhou três horas, tinha que trabalhar oito, não chegou a 50%. Isso é bom?

O art. 17 diz que é vedada a contratação sob a modalidade de que trata essa medida provisória, de trabalhadores submetidos a legislação especial. Aí vem: exclui categorias profissionais submetidas a legislação especial. Assim, estão excluídos – estão excluídos – regulamentos tais como aeronautas, oficiais, as categorias regulamentadas...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vou terminar, Presidente: aeronautas, oficiais gráficos, aeroviários, artistas e técnicos em espetáculos, diversões, professores, profissionais de enfermagem, motoristas, músicos profissionais, vendedores, viajantes de comércio. A MP ainda acaba com a regulamentação de 11 profissões: jornalista, publicitário, radialista, sociólogo, arquivista, atuário, técnico de arquivo, corretor de seguro, estatístico, secretário, guardador, lavador autônomo de veículos – ou seja, profissões que estavam regulamentadas vão desaparecer também.

A MP, Sr. Presidente, afasta a vedação de trabalho em domingos e feriados. Nós derrubamos aqui, naquela proposta de liberdade econômica, nós deixamos claro, foi um amplo debate no Plenário, que o trabalhador, se tiver que trabalhar em feriado...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... ou domingo, vai ter praticamente o dobro do vencimento. Acabou isso agora: vai ter que trabalhar, e ele que troque por um dia da semana como ele achar melhor.

Mas, enfim, questões como seguro-desemprego, que agora vai ser taxado, e, se for nessa linha, vão taxar também o BPC e, amanhã ou depois, o Bolsa Família.

Termino, Sr. Presidente: este tema, como são 135 artigos, merecia mais umas duas horas aqui para que eu pudesse aprofundar.

Então, encerro só dizendo que nós estamos num momento de precarização do trabalho aos extremos: pagamento de salários bem mais baixos, redução da arrecadação da previdência,



redução do FGTS, estímulo à demissão de trabalhadores experientes, desestímulo ao próprio estudo com o diploma superior.

Esperamos que haja um bom debate e oxalá esta Casa rejeite...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... a MP 905.

Obrigado, Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Chico Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Rocha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador.

Ainda temos três inscritos. Chamo a atenção dos nossos oradores para que, se puderem, reduzam seus tempos, porque nós temos uma sessão especial às 16h.

Dando continuidade aos debates, passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues, de Roraima.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Rocha, do PT, do Pará, colega na Câmara dos Deputados por vários mandatos também, senhores telespectadores que nos assistem no Brasil inteiro e no mundo neste momento, ouvintes da Rádio Senado, minhas senhoras e meus senhores, eu gostaria aqui, rapidamente, no início deste meu discurso, de falar sobre alguns temas que dizem respeito ao meu Estado, que são importantes e fundamentais para a vida da população de Roraima e, obviamente, para a inserção do Estado de Roraima no cenário dos Estados brasileiros, da Federação brasileira.

Primeiro, a questão da migração venezuelana, que, cada dia mais, se avoluma e assusta a população do nosso Estado, porque ali tira a oportunidade dos brasileiros, cria um clima de insegurança na nossa população. Além disso, pelo lado humanitário, nós vemos as dificuldades em que esses venezuelanos, tangidos pela sorte, pela necessidade, pela crise política na Venezuela, vivem hoje mergulhados.

É necessário que o Governo, através de uma ação coordenada, possa definitivamente encontrar um caminho que nós estamos sugerindo há quase um ano, ou seja, a criação de um campo único de refugiados para que ali eles fiquem com todos os benefícios que são necessários ao ser humano, mas que não continuem prevalecendo os abrigos que hoje estão espalhados por toda a capital do nosso Estado e que, obviamente, facilitam vários delitos, facilitam, inclusive, problemas com a própria sociedade brasileira em razão de atos criminosos, causados, muitas vezes, por venezuelanos. Eu gostaria apenas de dizer, para ratificar essa informação, que, só no presídio do nosso Estado, na penitenciária agrícola do nosso Estado, que tem em torno de 1,4 mil presidiários, 300 são venezuelanos. Então, só isso já justifica essa nossa posição aqui de criar um campo de refugiados para que ali eles ficassem abrigados, como é no mundo inteiro, e afastados da população, para que não perambulassem e não ocupassem espaços indevidos na nossa capital Boa Vista e também no Estado de Roraima.

Outro tema importante que nós estamos acompanhando quase que diariamente junto ao Ministério de Minas e Energia é aquele compromisso que o Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, fez conosco, com o Estado, com a população de Roraima e – por que não dizer? – da Amazônia, porque toda ela tem uma importância vital. A energia de Tucuruí vem do Pará, passa



pelo Amazonas e tem que adentrar o Estado de Roraima para abastecer, definitivamente, com segurança, a nossa população. Estamos aguardando, a população está aguardando, nós aqui Parlamentares, Senadores e Deputados, estamos aguardando. Eu, na condição de Vice-Líder do Governo, tenho cobrado sistematicamente uma definição por parte do Ministério de Minas e Energia, que está conduzindo muito bem o problema, obviamente, mas nós queremos pressa, celeridade, para que, ao iniciar a construção dessa obra, a partir de Manaus, numa derivação do linhão que vem para o Amazonas, nós possamos efetivamente ter a certeza de que a energia de qualidade chegará ao nosso Estado, o último Estado da Federação brasileira que ainda não é servido pelo Sistema Nacional de Energia.

Há também outro ponto que estamos debatendo – conversamos com a área militar, conversamos com o Conselho de Defesa, conversamos com o Exército, conversamos com a Casa Civil, com todos os instrumentos de Governo – e que vem se arrastando há décadas, décadas e décadas: a questão daquela corrente lá em Jundiá, uma corrente que significa uma prisão da população de Roraima, porque ela só se abre às 6h da manhã, e às 6h da tarde ela fecha, Senador Paulo Rocha. Aí ninguém pode passar. A população que vem do Amazonas para o Estado ou que vai do Estado resolver seus problemas no Amazonas, ou os brasileiros de todos os lugares, ou os turistas de todos os lugares do mundo, não podem passar naquela reserva de 135km, porque realmente ali há uma comunidade dos índios waimiri atroari. E não sei por que cargas d'água, ainda, na verdade, a corrente não foi aberta, apesar da pressão, da insistência e da legitimidade da reclamação, sim, da população de Roraima em pedir a retirada dela, mas água mole em pedra dura tanto bate até que fura, e nós vamos, na verdade, conseguir retirar essa corrente, porque ela em nada afeta a vida da população indígena que ali reside.

Também com relação à questão dos madeireiros, nós temos na região sul do Estado a maior concentração de indústrias e principalmente de serrarias que trabalham, a maioria delas, dentro da legalidade. É lógico que nós não estamos defendendo os ilegais, porque esses aí, na verdade, têm que pagar o preço da lei. Agora, que haja uma definição urgente por parte do Ibama, do ICMBio e da Polícia Federal, que têm criado problemas seriíssimos para os nossos madeireiros em Manaus quando se trata de iniciar o processo de exportação. Ali existem mais de 150 contêineres apreendidos por questões que são as mais variadas possíveis. Então, o que nós queremos, estamos cobrando e exigindo é que aqueles em que prevalecem todas as normas e todo o rigor das exigências legais sejam realmente liberados, para que aqueles geradores de emprego, aqueles pequenos empresários – e não são grandes as madeireiras que nós temos no Estado – possam, na verdade, continuar gerando emprego, continuar gerando renda e dando mais segurança aos seus negócios, às suas empresas.

Com relação à questão dos garimpos também, eu gostaria de dizer que houve um movimento, com o fechamento da estrada BR-174 no nosso Estado. Os garimpeiros foram convocados pelo Ministério de Minas e Energia para participar de uma reunião, inclusive sem a presença dos Parlamentares – e quem vota são os Deputados, quem vota são os Senadores, quem representa os Estados são os políticos, e ponto final. E aí houve um acordo. Eles foram ouvidos. Lá ninguém sabe realmente com detalhe o que aconteceu. Obviamente, a gente sabe da boa vontade do Ministério de Minas e Energia. Nós sabemos efetivamente que o Ministro Bento Albuquerque tem esse compromisso cívico e obviamente segue rigorosamente as normas legais, mas eu acho que seria importante que pelo menos um Deputado e um Senador tivessem sido convidados para



participar dessa reunião que, obviamente, no segundo momento, ia ser exposta para todo o Estado, para toda a Amazônia e para todo o Brasil.

Na questão fundiária, o Governador Antonio Denarium já avançou muito, e outros governos também avançaram muito, mas nós esperamos, esta semana, que, através da Casa Civil, através da Secretaria de Governo, nós possamos encontrar o horário e o dia para que o Presidente Jair Bolsonaro receba os oito Deputados Federais, os três Senadores e o Governador do Estado para que possam ultimar as providências para agilizar o repasse das terras da União para o Estado. A população de Roraima mora no Estado, ela não mora em Brasília. E, como tem dito o Governo, mais Brasil e menos Brasília. Então, que essas decisões de Brasília saiam logo da seara de Brasília e vão para os Estados para que os Governadores, a população, os produtores rurais, os empresários, possam ter realmente condições de, com um título definitivo na sua mão, defender a sua empresa, defender a sua propriedade, defender o seu lote, fazer os investimentos de que o Estado precisa para se desenvolver.

A questão do Ibama também é outra questão grave por que nós passamos. Aliás, o Brasil inteiro passa por uma questão gravíssima pelo radicalismo do Ibama, pelo impedimento, na maioria das vezes, de ações que possam promover o desenvolvimento deste País gigantesco, que é o Brasil. É tão grande o Brasil, que há uma população indígena, que são os ianomâmis no nosso Estado, que tem 9,5 milhões de hectares de área, onde vivem apenas 15 mil indígenas! Então, vocês imaginem realmente como este País é gigantesco. Eu costumo até dizer, minha gente, meu caro Presidente, agora presidindo a sessão, Senador Mecias de Jesus, que nós vivemos praticamente a maldição da abundância, porque tudo no Brasil é gigante. Os minerais são abundantes, a nossa biodiversidade é fantástica, a nossa água doce representa praticamente mais de 20% de toda a água doce do Planeta. O nosso País é riquíssimo e precisa sair dessas amarras para que possa, efetivamente, dar à população brasileira aquilo de que ela precisa. E nós entendemos que não podem as instituições públicas, como o Ibama, criar tantos problemas para que realmente o trabalhador brasileiro possa trabalhar, produzir e viver.

São questões que são fundamentais, são questões que são importantíssimas...

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... para a vida do nosso Estado, o Estado de Roraima, que está no hemisfério norte. A maioria da população brasileira não sabe, mas praticamente dois terços, Senador Paulo Rocha, do nosso Estado estão no hemisfério norte. Até os nossos regimes de plantio e colheita são diferentes dos do resto do Brasil, porque estamos acima da linha do equador. E, obviamente, ainda prevalecem dificuldades enormes, dificuldades que, muitas vezes, impedem um desenvolvimento mais forte, mais robusto para melhorar a vida das pessoas do nosso Estado. Então, são questões que eu deixaria aqui registradas. Eu não posso, na verdade, me omitir.

Aliás, vou até concluir falando sobre a ligação entre o Brasil, através de Roraima, e a República Cooperativa da Guiana. Temos apenas 700km de distância entre a nossa capital Boa Vista e Georgetown, já no Atlântico, ou seja, é uma localização geográfica fantástica, geopolítica importante. E, na medida em que esse relacionamento com a República Cooperativa da Guiana venha a se ampliar, nós haveremos de ter, na verdade, um parceiro estratégico. E a Guiana hoje está numa situação ímpar, deverá ser a próxima Dubai do mundo. Só agora descobriram, em cinco poços de petróleo, 5,5 bilhões de barris de petróleo. Ali já está a ExxonMobil, ali já estão empresas chinesas, que começarão a exploração ainda até o final deste ano. E, obviamente, pela



localização, vai haver um processo de irrigação natural da economia muito importante para o Estado de Roraima. Portanto, era esse o registro que eu gostaria de fazer aqui nesta tarde de segunda-feira.

E quero dizer que a semana começa prometendo muito aqui nesta Casa, que é a Casa da República, a Casa da Federação. Todos os Senadores, aqui nesta Casa, e os Deputados, lá na Câmara, precisamos nos irmanar, no sentido, Sr. Presidente, de transformar a vida deste País, de evitar esses confrontos desnecessários de um Presidente que governou por oito anos, tendo seu partido governado por mais quase oito anos... E as conversas, os fuxicos, as intrigas se multiplicam, como se na verdade aqui não houvesse tanta coisa para fazer, como se este País não tivesse tanta coisa para fazer, para que possa, na verdade, oferecer melhor desenvolvimento, melhores condições de vida à população brasileira. Então, era esse o recado que eu gostaria de deixar aqui. Gostaria de dizer que o importante, no meu sentimento, é que haja unidade no essencial, ou seja, que todos nós, indiferentemente dos matizes partidários, possamos nos afunilar no sentido de levar o melhor para o País. Que cada um de nós, à luz da consciência, mas, acima de tudo, do interesse nacional, possamos nos irmanar no sentido de trazer o melhor para o nosso País.

Era isso que eu gostaria de dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Chico Rodrigues, o Sr. Paulo Rocha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mecias de Jesus.)

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Senador Chico, antes que V. Exa. deixe a tribuna, eu quero aproveitar, com a atenção dos nossos queridos Senadores que se encontram aqui, pra dizer que o tema que V. Exa. aborda é de suma importância para o Brasil e de grande importância para o Estado de Roraima.

Eu quero aproveitar este momento, querido Senador Paim, este momento em que presido mais uma vez uma sessão no Senado da República, e pedir para que o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, possa imediatamente, em conjunto com o Presidente da Câmara, definir sobre a Medida Provisória 901. Ela define, Senador Chico, a questão da transferência das terras para o Estado de Roraima. Essa definição é, sem dúvida nenhuma, algo importante para nós. Desde a criação do Estado de Roraima, nós somos um Estado praticamente virtual. Nós não temos um território físico definido. As terras são da União, as terras são do Governo Federal. Já tive oportunidade de falar sobre isso aqui, Senador Girão, Senador Paulo Rocha, Senador Paim. V. Exa., inclusive, tem nos ajudado aqui nessa situação. Aprovamos, poucos dias atrás, o Decreto Legislativo 28, de nossa autoria, que libera a área geográfica, a sede urbana do Município de Pacaraima. E nós agora nos vemos com a mesma situação. As situações do Amapá e de Roraima são idênticas, mas o Presidente do Congresso, o Senador Davi Alcolumbre, teve a oportunidade, como Presidente da República em exercício, de decretar e resolver a questão das terras no Estado do Amapá. Parabéns ao povo do Amapá, parabéns ao Senador Davi Alcolumbre, que teve a oportunidade e, numa canetada, resolveu o problema do Amapá. Agora, nós queremos pedir ao Presidente da República: Roraima também não pode mais esperar. Estamos na mesma medida provisória. Estamos com os mesmos problemas... Aliás, temos problemas diferentes dos que tem o Estado do Amapá, os nossos problemas são muito mais graves.



E eu quero me juntar a V. Exa. aqui, eu quero me unir, nessa questão, ao Senador Chico, porque V. Exa. defende muito bem o nosso Estado, principalmente nessa questão dos garimpeiros do nosso Estado. Os nossos garimpeiros, cuja única fonte de renda é o subsolo, não podem trabalhar, não podem sustentar suas famílias. São mais de 10 mil garimpeiros, que não querem trabalhar sem as condições necessárias, sem estarem amparados pela lei. Eles não estão lá trabalhando ilegalmente, porque querem; eles estão trabalhando ilegalmente, porque não há uma legislação que os ampare. Isso, aliás, é tudo que eles querem, mas eu creio que o Presidente da República, Jair Bolsonaro, deverá encaminhar em breve uma medida provisória que trata do tema, e, nessa medida provisória que ele vai encaminhar, nós esperamos resolver imediatamente não só o problema dos garimpeiros do Estado de Roraima, mas de todos os Estados brasileiros.

Parabéns a V. Exa., Senador Chico, a quem me uno, mais uma vez, para defender os interesses do Estado de Roraima e da nossa gente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Mecias de Jesus, V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Senador Paulo Paim, V. Exa. tem toda a permissão possível.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente. Primeiramente, pode contar sempre comigo, V. Exa. sabe, sempre que for algo em defesa dos Estados da Federação. Então, pode contar comigo também na questão do seu Estado.

Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo a V. Exa.: os nossos convidados – estão aqui, acredito, mais de uma centena – vieram para uma sessão de homenagem de minha iniciativa, com o apoio, claro, de todos os senhores, sobre a questão do ensino técnico, tão importante para toda a nossa juventude e também para os mais idosos, como eu. Assim, peço que o senhor libere para que eles possam ter assento aqui, uma vez que eles estão empilhados aqui e acolá, e, assim, fiquem mais bem acomodados. Claro, se atrasou, atrasou, faz parte, não é a primeira vez, mas, assim, nós ficaríamos assistindo aos outros Senadores – parece que são dois – ainda inscritos para usar da palavra. Que eles já pudessem se sentar aqui no Plenário. Isso depende de V. Exa. no exercício da Presidência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Senador Paim, o que V. Exa. requer é justo. Desse modo, autorizo todos os seus convidados a ocuparem as dependências do Plenário do Senado, que são, de praxe, ocupadas pelos Senadores da República.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mecias de Jesus. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/REPUBLICANOS - RR) – Passo a palavra ao eminente Senador do Estado do Ceará, meu prezado amigo, o competente Senador Eduardo Girão. V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discursar.) – Muitíssimo obrigado, Senador Mecias de Jesus, que agora preside esta sessão desta segunda-feira.

Saúdo a todos aqui presentes. É muito bom ver este Plenário e essas galerias com movimentação, nesta que é uma Casa do povo brasileiro, dos Estados da Federação.

Eu subo a esta tribuna, em primeiro lugar, agradecendo a Deus pela oportunidade de, mais uma vez, estar aqui com saúde, com serenidade, podendo combater o bom combate em mais uma



semana de trabalho, quando as expectativas do povo brasileiro estão voltadas especialmente para o Senado Federal, para a nossa Casa, a Casa onde vocês estão, a Casa que vocês estão vendo, a Casa que vocês estão ouvindo também.

Esta é uma semana que promete, é uma semana que será decisiva para quem quer o fim da impunidade no Brasil, para quem quer o restabelecimento da prisão em segunda instância em nosso País. A decisão do Supremo Tribunal Federal, há duas semanas, deixou o nosso País numa situação extremamente desconfortável em relação a todos, praticamente todos os países do mundo inteiro. O Brasil, e eu digo isso constrangido, digo isso com certa vergonha, foi o primeiro país a voltar atrás na prisão em segunda instância.

Eu acho que isso transcende a questão de esquerda, de direita, de centro; isso transcende a questão de políticos condenados por corrupção terem sido liberados. É uma questão de quem quer o fim da corrupção no nosso País, de quem quer que a justiça seja para todos. Com essa decisão vergonhosa do Supremo Tribunal Federal, nós tivemos a possibilidade de libertação de pedófilos, de homicidas, de traficantes, de empresários corruptos e também de políticos poderosos e corruptos.

Eu tenho muita esperança na decisão dos Senadores lá na CCJ, na quarta-feira, e depois aqui no Plenário. Eu tenho muita esperança de que o Brasil vá restabelecer a prisão em segunda instância. Sabem por quê? Porque, se há uma coisa que político respeita – eu estou aprendendo isto agora, estou há pouco tempo na política, estou completando dez meses –, se há uma coisa que eu já percebi que político respeita, é um povo organizado, é um povo que cobra e que se aproxima desta Casa que é dele.

Eu recebi centenas de mensagens neste final de semana. E não houve nenhuma dessas mensagens que dissesse o contrário, todas querem o retorno da prisão em segunda instância no Brasil.

Eu queria dizer que eu estive num evento este final de semana em São Paulo em que eu fiquei muito grato, Senador Paulo Paim. Eu fiquei extremamente grato de ter podido participar lá no Museu da América Latina de um evento que reuniu rabinos, pastores, padres e espíritas. Eu saí muito feliz, porque a discussão era em torno da paz do movimento chamado Você e a Paz, idealizado pelo médium Divaldo Pereira Franco, um grande humanista, pacifista do Brasil. E eu tive a benção de poder participar desse evento de alto nível, de altíssimo nível. Ai como eu queria trazer esse evento – e vou me esforçar para trazer esse evento – aqui para o Senado Federal, porque eu acho que é disso que a gente está precisando aqui nesta Casa.

No momento de tanta polarização no Brasil, a gente precisa pensar juntos. Todos nós temos nossas qualidades, nossos defeitos. Nós estamos aqui para evoluir, para aprender uns com os outros. Ninguém é dono da verdade. O Brasil tem que ultrapassar essa polarização, esse discurso, muitas vezes, de exclusão, de raiva, de ódio. Chegou a hora de darmos as mãos e reconhecermos as potencialidades que cada um tem, independentemente de partido político. Todos os Senadores têm pautas boas aqui. Eu tive a oportunidade de conhecer, de conversar, um lado humanizado, e está sendo um grande aprendizado para mim nestes dez meses de mandato.

Eu queria, para me encaminhar para o encerramento da fala, fazer uma pergunta: o que que nós estamos fazendo com o povo brasileiro? O que nós estamos fazendo? A pergunta empodera quem a faz, gera reflexão. Ontem, em várias capitais do Brasil, nós tivemos o pedido de *impeachment* de ministros do Supremo Tribunal Federal. E não há outro lugar que possa dar essa resposta senão esta Casa, mas o Senado está se omitindo. O Senado não está deliberando algo que



precisava deliberar, que é sobre esses pedidos de *impeachments* de ministros do Supremo Tribunal Federal, que têm fatos determinados, ressaltando que a instituição é importante para o País, que a maioria dos ministros é cumpridora dos seus deveres, mas há alguns que nós precisamos dar resposta para a população, que quer a verdade sobre a sua Justiça. Eu também cobro e cobrarei uma posição desta Casa para deliberar os *impeachments* que estão engavetados na Presidência do Senado Federal.

Para encerrar, eu quero terminar com uma mensagem, Senador Paulo Paim. Se você me der mais um minuto, eu consigo encerrar com uma mensagem que é muito inspiradora para a gente começar esta semana tão decisiva para o País: "Futuro e nós".

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Já está dado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) –

Comecemos avaliando a importância de compreender e servir.

Esqueçamos ressentimentos e sombras, lembrando-nos de que a prática do amor é trabalho para todos os dias.

Não reclamemos dos outros aquilo que possamos fazer por nós mesmos.

Entendamos que os nossos problemas não são maiores do que muitas das dificuldades que afligem os semelhantes.

Melhoremos a nós próprios, a fim de que as nossas experiências se elevem.

Vejamos, em cada criatura, um mundo à parte e, por isso, aceitemos os nossos companheiros de caminho, tais quais são, sem exigir-lhes demonstrações de santidade ou grandeza.

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) –

Busquemos o trabalho constante no bem de todos por ação capaz de impulsionar-nos para adiante, livrando-nos de fixações pessoais em grades de sombra.

O autor é Emmanuel, que é o mentor do grande pacifista e humanista brasileiro Francisco Cândido Xavier, o Chico Xavier.

Uma ótima semana a todos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. Eduardo Girão, o Sr. Mecias de Jesus deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Esse foi o Senador Eduardo Girão.

Convido para usar a palavra – e sei que ele será rápido também – o Senador Paulo Rocha, para que a gente possa iniciar a nossa sessão, mas eu não deixaria de agradecer ao Senador Messias de Jesus, que, de pronto, permitiu que os senhores adentrassem o Plenário antes do encerramento da sessão e passou a Presidência para este Senador.

Senador Paulo Rocha, por favor.



O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados, já parabenizo o Senador Paim por esta sessão solene. Tem muito a ver com a nossa vida pessoal e operária a valorização do ensino profissionalizante e técnico do nosso País.

Foi esse ensino técnico que nos oportunizou a possibilidade de sermos operários e, a partir do operariado, fomos para dentro do sindicato. E, dentro do sindicato, estabelecemos um processo de reivindicação de lutas, nos transformamos em lideranças e hoje somos dois Senadores da República, transformando este Senado em uma caixa de ressonância dos interesses dos trabalhadores brasileiros.

O Senador Paim é técnico em metalurgia e eu sou técnico em artes gráficas. Parabéns por vocês estarem aqui.

Presidente, eu queria registrar aqui um momento que vivi neste final de semana no meu Estado, o Pará, sobre a questão permanente que trazemos para cá, a questão do desenvolvimento do nosso País. E aqui quero refletir o debate sobre o desenvolvimento da Amazônia.

Já foi falado pelos companheiros lá de Roraima sobre essa questão, que é o centro do desenvolvimento lá da nossa região. O grande problema do nosso País é que o problema do desenvolvimento foi pensado a partir de uma visão elitista, por isso que há um Centro-Sul mais desenvolvido e um Norte e um Nordeste em desenvolvimento.

No meu Estado, que é uma das regiões mais ricas do mundo porque, lá, está a maior reserva florestal do mundo, estão as maiores reservas de água doce do mundo, está a maior reserva da biodiversidade do mundo e está a maior reserva, no subsolo, de minerais do mundo. Mas é um Estado que está em desenvolvimento, e, dentro do Estado, há diferenças regionais. Há um sul do Pará, por exemplo, onde está o minério, que já está em pleno desenvolvimento, mas há uma região chamada Região do Marajó, que tem o menor IDH do Brasil.

Então, sempre trouxemos essa visão de desenvolvimento para refletir aqui, principalmente porque fica sempre esse debate quando falam da questão da Amazônia. Nós não somos daqueles que defendem a Amazônia imaculada. Nós mesmos, povo da Amazônia, quer sejamos os pequenos, quer sejamos os grandes, já buscamos formas de desenvolvê-la, que é o chamado desenvolvimento autossustentável.

A própria indústria madeireira, que era uma grande devastadora, buscou saída para poder fazer uma espécie de rodízio na exploração da madeira. Quando está explorando uma área, a madeira está preservada em outra. Dez anos passam aqui, dez anos passam acolá, e essa aqui já se recupera de novo.

Então, há processos de autossustentabilidade para buscar soluções para o desenvolvimento da nossa região.

Eu estou registrando isso porque participei de uma reunião numa cidade chamada Cametá, uma cidade das mais antigas, com cerca de 342 anos, que fica na beira do Rio Tocantins, numa região chamada Tocantina. Lá é onde foi inserida a Hidroelétrica de Tucuruí. Estão ocorrendo debates lá para discutir o processo de criação de um canal chamado Pedral do Lourenço. Vão fazer um canal lá para poder fazer uma hidrovia entre a cidade de Marabá e o Porto de Belém para escoar os minérios.

E os paraenses têm um trauma muito grande com essa questão da exportação, com a criação de corredores de exportação, porque, no caso do minério, já há um trem que sai lá de dentro da floresta, vai para o Maranhão, e o paraense só ouve o sinal do trem, o apito do trem. E as nossas



riquezas vão embora *in natura* lá para a China, onde se vão agregar valores de geração de emprego, de criação de impostos etc., porque a nossa riqueza sai *in natura*.

Agora, estão criando a hidrovia exatamente para poder ser outro corredor de escoamento dessa produção, e o povo da beira do Tocantins está preocupado, porque eles acham que também vão só ouvir o apito – agora não é mais do trem; o apito daqueles barcos que empurram, são os empurradores, para poder carregar os nossos minérios, a nossa matéria-prima *in natura*.

Qual é a concepção que nós defendemos lá? É que, tudo bem, tem uma política de exportação, mas tem que ter uma política de verticalização das nossas riquezas, dos minérios, tirando metalurgia, verticalizando minério para o aço, e, depois, com o aço, a produção do aço, pode chamar plantas, outras plantas de produção de carro, de fogão, de geladeira, etc., porque ali vivem, na Amazônia, 22 milhões de brasileiros, que precisam de trabalho, que precisam de renda, para poderem viver bem, viver dignamente.

Então, essa concepção de desenvolvimento de um país rico mas com um povo pobre é que gera essa situação do nosso país: desemprego, violência nas grandes cidades, etc. Ou seja, tem saída para resolver o problema do nosso País, que não é essa de que há pouco, Senador Paulo Paim, na sua intervenção, reclamou – que sempre quando a elite pensa em desenvolvimento, eles se viram para os trabalhadores e dizem: "Tu tens muito direito; portanto, para a gente poder desenvolver o País, nós temos que tirar o teu direito". Porque é esta concepção que está sendo colocada de novo no nosso País. A reforma trabalhista na época do Temer, qual foi a justificativa? Para resolver o problema do desemprego. Tem que reduzir, tem que acabar com as jornadas, fazer a jornada intermitente... Que foi que aconteceu? Gerou emprego? Precarizou o emprego! Vide as ruas do Brasil. Isso não é coisa de petista radical que está denunciando. Saíam nas ruas, ali. Os sinais voltaram a estar cheios de novo. As ruas, cheias de ambulantes, de pedintes, etc.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, é a busca de uma concepção de desenvolvimento que oportunize para todos. E, pior: nós estávamos construindo isso, um Estado social, criando mais universidades para qualificar nossos jovens, criando mais institutos técnicos federais, escolas técnicas federais, para preparar o trabalhador a ser um profissional para ajudar o desenvolvimento do nosso País, etc.

Então, é oportuno eu registrar isso neste momento dos debates que nós estamos fazendo lá na Amazônia, para que a gente realmente enriqueça mais aqui essa audiência pública, Senador Paulo Paim, com a presença desses não só dedicados que eu estou vendo aqui. Devem ser representantes de entidades, professores, etc., mas também...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... um conjunto de trabalhadores que, com certeza, já se preparam tecnicamente para enfrentar este momento que a gente está vivendo no nosso País. É fundamental que a gente brigue para a concepção de desenvolvimento que as elites sempre pensaram para o nosso País.

O que nós queremos é oportunidade. O que o trabalhador quer é oportunidade de trabalhar, de viver, de ganhar o seu dinheiro para poder criar as condições de dignidade para a sua família.

Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Paulo Rocha, meus cumprimentos pelo pronunciamento que faz nesse momento e que foi, de fato, breve. (*Palmas.*)

Então, nós encerramos a primeira parte dos trabalhos desta tarde. Foi uma sessão não deliberativa, em que os Senadores fizeram seus pronunciamentos.

Sessão encerrada.

(*Levanta-se a sessão às 16 horas e 36 minutos.*)



Ata da 219^a Sessão, Especial,
em 18 de novembro de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Paulo Paim.

(Inicia-se a sessão às 16 horas e 36 minutos e encerra-se às 18 horas e 13 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Abertura da sessão.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial é destinada a celebrar os 110 anos do ensino técnico e profissionalizante no Brasil, nos termos do Requerimento 573, de 2019, deste Senador e de outros.

Vamos de imediato à composição da Mesa. Convido para compor a Mesa:

Mr. Ariosto Antunes Culau, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, seja bem-vindo;

Mr. Roberto Tadros, Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC);

Mr. João Martins da Silva Junior, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);

Mr. Jerônimo Rodrigues da Silva, Presidente do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif);

Mr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo;

Mrs. Mônica Messenberg Guimarães, Diretora de Relações Institucionais da Confederação Nacional da Indústria, representando o Presidente da Confederação Nacional da Indústria;

Mr. Valter Souza, Diretor de Relações Institucionais da Confederação Nacional de Transportes (CNT).

Enquanto esperamos todos chegarem à mesa, eu queria agradecer a todos que organizaram este evento. Podem crer que este evento não foi organizado por mim; eu apenas apresentei o requerimento e as entidades que estão neste Plenário e a assessoria do gabinete é que organizaram o evento. Eu sempre digo que para a gente é fácil: os senhores e as senhoras organizam o evento, a gente sobe no palanque e dá o discurso.

Sintam-se todos em casa aqui, os que estão à minha esquerda, à minha direita, na linha de centro. Todos, para mim, estão na mesma posição. Não tem nenhuma configuração de direita, centro e esquerda. Fiquem todos à vontade. Tenho certeza de que faremos aqui uma grande sessão.

Todos nós somos apaixonados pelo ensino técnico profissionalizante. Essa paixão está no coração de vocês e podem saber que está no nosso coração também. Vocês podem ter a certeza absoluta de que, para qualquer investida nesta Casa que vá atingir o ensino técnico, vocês terão representantes aqui, tanto de trabalhadores como de empresários, que têm a mesma posição. O ensino técnico profissionalizante é fundamental para o Brasil dos nossos sonhos. Vida longa ao ensino técnico profissionalizante! Estamos juntos! (*Palmas.*)

Mesa formatada, eu vou deixar para fazer a minha fala no encerramento – a assessoria sempre me diz: "Senador, fale na abertura porque a Casa está cheia". Para mim, não é a Casa estar cheia ou não.

Primeiro, quero agradecer também à TV Senado, à Rádio Senado, à Agência Senado. Nós estamos ao vivo para todo o País, e eu faço questão de que o Brasil ouça os senhores e as senhoras sobre a importância do ensino técnico.

Então, vamos diretamente à abertura solene, e, em seguida, eu passarei a palavra aos convidados e falarei no encerramento.

Eu convido a todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional do Brasil.



(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Claro que eu queria, com muito carinho, cumprimentar os alunos, professores e servidores das escolas de ensino técnico profissionalizante que estão aqui; todos os empresários e diretores. Todos são bem-vindos. Esta sessão é para nós, que somos militantes desta causa tão nobre, que é a formação do nosso povo para enfrentar estes outros tempos. Queiramos ou não, a tecnologia, a robótica, a cibernética, tudo muda, e nós temos que enfrentar com formação isso em algum momento.

De imediato, eu passo a palavra ao Sr. Jerônimo Rodrigues da Silva.

Só para situar, depois dele, teremos um vídeo institucional.

Se os senhores concordarem, dez minutos para cada um é suficiente? (*Pausa.*)

Então, dez minutos para cada um.

O SR. JERÔNIMO RODRIGUES DA SILVA (Para discursar.) – Uma boa-tarde a todos e todas!

Inicialmente, gostaria de cumprimentar a Mesa, na pessoa do Senador Paulo Paim, a quem agradecemos a oportunidade de estar falando sobre esses 110 anos da educação técnica e profissional e comemorando também os dez anos de institutos federais.

Em 2019, o Brasil comemora os 110 anos de um marco do ensino profissionalizante brasileiro: a criação de 19 escolas de aprendizes e artífices, Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, Nilo Peçanha.

No decorrer de mais de um século, a configuração dessas escolas passou por várias transformações, acompanhando as mudanças históricas, políticas e culturais ocorridas no País e no mundo. Hoje, aquelas unidades inicialmente criadas para ensinar um ofício a meninos em situação de vulnerabilidade evoluíram significativamente, ganharam o Brasil e conquistaram o reconhecimento do mundo. Esse DNA centenário está presente na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, atualmente constituída por 38 institutos federais, 2 centros federais de educação tecnológica e também pelo Colégio Pedro II, que juntos ofertam educação pública, gratuita e de qualidade para centenas de milhares de estudantes.

Essas instituições colocam à disposição da sociedade cursos verticalizados, do nível básico à pós-graduação, passando pelo ensino fundamental, no caso do Colégio Pedro II, e também pelos cursos de formação inicial e continuada, cursos técnicos, integrados ou não ao ensino médio, educação de jovens e adultos, cursos superiores de tecnologias, bacharelados, licenciaturas e programas de pós-graduação.

Com 110 anos de expertise, a excelência do ensino oferecido na Rede Federal é atestada por importantes indicadores de qualidade. Nacionalmente, podemos citar o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), que, embora não seja um foco de atuação das instituições, registra sucessivos destaques dos nossos alunos. No âmbito internacional, o desempenho supera referências como a Alemanha, a Coreia do Sul e os Estados Unidos, segundo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Essa rede apresenta números que nos impressionam. Além dos indicadores de qualidade já referenciados, os números contabilizados da Rede Federal também traduzem a atuação das instituições. Alguns desses resultados podemos citar: cerca de um milhão de matrículas; 11.766 cursos; 661 unidades em 578 municípios, em todo o território nacional; 208 *campi* ofertam cursos



na área agrícola; 9 Polos de Inovação; mais de 7 mil projetos e 16 mil ações de extensão; mais de 11 mil projetos de pesquisa aplicada; cooperação com mais de 30 países. Esses diferenciais da rede são importantes e tornam a Rede Federal singular no mundo.

Dos principais destaques, podemos dizer, a respeito da verticalização do ensino, que remete a uma trajetória de ascensão formativa. Isso significa que os estudantes podem cursar todas as etapas da educação profissional e tecnológica em uma mesma instituição, de cursos de formação inicial e continuada até a pós-graduação.

Na pesquisa aplicada, um importante pilar da formação oferecida na Rede Federal, no percurso acadêmico, os estudantes utilizam o aprendizado da sala de aula e adquirem experiências transformadoras.

Na extensão tecnológica, em permanente articulação com o ensino e a pesquisa, as produções desenvolvidas nas instituições são compartilhadas com a sociedade, contribuindo para a formação do estudante e para os avanços sociais.

Na inovação, representa, nesse caso, o aperfeiçoamento e a modernização de produtos, processos e serviços. Essas práticas ganham o reforço dos Polos de Inovação que, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), atuam para o desenvolvimento da pesquisa aplicada e a ampliação da competitividade e produtividade nacional.

Aqui falando em inovação, representando todos os jovens pesquisadores da Rede Federal, menciono uma das cientistas em ascensão, a gaúcha Juliana Estradioto, que iniciou seus passos no *campus* Osório do Instituto Federal do Rio Grande do Sul e vem conquistando a admiração do mundo e o reconhecimento de ser uma menina na ciência. Das várias premiações que ela conquistou, está o 1º lugar na área de Ciência dos Materiais na maior feira de ciência dos Estados Unidos, a Intel... (*Palmas.*) ... que ocorreu em maio deste ano e contou com a participação de representantes de mais de 80 países.

Sem esquecer também a sustentabilidade, a internacionalização, o empreendedorismo, que a partir de programas realizados nas incubadoras de empresas, ideias criativas são aperfeiçoadas e transformadas em negócio de sucesso com o apoio da Rede Federal, utilizando bases tecnológicas e soluções inteligentes.

Na iniciação científica: ingressar na Rede Federal significa adentrar uma realidade científica e tecnológica. Sob mentoria institucional, estudante de todos os níveis de ensino são incentivados a desenvolver pesquisas e, assim, vivenciar grandes experiências.

Diversas unidades da Rede Federal estão implantadas em áreas de difícil acesso, possibilitando o ingresso no ensino público federal. Essa é a capilaridade da nossa rede. Juntos, todos esses diferenciais fazem da Rede Federal um agente propulsor importante para o desenvolvimento socioeconômico local e regional, pois as instituições causam impactos positivos na economia e na valorização dos arranjos produtivos a partir dos projetos e produções específicos a cada realidade.

A atuação das unidades é focada em formar e qualificar jovens e adultos para atuarem nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Assim, a partir de uma formação inclusiva, humanista e integral, os alunos aprendem fazendo e são incentivados a buscar soluções para os problemas reais da sociedade.

Todos os cursos estão alinhados às demandas do mundo do trabalho e aos arranjos produtivos locais, potencializando o desenvolvimento regional e gerando empregabilidade dos egressos.



E, sem muita delonga, podemos também falar do alto poder de inclusão dessa rede. Tudo isso ganha ainda mais sentido com o contínuo processo de inclusão promovido pela rede. Hoje, mais de 75% dos nossos alunos têm renda per capita inferior a 1,5 salário mínimo...

(Soa a campainha.)

O SR. JERÔNIMO RODRIGUES DA SILVA – ... ou seja, as instituições trabalham para atender a todos, para alcançar a diversidade em todas suas formas e dimensões. Tudo isso faz parte de uma política de Estado que vivencia a igualdade de oportunidades.

Falar em inclusão significa dar acesso à educação profissional e tecnológica, independentemente da classe social ou da necessidade específica do estudante. Isso quer dizer que o jovem do interior mais longínquo tem a chance de estudar e alçar grandes voos profissionais, assim como o estudante da cidade que vive em condição social privilegiada.

A partir do desenvolvimento de tecnologias assistivas – recursos tecnológicos que facilitam a vida das pessoas com deficiência –, todos têm a mesma oportunidade.

Nesse sentido, várias iniciativas e criações facilitam a comunicação e a aprendizado de estudantes com necessidades específicas.

Encerrando, eu digo que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica está a serviço do Brasil e dos brasileiros. É uma política de Estado estruturante, sólida, que traz retornos reais à sociedade e inspira o mundo.

Vivam os 110 anos da educação profissional no Brasil! Vivam os 10 anos dos Institutos Federais.

Uma boa tarde a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Jerônimo Rodrigues da Silva. Meus cumprimentos pela exposição.

Agora, pela orientação que eu recebi, vão passar um vídeo.

Eu comando daqui. Tem que ajudar aí. Eu não opero o vídeo, não. (*Pausa.*)

(Soa a campainha.)

Não sou eu que mando.

Pessoal, se deu problema no vídeo, vamos para o próximo orador.

*(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

A orientação é que vão passar agora um outro vídeo. Por favor, esse vídeo seria na abertura. Agora, é o segundo vídeo. (*Pausa.*)

Vocês vão ter que vir dar uns cursinhos aqui dentro para nós. Eu estou encabulado.

*(Procede-se à exibição de vídeo.) (*Palmas.*)*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

Vai falar neste momento o Diretor de Inovação e Conhecimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, Senar, tudo a ver com o vídeo que passou, o Sr. Luís Tadeu Prudente Santos.



O SR. LUÍS TADEU PRUDENTE SANTOS (Para discursar.) – Boa tarde a todos, em nome do Presidente João Martins da Silva Júnior, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, eu gostaria de cumprimentar o Senador Paim, representante, no caso o autor do requerimento desta solenidade, desta sessão especial em comemoração aos 110 anos do ensino técnico profissionalizante e aqui eu vou ser muito breve, mas só para complementar um pouco o nosso vídeo, vou trazer um pouco da ação do Senar, principalmente a partir dos últimos cinco anos, em que ele ingressou na formação técnica.

Até 2013, aproximadamente, o Senar, nos seus 27 anos, já atendeu mais de 76 milhões de pessoas pelo Brasil. Mas a forma de atuação do Senar até 2013 foi muito a de levar a formação para as propriedades rurais. Nós entendíamos que nós tínhamos um laboratório a céu aberto para trabalhar com as mais de 300 ocupações do setor e, de alguma maneira, a gente fazia uma formação eficiente. Desde 2013, por demanda do setor produtivo, nós começamos a fazer, então, trabalhar com a nossa formação técnica, principalmente visando atender uma mão de obra para suprir o Senar com outra linha de ação, que é assistência técnica e gerencial.

Em 2013, nós começamos com o nosso primeiro curso técnico presencial, em Palmas, Tocantins, numa formação num curso de floresta, silvicultura. E, logo depois, já identificado por uma série de reuniões promovidas entre produtores, academia, empregadores, estudantes, cooperativas, que a gente tinha que trabalhar num perfil profissional identificado por eles num produtor do futuro. E o primeiro curso demandado foi um curso de gestão. O setor produtivo rural já demonstrava muita eficiência na produção, mas uma dificuldade imensa com a questão da gestão da propriedade rural. E assim nós fizemos o nosso primeiro curso técnico, que foi um curso técnico voltado para a gestão da propriedade rural.

Esse curso tem quatro anos de funcionamento. Nós já tivemos 16 mil matrículas, e já conseguimos formar os primeiros 4 mil técnicos agora, recentes, já ingressando de alguma maneira dentro das nossas próprias atividades do Senar de assistência técnica e gerencial. Também, numa ação conjunta, nós construímos dois centros que nós denominamos centros de excelência por cadeias produtivas, construímos um centro em Juazeiro, um centro de excelência em fruticultura, em que nós já estamos há dois anos, e estamos formando agora a primeira turma. No ano passado, nós iniciamos um curso também técnico, em pecuária, com especialização em bovinocultura de corte, em que nós já temos um número de 200 alunos, de aproximadamente 200 alunos, com uma previsão de formação para o início do semestre letivo de 2020.

Paralelo a isso, nós estamos trabalhando com a construção de dois outros centros, um agora, focado na cadeia da cafeicultura, que vai funcionar... O centro já iniciou a sua construção. Ele vai ser instalado na cidade de Varginha, focado na cadeia produtiva de cafeicultura. E o outro, em Tangará da Serra, no Mato Grosso, para a cadeia... No caso não é cadeia, mas para a integração lavoura-pecuária-floresta.

Então, a busca do Senar, a cada ano, é aumentar o seu portfólio. Nós já temos uma faculdade. Nós fazemos muito forte, junto com os nossos sindicatos rurais, a parte da formação profissional rural, atendemos a mais de 76 milhões de pessoas nesses 27 anos de existência, e agora a ordem da casa é fortalecer ao máximo a questão da formação técnica, para suprir a necessidade do setor rural.

Então, de maneira breve, mas só para complementar um pouco o nosso vídeo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Foi muito bem. Meus cumprimentos. (*Palmas.*)



Esse foi o Diretor de Inovação e Reconhecimento do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Sr. Luís Tadeu Prudente Santos. Foi rápido e foi bem.

Agora eu vou pedir que passe um vídeo e na sequência vai falar, representando o Presidente da Confederação Nacional da Indústria, a Diretora de Relações Institucionais da CNI, a Sra. Mônica Messenberg Guimarães. Primeiro o vídeo e depois ela fala.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A palavra é sua.

A SRA. MÔNICA MESSEMBERG GUIMARÃES (Para discursar.) – Muito obrigada.

Boa tarde a todos. Eu saúdo todos os presentes na pessoa do Senador Paulo Paim, que preside esta sessão, e agradeço pela oportunidade de estar no Senado Federal para comemorar os 110 anos do ensino técnico e profissionalizante no Brasil, neste momento em que entramos numa nova revolução industrial.

Representando a Confederação Nacional da Indústria, entidade gestora do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Senai, tenho orgulho de participar desta cerimônia, pois atuamos de forma efetiva e permanente no processo de desenvolvimento do ensino profissionalizante no Brasil. Nos 77 anos de atuação, o Senai já formou mais de 76 milhões de alunos.

A CNI é a entidade de representação máxima da indústria nacional, representando 28 setores industriais, coordenando, em cooperação com federações estaduais e associações setoriais, uma rede de caráter privado responsável por diversas iniciativas de apoio ao setor industrial. Tais iniciativas são precípua mente voltadas ao aumento da competitividade, produtividade, crescimento e geração de emprego. Produzir mais e de forma mais eficiente são desafios que nos colocam perante industriais e trabalhadores com reflexo direto na geração de empregos, na competitividade da nossa economia e na inserção internacional do País.

O Sesi e o Senai nasceram para atender a necessidade de formação de profissionais qualificados e executar medidas que contribuissem diretamente para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria. Sua finalidade é justamente ajudar a indústria brasileira a ser mais competitiva, para que os produtos nacionais possam ser inseridos nos mercados globais.

A ligação do Sesi e do Senai à CNI é necessária e estratégica para o atendimento dos objetivos: de qualificar a mão de obra industrial de acordo com as necessidades da indústria do presente e do futuro; e de zelar pela saúde e segurança do trabalhador. Desde a sua criação, as duas instituições estão vinculadas à CNI e às federações de indústrias porque precisam estar alinhadas às necessidades do empresariado e atender às suas demandas no tempo exigido pelo mercado. Os cursos de educação profissional, por exemplo, exigem atualização permanente devido à rápida mudança dos perfis dos trabalhadores com a introdução de novas tecnologias.

O Senai hoje é uma instituição decisiva para concretizar programas estratégicos de qualificação e requalificação de trabalhadores. Isso cria oportunidades reais para inclusão, permanência e reinserção dessas pessoas no mercado, em especial na indústria.

É indiscutível que a indústria continua sendo crucial para a economia brasileira e poderá ampliar sua participação no PIB, servindo de motor do crescimento, e para isso é imprescindível trabalhadores qualificados e tecnicamente preparados.



Até junho de 2019, a título de ilustração do potencial da indústria brasileira, as micro e pequenas empresas foram responsáveis pela criação líquida de 124 mil postos de trabalho. Na indústria, cerca de 94% das empresas são de micro e pequeno porte, 4,6% de médio, e apenas 1% de grande porte.

Quero dizer que, mesmo em um cenário em que o ambiente de negócios não contempla as condições ideais para o desenvolvimento industrial, o setor, que foi a mola do crescimento da economia no século passado, ainda responde por cerca de 22% do PIB nacional.

Tomando em conta seus diferentes segmentos, a indústria é responsável por 34% da arrecadação de tributos federais, mais de 28% da arrecadação previdenciária, e emprega 9,4 milhões de trabalhadores formais.

O setor industrial é responsável por 67% dos investimentos nacionais em inovação, e o salário médio pago pela indústria, para profissionais de nível superior, é quase 27% superior à média nacional.

Levando em consideração somente a recuperação dos patamares de produção do setor industrial antes do início da crise em 2015, a indústria pôde absorver um contingente estimado de 1,4 milhão de trabalhadores, no mercado de trabalho formal.

Se projetarmos um horizonte com a retomada da capacidade de investimentos do setor público, a redução das taxas de financiamento e a abertura de importantes setores como petróleo, saneamento básico, telecomunicações e setor elétrico, além do aquecimento do mercado consumidor interno, projetamos que a indústria poderá alcançar uma taxa média anual de crescimento de 3,5%, o que representará a geração de 3,9 milhões de empregos nos próximos dez anos.

E, como já disse, o Senai é imprescindível para formação de mão de obra qualificada e cria oportunidades para trabalhadores e empreendedores.

Mais uma vez agradeço a oportunidade e felicito o Senador Paim pela iniciativa. Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sra. Mônica Messenberg Guimarães, que falou pela CNI.

Eu fui aluno do Senai – e com muito orgulho –, da Escola Senai Nilo Peçanha, em Caxias do Sul. O Prof. Joel foi o Diretor – já faleceu.

Eu, antes do Senai, vendia frutas na feira em Porto Alegre, porque eu tinha que ir a Porto Alegre para vender frutas para um primo meu. Passei no Senai, mas fiquei na repescagem. Daí, eu olhei lá a tal de renda familiar e eu entrei. Entrei, formei-me, em tempo integral – naquele tempo era tempo integral –, ainda ganhava uma ajuda – naquele tempo havia uma ajuda –, que não me lembro se era de um ou meio salário-mínimo, falhou-me a memória aqui, mas ganhava e até hoje eu tenho orgulho de dizer da empresa em que eu trabalhava. Eu pertenço ao grupo Forjasul – grupo Tramontina e tive a alegria de receber aqui os diretores como Vice-Presidente desta Casa.

Mas tudo começou no Senai. Tudo começou com o ensino técnico. E ganhava um salário decente lá na fábrica; depois virei político. E por isso estou aqui como Senador da República.

Também com muita satisfação quero chamar neste momento o representante do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o Diretor de Operação do Senai, Sr. Gustavo Leal. (*Palmas.*)



O SR. GUSTAVO LEAL (Para discursar.) – Boa tarde, Senador Paim. É um prazer enorme estar aqui e um prazer enorme ouvir do senhor esse depoimento de como a educação profissional é transformadora na vida do jovem.

Eu gostaria de saudar os nossos alunos aqui do curso técnico de Manutenção Automotiva, do Senai do Distrito Federal, que estão aqui presentes, o Prof. Flávio... (*Palmas.*)

... e dizer que o Senai se orgulha muito de ter podido participar não dos 110 anos do ensino técnico no Brasil, mas dos 77 anos desse ensino técnico, em que nós tivemos uma participação relevante e cada vez mais importante para o processo de industrialização do Brasil.

Os estudiosos dizem que a participação do Senai foi determinante no processo de industrialização do País, nos cursos de aprendizagem industrial, um modelo diferente do modelo educacional brasileiro: um modelo mais alemão, com uma pegada dual, com a participação da indústria na formação do jovem. E isso foi profundamente transformador e é a base do êxito da atuação do Senai.

E existem algumas características na atuação do Senai que são muito distintivas, Senador. Uma delas é que nós somos muito orientados pelo mercado. Nós procuramos entender exatamente qual a necessidade do setor industrial – e nós estamos falando aqui de 28 diferentes setores industriais –, entender essa necessidade e desenvolver uma educação profissional aderente a essas necessidades.

É por isso que começamos com a aprendizagem industrial, mas hoje, no Senai, nós continuamos fazendo aprendizagem industrial, fazemos também uma grande quantidade de cursos de qualificação que atende diversas ocupações desses 28 setores. Nós atuamos com cursos técnicos, nós atuamos com cursos superiores de Tecnologia, bacharelado em Engenharia e até mestrado e doutorado existem hoje dentro do Senai.

Por que isso? Porque a demanda do setor industrial se moveu por uma necessidade de maior densidade tecnológica, e o Senai, então, se moveu do mesmo jeito. Então, esse movimento, essa adequação, essa orientação ao mercado é, sem dúvida nenhuma, uma característica distintiva da atuação do Senai.

Acho que poucos sabem, mas é interessante que a gente chame a atenção. O Senai participa, Senador, de praticamente a implantação de todos os grandes projetos industriais feitos neste País nos últimos 70 anos, seja uma hidrelétrica lá, em Rondônia, de Santo Antônio, que precisa formar 10 mil pessoas na construção civil; depois precisa de caldeireiros; depois precisa de técnicos – é o Senai que se mobiliza e se estrutura para atender essa demanda, que é pontual. Da mesma forma a apoiar a implantação de um projeto de celulose numa planta extremamente avançada no interior do Mato Grosso do Sul, no interior da Bahia. Essa mobilização em que o Senai atua, construindo uma infraestrutura necessária para atender aquela demanda pontual e se recolhendo quando aquilo é atendido, porque essa demanda não é perene, é uma característica muito importante para o desenvolvimento da indústria e para o atendimento das suas necessidades.

Isso faz com que o Senai tenha um nível de reconhecimento muito grande: reconhecimento da sociedade brasileira, reconhecimento da indústria – 95% das indústrias dizem que preferem um egresso do Senai, na hora de contratar –, reconhecimento internacional – a ONU reconhece o Senai como uma bem-sucedida experiência de educação profissional no Hemisfério Sul.

Nós temos vários projetos de cooperação internacional, levando para diversos países do mundo essa *expertise* desenvolvida aqui no Brasil. Isso é importante, Senador, porque a educação profissional é transformadora para o jovem. O Brasil precisa ampliar muito o número de



matrículas na educação profissional. No Senai, nós fazemos alguma coisa como 2,5 milhões de matrículas por ano – por ano! Nesses 77 anos, cerca de 77 milhões de brasileiros passaram pelas escolas do Senai. Mas isso ainda é muito pouco face à necessidade que o País tem. Nós precisamos ampliar a oferta de educação profissional no Brasil.

Recentemente, aqui, no Congresso, foi aprovado o novo modelo do ensino médio, que cria uma articulação bastante sinérgica entre o ensino médio e a educação profissional, através do Itinerário 5. Então, abre-se aí uma enorme oportunidade para que a gente possa ampliar a oferta de bons cursos técnicos no País. E o Senai, que é um ativo do Estado brasileiro, pode e deve contribuir muito na ampliação dessa oferta da educação profissional, trabalhando junto com os principais ofertantes do ensino médio, que são as redes estaduais, no sentido de repassar a sua experiência e, onde houver densidade industrial, poder trabalhar junto, no sentido de ampliar essa educação profissional, que é uma coisa extremamente necessária para o País.

Por fim, e encerrando aqui, compartilho com o senhor e com todos os presentes aqui que nós estamos vivendo, no Senai e na indústria, uma verdadeira revolução. O impacto das tecnologias digitais no modo de produção da manufatura é uma coisa extremamente relevante e vai ser extremamente rápida. Esse novo paradigma tecnológico muda o emprego, muda o mundo do trabalho. E o que distingue isso dos choques anteriores é exatamente a rapidez. Assim como as tecnologias digitais mudaram a nossa vida – a gente não vive sem o celular hoje; o celular hoje nos acompanha em tudo, é o nosso banco, é o nosso táxi, é a nossa informação; enfim, mudou a nossa vida –, isso também vai acontecer com o processo de manufatura. Isso vai chegar e vai chegar rapidamente.

Em todos os países há um enorme desafio hoje que é: como requalificar rapidamente os trabalhadores adultos. Nós estamos falando aqui de pessoas de 25 a 60 anos que estão no mercado de trabalho e que precisam com rapidez se apropriar de novas competências e de novos conhecimentos, sob pena de serem excluídos do processo do trabalho. Esse é um desafio que está presente no mundo inteiro e no Brasil não é diferente. E no Senai nós estamos nos preparando firmemente para encarar mais esse desafio e ajudar o País a vencer esse grande desafio. Estamos levando às nossas escolas todas com um alto nível de conectividade, com infraestrutura tecnológica aderente às novas tecnologias digitais, criando as condições de fato, para que os nossos alunos, jovens e adultos, possam de fato se reinserir nesse novo patamar tecnológico da indústria.

Eu aqui encerro, agradecendo muito o convite para que nós pudéssemos estar aqui celebrando uma coisa tão importante para a juventude e para a população brasileira, que é uma educação profissional de qualidade.

Muito obrigado, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, muito bem. Representando o Presidente do Conselho Nacional de Aprendizagem Industrial, o Diretor de Operações do Senai, o Sr. Gustavo Leal.

Meus cumprimentos pela exposição. Eu viajei no tempo enquanto V. Exa. falava. Eu me lembrei do meu Senai lá, inclusive do esporte e da disciplina. Foi fundamental tudo que eu aprendi lá. Eu diria que eu devo a ele, claro, toda formação que eu tive. Mas o Senai foi marcante. Por isso que aqui...

Eu havia convidado o Senador Armando Monteiro para estar aqui com a gente hoje. Por motivo de força maior, ele não esteve aqui. Mas ele pediu que eu deixasse esta mensagem para vocês: ele tem o maior orgulho de ter participado de todo Sistema S e mandou dizer que ele sabe



que não está mais no Senado, mas diz ele que eu serei o porta-voz dele nessa questão. E eu o farei com muito orgulho, porque entendo a importância que é a formação profissional.

Passamos a palavra agora ao representante do Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), o Superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), Sr. Renato Nobile. (*Palmas.*)

O SR. RENATO NOBILE (Para discursar.) – Muito boa tarde a todas e todos.

Senador Paulo Paim, que preside esta presente sessão especial, muito obrigado pelo Senado Federal fazer essa homenagem ao ensino técnico e profissionalizante no Brasil.

Parabéns por essa valorização ao ensino técnico e profissionalizante em nosso País. E agradeço aos demais representantes da Rede Federal de Ensino, aos nossos colegas dos sistemas de aprendizagem aí presentes, ao Sescoop, que é o caçulinha do Sistema S, do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, completando agora 20 anos dos 110 anos de ensino técnico profissionalizante no País.

Nós temos a responsabilidade de desenvolver, na missão de promover a cultura cooperativista e o aperfeiçoamento da governança e gestão para o desenvolvimento das cooperativas brasileiras, essa responsabilidade, numa criação que veio, como base, um tripé calcado na questão do monitoramento das cooperativas, na questão da formação profissional do ambiente cooperativo, considerando funcionários, cooperados, técnicos das cooperativas, e na promoção social.

Então, durante esses 20 anos, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo vem cumprindo com sua obrigação, com sua responsabilidade e trazendo, sim, uma agregação de valor para a gestão das cooperativas.

O senhor, Senador, que vem de um Estado eminentemente cooperativista, berço do cooperativismo financeiro, que é Nova Petrópolis, berço das cooperativas de crédito do País, sabe muito bem o valor do que é o cooperativismo para o bom desenvolvimento do País.

Eis alguns números do ano de 2018 nas ações de monitoramento que realizamos no Brasil todo: contemplamos 856 cooperativas atendidas com o programa de acompanhamento da gestão cooperativista, 990 cooperativas atendidas com o programa de desenvolvimento da gestão das cooperativas, 380 cooperativas atendidas com o programa de desenvolvimento econômico e financeiro das cooperativas.

Em ações de formação profissional, atendemos e beneficiamos 11.732 pessoas em ações de aprendizagem profissional, 354 mil pessoas beneficiadas com ações de qualificação profissional, 62.500 pessoas beneficiadas com ações de inclusão social e iniciação profissional.

Num país em que o cooperativismo emprega 425 mil pessoas diretamente nas cooperativas, Senador, nos últimos quatro anos, de 2014 a 2018, o crescimento de empregos dentro do cooperativismo, chegando a esses 425 mil, tem um percentual de 18%, e dados do IBGE de empregos no Brasil, de uma forma geral, correspondem a 5%. Então, mostra aí a pujança, o crescimento e o potencial que o cooperativismo tem para esse desenvolvimento.

O Banco Central do Brasil reconhece o número de 594 Municípios no Brasil onde a única instituição financeira que atende àquela comunidade é uma cooperativa de crédito. Desde o interior do Rio Grande do Sul ao interior do Amapá, Roraima e em todos os Estados brasileiros, temos cooperativas de crédito como única instituição financeira atendendo àquela comunidade.

Felizmente, hoje, ainda celebramos também a realização de um acordo de cooperação técnica com o Banco Central do Brasil em ações que temos, junto ao Governo Federal, de



desenvolvimento dos processos educacionais em que fazemos a formação de agentes facilitadores de um programa de gestão de finanças pessoais, sobre o que o Banco Central do Brasil trouxe toda uma metodologia, e nós adaptamos junto ao cooperativismo.

Já formamos 450 facilitadores, beneficiando, nesse período de 2015 até 2019, 80 mil pessoas. Dessa forma, é o cooperativismo colaborando na formação técnica e profissional dos brasileiros dedicados, ajudando no melhor desenvolvimento do País.

Ficam aqui os nossos parabéns, a nossa admiração e o nosso orgulho a todas as pessoas dedicadas ao ensino técnico e profissionalizante do Brasil. Contem com o cooperativismo brasileiro! Felicidade a todos!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Sr. Renato Nobile, representando o Presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras.

Agora, a Diretora-Executiva Nacional do Serviço Social do Transporte (Sest) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), Sra. Nicole Goulart. (*Palmas.*)

Eu queria convidar os alunos do Senac que estão aqui na lateral, para que passem para o centro. Vocês saem da esquerda para o centro. Alguns disseram: "Evoluíram".

Sejam bem-vindos aqui!

A SRA. NICOLE GOULART (Para discursar.) – Boa tarde a todos.

Na pessoa do Senador, eu cumprimento todos aqueles meus companheiros, meus colegas de ensino profissionalizante. É sempre um prazer divulgar os serviços ofertados pelo Serviço Social do Transporte e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, ainda mais nesta importante Casa.

Muito obrigada, Senador, pelo requerimento e por estarmos aqui.

O Sest Senat tem, como missão, a transformação de vidas. Acreditamos que, com a oferta de qualificação profissional e de atendimento de assistência à saúde, contribuímos para o desenvolvimento do setor de transporte e da sociedade brasileira.

É muito difícil para nós, como instituição, falar apenas do Senat. Dada a natureza itinerante do nosso público, o Sest, que é o serviço social, atua em conjunto com o Senat na mesma sede, com atendimentos voltados para psicologia, nutrição, odontologia e fisioterapia. Com os serviços que oferecemos, trabalhadores têm melhores condições de vida e de trabalho, e as empresas se tornam mais produtivas.

Nossa atuação está baseada em duas grandes áreas de atuação: educação profissional e assistência à saúde e atividades de esporte e lazer.

O trabalho do Sest Senat é mantido com a contribuição paga pelas empresas do setor de transporte. Atendemos os trabalhadores do transporte, os autônomos, as empresas do setor e a comunidade. Apesar de recebermos apenas as contribuições do setor rodoviário de cargas e de passageiros, os nossos serviços atendem a todos os modais de transporte, de forma gratuita. Para os modais rodoviários de carga e de passageiros e para os autônomos, dizemos que esses serviços foram pré-pagos.

Atualmente, possuímos 149 unidades operacionais em funcionamento nas cinco regiões do País. Dos 5.570 Municípios do Brasil, já atendemos 4.718 Municípios. Na área de educação profissional, o Sest Senat tem, em seu portfólio, 465 cursos presenciais e 213 cursos à distância. Todos esses treinamentos são gratuitos aos trabalhadores do transporte e seus dependentes.



Em 26 anos de atuação, o Sest Senat já realizou mais de 67 milhões de atendimentos em educação profissional e, somente este ano, mais de cinco milhões de atendimentos e um milhão e meio de matrículas.

São vários os nossos cursos oferecidos, mas alguns merecem destaque: o Simulador de Direção, recentemente adquirido, permite aprimorar a maneira de dirigir dos motoristas profissionais, garantindo mais segurança no trânsito e reduzindo os custos para as empresas. São mais de 30 cursos que utilizam o simulador. Ele também é utilizado nos cursos da Escola de Motoristas Profissionais e já conseguimos contabilizar uma redução de 29% dos erros ao dirigir e de 9% de redução de combustível diesel.

Agora, neste momento, estamos recebendo, na sede da Confederação Nacional do Transporte, outros países interessados em replicar nossa metodologia, aquela em que nós fomos ao Canadá e adaptamos, tropicalizamos para a nossa região e que desenvolve os novos profissionais do futuro.

Nos cursos da Escola de Motoristas, além das aulas teóricas e as práticas no simulador, os alunos também são capacitados em veículos com alta tecnologia embarcada.

O Sest Senat, atento às mudanças da sociedade do mundo corporativo, ampliou a sua oferta também de cursos a distância. Além de todos esses serviços oferecidos aos trabalhadores das empresas de transporte, nós também qualificamos a alta gestão.

Destacamos aqui o programa Especialização de Gestão de Negócios e as certificações internacionais com Stanford, HSM, Singularity e muitas outras empresas, tais como a Fundação Dom Cabral, que é líder em capacitação de altos executivos.

Temos o compromisso com a empregabilidade e, por isso, os nossos projetos e ações possuem esse foco. Os nossos dados de empregabilidade mostram que, depois de passarem pelos nossos cursos, 86% desses profissionais são empregados apenas no setor de transportes.

Um dos nossos objetivos estratégicos, no planejamento traçado até 2023, é aumentar o número de profissionais capacitados para o setor de transporte e, por isso, nada mais justo do que trazer apenas dois projetos recém-lançados.

Somos sabedores da qualificação necessária aos cobradores, uma profissão que tende naturalmente a desaparecer. Qualificamos mais de quatro mil cobradores, financiamos carteira de habilitação para que eles possam ser recolocados no mercado de trabalho como motoristas. Mais do que isso, lançamos o projeto para os jovens Carreira Profissional.

Somos também sabedores que as empresas de transporte precisam cumprir a sua cota de jovens aprendizes e entregamos para essas empresas jovens já preparados. Lançamos um *ranking* em que essas empresas têm acesso a esses profissionais, qualificados por nós previamente, de modo que o mercado, as empresas do setor de transporte possam aproveitar essa mão de obra, inclusive após o término do contrato de aprendizagem.

Nós oferecemos para esses jovens capacitações nas áreas de gestão do tempo, ética profissional, desenvolvimento motivacional e trabalho em equipe, qualidade e produtividade. Podem participar do projeto jovens à procura do primeiro emprego e também quem já teve alguma experiência e busca a recolocação.

O projeto prevê ainda, como eu comentei, a divulgação de um *ranking* com os melhores alunos. Esse projeto acontece nas 149 unidades espalhadas em todo o País.

Por fim, o Sest Senat também mantém uma ferramenta para aproximar seus alunos do mercado de trabalho.



O Emprega Transporte tem o objetivo de facilitar a integração entre empresas do setor de transporte e profissionais qualificados, afinal é nosso papel não só formar mão de obra como entregar para as empresas essa mão de obra. Então, nós nos preocupamos em fazer o encontro da empresa com esse profissional, com esse estudante das nossas unidades.

No Emprega Transporte, os profissionais cadastram seus currículos e as empresas podem buscar aqueles que têm o perfil adequado aos postos de trabalho. Além disso, as empresas também podem divulgar as vagas disponíveis e assim todos os trabalhadores ficam sabendo e podem se candidatar para as oportunidades abertas.

Bem, Senador, esses são os serviços ofertados hoje pelo Serviço Social do Transporte e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte. Agradecemos a oportunidade de poder divulgar um pouco mais dos nossos trabalhos e nos colocamos à disposição.

Muitíssimo obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Diretora-Executiva Nacional do Serviço Social do Transporte (Sest) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat), Sra. Nicole Goulart.

Agora passamos a palavra, representando o Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), ao Assessor de Relações Institucionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Sr. Antônio Henrique Borges Paula.

Quero dizer, Sr. Antônio, que a moçada que nos atende no cafezinho são todos alunos do Senac e fazem um trabalho excelente. Por isso, eu queria dar uma salva de palmas a todos os alunos e profissionais que preparam essa moçada que está aqui para o mercado de trabalho, que estão nos assistindo, com certeza, pela TV Senado. (*Palmas.*)

O SR. ANTÔNIO HENRIQUE BORGES PAULA (Para discursar.) – Boa noite a todos e a todas.

Em nome do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, José Roberto Tadros, eu gostaria de cumprimentar todos aqui presentes, alunos, professores, nossos queridos companheiros representando o Ministério da Educação, Jerônimo e Tomás; o Senar, Luís Tadeu; a Mônica e o Gustavo representando a indústria; a Nicole, os serviços de transporte; o Renato, as cooperativas.

Eu gostaria, em nome de todos vocês, de fazer uma saudação muito especial ao nosso ilustre, Exmo. Senador Paulo Paim. A sua dedicação à educação, em especial à educação profissional, ao longo de toda sua vida, essa bandeira nos toca profundamente, Senador.

Nós que estamos, no caso do Senac, que vamos completar 74 anos em janeiro nos dedicando à educação profissional, à formação inicial continuada, tecnológica e formação superior, transformando, ao longo dessas sete décadas, a vida de tantos jovens como esses que V. Exa. cita, é de extrema importância para nós momentos como este. Celebrar 110 anos do ensino técnico e profissionalizante no Brasil, por iniciativa de V. Exa., é de extrema importância. Por maior que sejam os números que a gente vem aqui apresentar, em 2019, para V. Exa. ter ideia, o Senac formou 2,8 milhões de pessoas. O Gustavo apresentava números parecidos da indústria; a Nicole também apresentou números muito expressivos; o Renato, das cooperativas. Enfim, tivemos os nossos representantes dos institutos federais, o Jerônimo, também mostrando números muito significativos.

Mas o que ocorre, Senador, é que ainda é muito pouco. E aí eu gostaria de pegar uma frase, se V. Exa. me permitir: vida longa ao ensino profissionalizante. Essa frase com que o senhor abre



esta sessão solene me tocou profundamente por quê? Por maior que sejam nossos esforços, quando miramos os países, por exemplo, da OCDE, com os quais este Governo anuncia a tentativa de aproximação, quando vamos fazer uma comparação com os índices, nós começamos a perceber que 50%, no mínimo, dos jovens desses países que fazem parte da OCDE têm acesso à educação profissional, e, no Brasil, infelizmente o índice é em torno de 10%.

Então, os números podem parecer grandes, o esforço ser imenso do setor produtivo – aqui, no caso, falo em nome do nosso Presidente, que representa a área de comércio, bens, serviços e turismo –, mas ainda é muito pouco, porque nós sabemos da importância de duas questões básicas que tramitam em torno da educação profissional, que estão inclusive na nossa Constituição: o direito à educação e o direito ao trabalho. E neste mundo...

Eu estava observando um evento que V. Exas. fizeram, uma parceria entre a Câmara, com o Presidente Maia, e o Senado, sobre os impactos da revolução tecnológica do País nos próximos 30 anos, e V. Exas. trouxeram Yuval Noah Harari para proferir uma palestra no início deste mês, parece-me que foi no dia 7 – pelo YouTube eu pude acompanhar a apresentação dele. Aqui, eu gostaria de, mais uma vez, reforçar que além desse imenso trabalho que precisamos desenvolver na área da educação profissional, nós precisamos também requalificar. Yuval, nessa apresentação dele que trouxe para os senhores, na perspectiva dos próximos 30 anos, ele mostrava que, em países que avançaram tecnologicamente, não diminuiu o número de empregos; mudaram. Aqui a Nicole apresentou algumas situações, e eu poderia apresentar milhões de outras situações na área de comércio, bens, serviço e turismo, mas mudança, com o avanço tecnológico, é iminente. E é muito traumático você ser formado para uma determinada ocupação, e amanhã infelizmente essa ocupação não existir mais, principalmente para pessoas com mais idade. Mais uma vez, ressalto a importância da educação profissional.

Não vou me alongar, mas gostaria de ressaltar a importância que V. Exa. tem e que o Parlamento tem na defesa da educação profissional para garantia aos nossos jovens, transformando a vida de todos, podendo gerar assim estas duas coisas indispensáveis para a vida de qualquer um: o direito à educação e o direito ao trabalho.

E, mais uma vez, vida longa ao ensino profissionalizante!

Se me permite, Senador, eu gostaria de pedir uma salva de palmas a V. Exa., que está promovendo esta possibilidade de contarmos um pouco da importância desta que era considerada até então...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Uma salva de palmas para todos nós que militamos nessa causa! (*Palmas.*)

Esse falou representando o Presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Assessor de Relações Institucionais do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, o Sr. Antônio Borges Paula.

Agora, para concluir os trabalhos da nossa Mesa, como é de praxe nas Comissões que eu presido – eu presido a de Direitos Humanos, mas seguidamente presido outras –, eu sempre deixo o representante do Governo para ser o último a falar. Já combinei com ele, que me disse que estava tudo bem.

Então, eu convido, com satisfação, representando o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, o Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal, Sr. Tomás Dias Sant'Anna, a quem eu passo a palavra. (*Palmas.*)



O SR. TOMÁS DIAS SANT'ANNA (Para discursar.) – Uma boa tarde a todos e a todas. Quero saudar aqui e parabenizar o nosso Senador Paulo Paim pela iniciativa desta sessão solene, que comemora, então, que celebra os 110 anos do nosso ensino técnico e profissionalizante.

Especialmente para mim é um orgulho estar aqui hoje representando também o nosso Secretário Ariosto da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; como professor também da Rede Federal de Ensino, da Universidade Federal de Alfenas. É um grande orgulho estar aqui nesta Casa e neste momento celebrando com vocês os 110 anos do ensino técnico e profissionalizante.

Em seu nome, Senador, quero cumprimentar os demais membros aqui da Mesa Diretora.

Quero cumprimentar também o nosso Reitor e Presidente do Conif, Jerônimo. Em seu nome, Jerônimo, quero cumprimentar todos os reitores que estão aqui presentes também. É um orgulho estar aqui com vocês.

Quero cumprimentar todos os professores presentes – já foram citados aqui alguns – e aqueles também que nos acompanham pela TV Senado.

E quero especialmente cumprimentar os estudantes que aqui estão presentes em grande número e que muito nos orgulham. Se a rede, se o ensino técnico e profissionalizante tem 110 anos e teremos muitos anos pela frente de maior desenvolvimento, é por vocês e é para vocês. Então, já foram saudados aqui com uma salva de palmas, mas eu quero reforçar, por parte do Ministério da Educação, a importância de vocês, estudantes, na constituição, na instituição dessa nossa rede e aqueles também que nos acompanham pela TV.

Já tivemos diversos números citados anteriormente por todas as instituições, mas acho que é importante frisar aqueles números que formam hoje a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Nós temos hoje, então, como já mencionado pelo Jerônimo em nosso vídeo institucional lá da rede, 41 instituições de ensino da Rede Federal, que congregam 661 *campi* espalhados por todo o País; temos mais de 11 mil cursos; aproximadamente 1 milhão de matrículas, formando, então, a rede de educação pública, gratuita e de qualidade do ensino profissional e tecnológico.

Sem dúvida, como citado pelo Antônio, há muito o que se fazer, não é, Antônio? Eu acho que nós temos muito a desenvolver, até pelo tamanho de nosso País e pela demanda e necessidade da formação de nossos jovens.

Nesse contexto, gostaria de registrar também alguns dados recentes do nosso mais novo programa lançado pelo Ministério da Educação, especialmente pela Secretaria Profissional e Tecnológica, que foi denominado Novos Caminhos. É um programa bem recente, lançado pelo nosso Secretário e pelo Ministro da Educação, que busca trazer novos dados, novos números, Antônio, que vão se agregar a esse desafio que nós temos. Nos Novos Caminhos, então, citando alguns números importantes, nós temos a previsão de 100 mil novas vagas de qualificação profissional; a previsão de 40 mil vagas de formação de complementação pedagógica; a previsão de 21 mil novas vagas para as licenciaturas, também tão fundamentais para o nosso processo de formação; 2 mil vagas para o mestrado, fazendo, então, esse processo de formação para a formação de nossos estudantes técnicos e profissionais também, no nível profissional.

Nesse processo de formação, não podemos deixar de lado a inovação. É fundamental – foi citado aqui por vários dos nossos colegas – todo o processo que vivenciamos, da indústria 4.0, e por que não falarmos, então, da educação 4.0? Ela nos trará novos desafios e novos elementos para enfrentar esses desafios. Nesse contexto, no processo de inovação, nós temos também, no



arcabouço do Programa Novos Caminhos, a criação de novos Polos de Inovação, previstos já cinco novos polos, o investimento, neste ano, de R\$5 milhões em projetos de inovação tecnológica e a criação de um escritório de projetos de inovação no âmbito da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Esses são os esforços que nos permitem acompanhar o processo de evolução da nossa educação 4.0 e aquilo que nos espera nos próximos anos.

Por fim, eu quero, mais uma vez, agradecer a oportunidade de estar nesta Casa, neste momento tão especial, marcante para celebrar os 110 anos do ensino técnico profissionalizante do Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar - Presidente.) – Meus cumprimentos, Sr. Tomás Dias Sant'Anna, que falou em nome do Secretário da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, diretor de desenvolvimento da Rede Federal. Meus cumprimentos.

Agora a gente coloca logo a mais difícil, que eu vou ter que falar, mas me comprometo a acelerar aqui. Eu vou falar em nome do Presidente da Casa, é um pronunciamento oficial, e, naturalmente, aqui também está a minha posição.

Senhoras e senhores, o ensino técnico e profissional no nosso País possui uma história bonita, muito bonita, uma história centenária – são mais de 100 anos, 110 anos. Entendo eu que o fortalecimento da educação profissional e tecnológica tem como eixo central a própria redefinição do papel do Estado na expansão da oferta da educação profissional para os jovens deste País. Espero que assim fique garantido o acesso a uma educação de qualidade, no que diz respeito ao direcionamento adequado dos recursos públicos.

Como Parlamentar preocupado com as questões sociais, penso que tal processo deva, necessariamente, tratar a política de educação profissional e tecnológica como uma política pública. Como tal, precisa contar com recursos próprios. Precisa, ao mesmo tempo, ter garantia de continuidade e atender as características e necessidades da nossa juventude. Esses jovens, além de receber a educação profissionalizante, devem receber também a formação de cidadania ativa. A educação profissionalizante e tecnológica se apresenta como instrumento extremamente importante dentro do objetivo governamental de se colocar em prática uma nova política de crescimento do País, comprometida com a justiça social e com a distribuição de renda.

Parto do pressuposto de que o Estado tem papel decisivo na indução do desenvolvimento econômico e social, com destaque para a sua atuação na área da educação, ciência e tecnologia. A educação profissional e tecnológica assume papel estratégico nesse processo de desenvolvimento e, por que não dizer, novos tempos no mundo todo. Além disso, a educação técnica e profissional reduz custos de adaptação dos novos trabalhadores, aumenta a motivação para o trabalho e leva à fidelidade do profissional para com a empresa que o recebe logo que ele sai do curso técnico.

É certo que a educação sempre se acompanhou das conquistas da sociedade. Na verdade, a educação é um tipo de relação social que existe na dependência das sociedades. De todo modo, devemos lembrar que a educação aparelha, de certa forma, as estruturas e as instituições sociais, assim como prepara os indivíduos para o futuro exercício de uma cidadania particular, aquela da sua própria cultura, da sua própria história. Age, neste modo, como fator de inserção social, servindo como introdução para a vida comunitária e para a possibilidade de existência das pessoas, das cidades e dos Estados.



Um saber técnico tem exatamente esse rosto. As técnicas mostram como a matéria pode ser moldada em outras coisas para o nosso proveito.

É porque eu era modelista, viu? Além de técnico, eu me tornei modelista. Hoje, os moldes que eu fazia o computador faz. Se eu voltasse para a fábrica, estaria desempregado. Só para descontrair. Por isso que é importante cada vez mais o aprimoramento e a requalificação.

Quando um grupo de pessoas que detêm um tipo de saber técnico se reúne, podemos considerar aí o embrião de um grande profissionalismo.

Senhoras e senhores, em 23 de setembro de 1909, tivemos a criação da Escola de Aprendizes Artífices, que desaguou no nosso atual sistema de educação profissionalizante e técnica. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é, pois, tributária desse movimento anterior do qual falamos.

Apesar de o sistema público de educação profissionalizante e técnica ser, na atualidade, o mais amplo, deve-se mencionar a existência de instituições privadas no setor. Assim, os Ifet (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia), em 2008, vieram aprimorar os Cefet (Centros Federais de Educação Tecnológica), que, à sua vez, se seguiram às antigas Escolas Industriais e Agrotécnicas.

Posso fazer um parêntese, já que está no fim. Quando eu era sindicalista, um dia me convidaram para conhecer as indústrias no Japão. E foi um grupo de empresários comigo. E confesso que eu aprendi muito. Mas, numa outra oportunidade, me convidaram para ir à França com o mesmo objetivo. Daí eu perguntava lá como foi a modernidade que a França teve. Levaram-me para a beira de um rio onde havia como se fosse uma fábrica antiga. Mas lá estavam peças que eram as máquinas da época. Daí eles me contaram: "Quando as máquinas novas chegaram, nós achamos que se obstruísssemos as máquinas, nós iríamos garantir os nossos empregos. Aprendemos com o tempo que não tem nada a ver. Quanto mais as máquinas mais modernas vierem e mais nos preparamos, nós estaremos, na verdade, contemplando e buscando mais empregos para toda nossa gente". Nunca esqueci isso: a importância das mudanças tanto no Japão, como na França. E nós temos que nos adaptar aos novos tempos e caminhar juntos.

Com o passar do tempo e em uma sociedade de demandas cada vez mais diversificadas, o núcleo dessas artes técnicas se expandiu muito, atendendo áreas antes sequer lembradas ou cogitadas por todos nós.

Hoje existem no Brasil mais de 11 mil cursos – acho até que já foi citado aqui –, mais de 7 mil projetos de extensão, nove polos de inovação tecnológica de ponta, que atendem ao que há de mais recente em tecnologia. A celebração dos 110 anos do ensino técnico no Brasil precisa mesmo ser festejada, e o Senado tem que homenagear. Sabemos, evidentemente, que os recursos para o ensino técnico são escassos cada vez mais e o orçamento é reduzido, mas temos que fazer de tudo para ampliar em todas as áreas.

A presença do trabalho na nossa Constituição como princípio e elemento fundador de uma sociedade que prima e busca pela Justiça, encontra nesse tipo de educação, sua mais perfeita ressonância.

Tanto a educação quanto o trabalho, reunidos com fins civilizacionais, não de barbárie, só dão maior impacto e importância a essa homenagem que hoje aqui prestamos.

Quando requeri uma sessão solene para marcar esta data, minha intenção, ao mesmo tempo, era trazer à baila não somente a importância desse tipo de educação, mas também ressaltar que as



escolas envolvidas na produção desses profissionais também pudessem ser vistas e aqui homenageadas.

A Rede Federal de Educação Profissional possui cerca de 75 mil servidores que ajudam o Brasil a se encontrar, por caminhos seguros, na busca do seu desenvolvimento.

Até 2003, contava-se praticamente nos dedos o número de escolas profissionalizantes. Os recursos disponibilizados pelo governo eram escassos e, na sua grande maioria, inclusive, mal utilizados.

Para um país que se dizia em vias de desenvolvimento, nós tínhamos que avançar. Num período de 90 anos, tivemos apenas cem escolas técnicas. Em uma década, esse número passou a crescer visivelmente e alcançamos o total de mais de 400 escolas federais de educação profissional. Todos nós fizemos parte dessa história, todos! –, campus dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.

Outra ação, nesse período de uma década, a partir de 2003, foi o acordo de gratuidade com as entidades que compõem o Sistema S. Aliás, quero aqui, com muita satisfação, reverenciar e saudar o Sistema S. Inclusive, por que sou oriundo do Senai com muito orgulho. (*Palmas.*)

Aprendi a ser matrizero, aprendi a fazer moldes, trabalhei em fundições com ferro, alumínio e plástico. Diga-se de passagem, se estivesse lá hoje, meu salário estaria em torno de dez salários mínimos, mas teria que aprender a trabalhar no computador para fazer os moldes que eu fazia manualmente na época – naturalmente.

O Sistema S surgiu em 1942, na Era Vargas. No dia 22 de janeiro, pelo Decreto-Lei 4.048, nascia o Senai.

O Sistema S é composto por uma série de instituições e representa um conjunto de organizações e entidades voltadas para as questões profissionais diversas. De uma forma geral, elas servem de apoio para a indústria, para o varejo e para os próprios trabalhadores em diferentes ramos.

O Sistema S tem um objetivo principal: ajudar e beneficiar os trabalhadores das diversas áreas do mercado.

Por meio da realização de concursos e palestras e até atividades culturais, as instituições contribuem para que os colaboradores sejam mais capacitados e tenham melhor qualidade de vida em todos os aspectos.

Hoje, o Sistema S – se eu estiver errado, vocês me corrijam – é composto por nove instituições: Sesi, Senai, Sesc, Senac, Sebrae, Sescoop, Sest, Senat e Senar. Em todos esses anos, mais de 75 milhões de jovens já foram qualificados.

Vida longa ao ensino técnico! Vida longa também ao Sistema S! Isso caminha junto. Eles estão na mesma estrada. (*Palmas.*)

Por isso, entendo que é um equívoco querer destruir ou desconstituir a importância do Sistema S para o ensino técnico e profissionalizante, para o crescimento e o desenvolvimento do Brasil. O ensino técnico profissionalizante é fundamental. O caminho certo é ampliar o Sistema S e todo o sistema de formação profissional da nossa gente.

Termino, meus amigos e minhas amigas, dizendo: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec) atinge milhões de brasileiros mediante cursos técnicos e de qualificação profissional, além de bolsas de financiamento estudantil.

Eu confesso que foi criado o Pronatec, mas eu tive a iniciativa de criar, no Congresso, o Fundep. Era um fundo de investimento para fortalecer o ensino técnico e profissional. Disseram-



me que não era o momento, mas eu ainda vou perseguir um grande fundo para colaborar com o ensino técnico e profissional em todas as áreas.

Um país deve sempre aperfeiçoar sua educação. É nossa obrigação! Todos nós falamos sempre isso. Não há um país no mundo que atingiu o papel de referência em nível internacional, mas que não investiu na educação. E, nessa educação, podem crer, tem que estar o ensino técnico. Já está mais do que provado que, sem educação, andamos para trás. Também é uma verdade que a sociedade se beneficia enormemente de todo esse complexo educativo, ou seja, a educação beneficia a todos, do mais pobre ao mais rico. É a única forma de avançarmos para combater a miséria e a pobreza.

Oxalá, eu sonho – e sonho muito com isso –, que, um dia, em cada favela, por mais pobre que seja, possa haver uma escola técnica e que seja, quem sabe, uma parceria público-privada! Vamos fazer esse compromisso junto aqui, público e privado. Oxalá, um dia, claro, que não tenhamos favela, mas, para não haver favela, a educação tem que estar lá. Que, em cada favela, tenhamos, pelo menos, uma escola técnica neste País! Aí eu puxo as palmas. (*Palmas.*)

A dispersão de escolas, no Território nacional, atingindo perto de 600 Municípios, garante a dinamização econômica e cultural desses locais, além de valorizar os aspectos regionais. É claro que nós queremos em todos, nos mais de 5 mil Municípios, e, oxalá, se possível, espalhando por todas as cidades em diversos lugares, atendendo àqueles que mais precisam.

Termino, senhores. A educação também é uma energia, assim como o trabalho. Eu sempre digo que o trabalho é vida. Eu não consigo viver sem trabalhar. Para vocês terem uma ideia, eu vou terminar o meu mandato aqui com praticamente 80 anos – eu vou terminar os meus mandatos. Contribuí por 20 anos lá fora e por 40 anos aqui dentro.

Porque eu acho que o trabalho faz parte, quando eu digo energia que faz bem. Há uma música que diz que um homem sem trabalho perde a sua honra. Nós temos que ajudar todos os homens e mulheres a terem cada vez mais honra e, por isso, combatemos tanto o desemprego. Tenho certeza todos nós que estamos aqui.

A educação também é uma energia, que eu dizia, em torno de um milhão de pessoas participam deste sistema. É preciso manter em funcionamento essa escola que serve o Brasil, servindo milhões e milhões de pessoas diretamente, estudantes, famílias, trabalhadores empregados nas próprias instituições e um número incalculável de beneficiados indiretos.

A educação de qualidade vai prevalecer. Não tenham dúvidas, por mais que os tempos sejam preocupantes, e é normal as preocupações, muitos homens devem, por obrigação, sempre amanhecer com a palavra não só esperança, mas com a palavra esperançar. Ter esperança e trabalhar para fazer acontecer. Se tiver só esperança que tudo vai melhorar, pode não acontecer. Agora, se você entrar no verbo esperançar, sim, eu tenho esperança e vou trabalhar para acontecer.

A massa crítica das pessoas críticas, produto da educação séria, só aumenta e isso é bom. Esse movimento, na verdade, é incontrolável e é positivo. Critiquem os políticos, critiquem os dirigentes e busquem sempre fazer um trabalho melhor do que aquele fazia.

Eu vi uma vez, não sei onde que eu li, que o mestre é bom mesmo, quando reconhece que o seu aluno o superou. É essa, mais ou menos, a frase, não é?

Enfim, vamos concluir aqui a última frase. Temos que defender com todo o nosso empenho a educação profissionalizante e tecnológica, com o Brasil legislando para que haja manutenção dessa atividade em todas as regiões do País. Como eu dizia antes, vamos destinar recursos cada vez



mais para a educação, sobretudo à profissionalizante e técnica, para que não sucumba, de jeito nenhum, às forças cegas da irracionalidade.

Viva a educação e o trabalho! Ambos completam, com inteireza, a vida que levamos trabalhando nessa sofrida terra. Sofremos mas tem coisa boa também. Vamos ser otimistas.

Eu termino com o que disse o Papa Francisco aos jovens, com respeito a todas as religiões. Eu tenho um carinho enorme. Um dia eu disse aqui em um discurso: Eu tenho um carinho enorme pelo Chico. Um Senador olhou para o outro: "Quem é o Chico, Paim?" É como eu chamo o Papa Francisco. Essa intimidade minha com o Papa Francisco.

Eu termino com o que disse o Papa Francisco aos jovens: "Por favor, não deixem para os outros o ser protagonista da mudança. Vocês são aqueles que têm o futuro. Vocês têm o futuro em suas mãos. Através de vocês entra o futuro no mundo. Também a vocês eu peço para serem protagonistas desta mudança. Continuem a vencer a apatia, dando uma resposta cristã às inquietações sociais e políticas que estão surgindo em várias partes do mundo. Peço-lhes, por fim, para serem construtores do novo mundo. Trabalhem por um mundo melhor. Queridos jovens, por favor, não olhem a vida da varanda, entrem nela. Vocês são o sujeito deste novo mundo, que haveremos de construir todos juntos".

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Antes de encerrar, eu quero fazer o seguinte registro: representando o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), eu peço uma salva de palmas ao Sr. Igor Santana e ao Sr. Marcos Almeida Neto. (*Palmas.*)

Falo que no meu discurso de abertura da sessão de hoje à tarde eu falei do Sebrae e falei bem, porque as micro e as pequenas empresas têm no Sebrae o seu principal ponto de apoio. Nós sabemos disso. Quem mais gera emprego neste País são as micro e pequenas. É claro que temos carinho por todos aqueles que geram emprego, seja no campo, seja na cidade. Eu mesmo falei e repito aqui que tenho orgulho de ser até hoje funcionário, afastado há 33 anos, por força do trabalho aqui, do Grupo Tramontina, leia-se Forjasul, Canoas, Rio Grande do Sul.

Eu quero lembrar que se encontra na galeria o grupo Estágio-Visita do Senado Federal, alunos de universidades de todos os Estados. Meus cumprimentos a vocês, sejam todos bem-vindos. (*Palmas.*)

Amigos, assim terminamos o nosso evento. Podem crer que eu fiquei bem tranquilo aqui, feliz da vida, viajei no tempo, mas sonho que um dia nós tenhamos de fato escolas técnicas por todos os Municípios e que os alunos de escolas técnicas estejam, quem sabe, na galeria do amanhã cursando as universidades.

Um abraço a todos.

Estão encerrados os trabalhos da nossa homenagem ao ensino técnico.

(*Levanta-se a sessão às 18 horas e 13 minutos.*)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 218º SESSÃO

EXPEDIENTE

Comunicação



00100.163928/2019-94

00100.163928/2019-94



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador ACIR GURGACZ

À publicação, nos termos do
ATC Nº 16/2009.

Em 18/11/19

José Roberto Leite de Matos
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

Memorando GSAGUR – 048/2019

Brasília, 12 de novembro de 2019.

**A Excelentíssimo Senhor
DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal**

Assunto: Informa novo Escritório de Apoio no Estado

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e, na oportunidade, venho por meio deste, informar que, manterei mais um Escritório de Apoio situado à **Rua Salgado Filho, nº 3286 – Bairro São João Bosco – Porto Velho – Rondônia.**

Segue, anexo, contrato de locação para providências que se fizerem necessárias

Sem mais para o momento, agradeço e aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Senador Acir Gurgacz
PDT - RO

Senado Federal – Praça dos Três Poderes – Ala Senador Tancredo Neves – Gabinete 56 - CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61) 3303-3131



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0AA35F5B00327773.
CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1F9E11740032BF2D.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

Encaminhamento de matéria



Documento recebido para conhecimento da Comissão

O documento seguinte foi recebido pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhado à Comissão competente, que o disponibilizará na respectiva página no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
MSG 573/2019	Encaminha, em cumprimento ao disposto no inciso XL do art. 8º da Lei nº 11.182, de 27 de Setembro de 2005, e no inciso XLI do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 5.731, de 20 de Março de 2006, o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC 2018.	Presidência da República	CI



Matérias recebidas da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 102, DE 2019

Altera o art. 39 da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para restringir o agravo nele previsto a matéria penal ou processual penal.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1707480&filename=PL-102-2019



[Página da matéria](#)

Altera o art. 39 da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para restringir o agravo nele previsto a matéria penal ou processual penal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o art. 39 da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, para restringir o agravo nele previsto a matéria penal ou processual penal.

Art. 2º O art. 39 da Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39. Da decisão do Presidente do Tribunal, de Seção, de Turma ou de Relator que causar gravame à parte, em matéria penal ou processual penal, caberá agravo para o órgão especial, Seção ou Turma, conforme o caso, no prazo de 5 (cinco) dias."(NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.038, de 28 de Maio de 1990 - Lei dos Recursos Extraordinário e Especial -

8038/90

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8038>

- artigo 39



O Projeto de Lei nº 102, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 256, DE 2019

Reconhece as escolas de samba como manifestação da cultura nacional.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1707053&filename=PL-256-2019



[Página da matéria](#)

Reconhece as escolas de samba como manifestação da cultura nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São reconhecidas as escolas de samba - seus desfiles, sua música, suas práticas, suas tradições - como manifestação da cultura nacional.

Art. 2º Compete ao Poder Público garantir a livre atividade das escolas de samba e a realização de seus desfiles carnavalescos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 256, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 943, DE 2019

Reconhece as festas juninas como manifestação da cultura nacional.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)
http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1712713&filename=PL-943-2019



[Página da matéria](#)



Reconhece as festas juninas como manifestação da cultura nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As festas juninas ficam reconhecidas como manifestação da cultura nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 943, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1678, DE 2019

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para aprimorar a técnica de investigação da ação controlada.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1722275&filename=PL-1678-2019



[Página da matéria](#)

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para aprimorar a técnica de investigação da ação controlada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta parágrafos ao art. 8º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, para aprimorar a técnica de investigação da ação controlada.

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

"Art. 8º

.....
§ 5º A ausência de decisão judicial, nos termos do § 1º deste artigo, não torna nula a ação controlada, e a fixação de limites somente passa a vigorar a partir de sua comunicação formal aos responsáveis pela medida investigativa.

§ 6º A ação controlada realizada entre a comunicação à autoridade judicial e a eventual fixação de limites não acarreta, por si só, responsabilidade administrativa ou criminal do encarregado pela medida investigativa." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.850, de 2 de Agosto de 2013 - Lei de Combate ao Crime Organizado (2013);
Lei do Crime Organizado (2013); Lei de Organização Criminosa (2013) - 12850/13
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;12850>

- artigo 8º



O Projeto de Lei nº 1678, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 2721, DE 2019

Institui o Biênio da Primeira Infância do Brasil no período de 2020-2021.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)

- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1743200&filename=PL-2721-2019



[Página da matéria](#)

Institui o Biênio da Primeira Infância do Brasil no período de 2020-2021.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Biênio da Primeira Infância do Brasil no período de 2020 a 2021.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.

Art. 3º O disposto no art. 1º desta Lei visa principalmente, entre outras ações, a permitir iniciativas e ações do poder público em parceria com entidades médicas, universidades, associações e sociedade civil, na organização de palestras, eventos e treinamentos, com o objetivo de informar a sociedade da importância de promover o desenvolvimento infantil nos primeiros anos de vida da criança.

Art. 4º São atividades do Biênio da Primeira Infância do Brasil:

I - seminários com especialistas brasileiros e estrangeiros sobre o tema primeira infância;

II - audiências públicas com famílias e organizações da sociedade civil;

III - publicações sobre boas práticas e sobre outros temas de relevância para as políticas públicas direcionadas à primeira infância;

IV - definição e publicação de parâmetros de atuação intersetorial para a promoção do desenvolvimento da criança na primeira infância;

V - premiação de Estados e Municípios por boas práticas de políticas públicas direcionadas a promover o desenvolvimento infantil;

VI - recomendações ao governo federal de políticas públicas intersetoriais direcionadas à primeira infância.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 2721, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5978, DE 2019

(nº 3.819/2012, na Câmara dos Deputados)

Confere ao Município de Soledade, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional das Pedras Preciosas.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=989476&filename=PL-3819-2012



[Página da matéria](#)

Confere ao Município de Soledade, no Estado do Rio Grande do Sul, o título de Capital Nacional das Pedras Preciosas.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica conferido o título de Capital Nacional das Pedras Preciosas ao Município de Soledade, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 5978, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5979, DE 2019

(nº 6.974/2013, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1214204&filename=PL-6974-2013



[Página da matéria](#)

Altera a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo alterar a Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, que institui o Programa de Cultura do Trabalhador, para incluir os eventos esportivos entre as áreas culturais financiadas pelo vale-cultura.

Art. 2º O § 2º do art. 2º da Lei nº 12.761, de 27 de dezembro de 2012, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

"Art. 2º

.....
§ 2º

.....
VII - eventos esportivos.

....." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 12.761, de 27 de Dezembro de 2012 - LEI-12761-2012-12-27 , LEI DO VALE-CULTURA - 12761/12

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012;12761>

- parágrafo 2º do artigo 2º



O Projeto de Lei nº 5979, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5980, DE 2019

(nº 5.510/2016, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para prever como questão de relevância nacional a candidatura do Brasil para sediar eventos desportivos de grande porte e caráter internacional, cuja realização implique expressivo gasto de recursos públicos, nos termos do regulamento.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1465516&filename=PL-5510-2016



[Página da matéria](#)

Altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para prever como questão de relevância nacional a candidatura do Brasil para sediar eventos desportivos de grande porte e caráter internacional, cuja realização implique expressivo gasto de recursos públicos, nos termos do regulamento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, para prever como questão de relevância nacional a candidatura do Brasil para sediar eventos desportivos de grande porte e caráter internacional, cuja realização implique expressivo gasto de recursos públicos, nos termos do regulamento.

Art. 2º O art. 3º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

"Art. 3º

§ 1º Para os efeitos deste artigo, é considerada questão de relevância nacional a candidatura do Brasil para sediar eventos desportivos de grande porte e caráter internacional, cuja realização implique expressivo gasto de recursos públicos, nos termos do regulamento.

§ 2º Na hipótese do § 1º deste artigo, a consulta ao povo será formulada por meio de plebiscito." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.709, de 18 de Novembro de 1998 - Lei da Soberania Popular - 9709/98
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9709>

- artigo 3º



O Projeto de Lei nº 5980, de 2019, vai às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5982, DE 2019

(nº 8.794/2017, na Câmara dos Deputados)

Institui o dia 19 de dezembro como o Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1606120&filename=PL-8794-2017



[Página da matéria](#)

Institui o dia 19 de dezembro como o Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Aromatologia e da Aromaterapia, a ser celebrado, anualmente, no dia 19 de dezembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 5982, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5983, DE 2019

(nº 1.549/2003, na Câmara dos Deputados)

Regulamenta o exercício profissional de acupuntura.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=150115&filename=PL-1549-2003



[Página da matéria](#)

Regulamenta o exercício profissional de acupuntura.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício profissional de acupuntura no território nacional.

Art. 2º É livre o exercício da acupuntura em todo o território nacional, de acordo com as disposições desta Lei.

Art. 3º Considera-se acupuntura o conjunto de técnicas e terapias que consiste na estimulação de pontos específicos do corpo humano por meio do uso de agulhas apropriadas, bem como a utilização de instrumentos e procedimentos próprios, com a finalidade de manter ou restabelecer o equilíbrio das funções físicas e mentais do corpo humano.

Art. 4º É assegurado o exercício profissional de acupuntura:

I - ao portador de diploma de graduação de nível superior em acupuntura, expedido por instituição de ensino devidamente reconhecida;

II - ao portador de diploma de graduação de nível superior em curso similar ou equivalente no exterior, após a devida validação e registro do diploma nos órgãos competentes;

III - aos profissionais de saúde de nível superior, portadores de título de especialista em acupuntura reconhecido pelos respectivos conselhos federais;

IV - ao portador de diploma de curso técnico em acupuntura expedido por instituição de ensino reconhecida pelo governo; e



V - aos que, embora não diplomados nos termos dos incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo, exerçam as atividades de acupuntura, comprovada e ininterruptamente, há pelo menos 5 (cinco) anos até a data da publicação desta Lei.

Parágrafo único. É assegurado aos profissionais de que tratam os incisos III e IV do *caput* deste artigo o direito de concluir, em prazo regulamentar, os cursos iniciados até a data de entrada em vigor desta Lei.

Art. 5º Compete ao profissional de acupuntura:

I - observar, reconhecer e avaliar os sinais, os sintomas e as síndromes energéticas;

II - consultar, avaliar e tratar os pacientes por meio da acupuntura;

III - organizar e dirigir os serviços de acupuntura em empresas ou instituições;

IV - prestar serviços de auditoria, consultoria e emissão de pareceres sobre a acupuntura;

V - participar no planejamento, na execução e na avaliação da programação de saúde;

VI - participar na elaboração, na execução e na avaliação dos planos assistenciais de saúde;

VII - prevenir e controlar sistematicamente os possíveis danos à clientela decorrentes do tratamento por acupuntura;

VIII - auxiliar na educação, com vistas à melhoria da saúde da população.

Art. 6º É assegurado o direito de utilização de procedimentos isolados e específicos da acupuntura no exercício regular das outras profissões da área de saúde,



conforme previsão legal dos respectivos conselhos profissionais.

Parágrafo único. O profissional de que trata o *caput* deste artigo deverá submeter-se a curso específico, em caráter de extensão, ministrado por instituição de ensino devidamente reconhecida.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 5983, de 2019, vai à Comissão de Assuntos Sociais.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5984, DE 2019

(nº 5.114/2016, na Câmara dos Deputados)

Institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1453189&filename=PL-5114-2016



[Página da matéria](#)

Institui o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 28 de abril como o Dia Nacional da Conscientização sobre a Doença de Fabry.

Parágrafo único. A instituição da data de que trata o *caput* deste artigo visa à realização de ações do poder público em parceria com entidades médicas, universidades, associações e sociedade civil, na forma de eventos, palestras de esclarecimento e treinamentos sobre sinais e sintomas da Doença de Fabry, de modo a ampliar o conhecimento sobre essa doença e antecipar o seu diagnóstico, assim como na forma de debates sobre os impactos gerados na vida de pacientes e familiares, a fim de dar visibilidade à doença para a sociedade.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 5984, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 5985, DE 2019

(nº 8.789/2017, na Câmara dos Deputados)

Institui o dia 15 de setembro como o Dia Nacional do Cliente.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Legislação citada](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1605054&filename=PL-8789-2017



[Página da matéria](#)

Institui o dia 15 de setembro como o Dia Nacional do Cliente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Cliente, a ser celebrado, anualmente, no dia 15 de setembro.

Art. 2º No Dia Nacional do Cliente, órgãos públicos, empresas e entidades civis realizarão atividades com a finalidade de qualificar as relações de consumo, na forma de eventos e promoções, de modo a permitir a interação entre fornecedor e cliente, a enfatizar e a valorizar a fidelidade comercial e a divulgar os preceitos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.078, de 11 de Setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor -
8078/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8078>



O Projeto de Lei nº 5985, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI N° 5986, DE 2019

(nº 5.430/2013, na Câmara dos Deputados)

Institui a Semana de Conscientização, Prevenção e Combate às Verminoses.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1080700&filename=PL-5430-2013



[Página da matéria](#)

Institui a Semana de Conscientização, Prevenção e Combate às Verminoses.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana de Conscientização, Prevenção e Combate às Verminoses na primeira semana de abril de cada ano, sob responsabilidade da União, em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Art. 2º A Semana de Conscientização, Prevenção e Combate às Verminoses tem como objetivos:

I - promover a conscientização e orientação, por meio dos profissionais das equipes de saúde locais, acerca das regras básicas de cuidados de higiene domiciliar e pessoal, com vistas a evitar a contaminação;

II - viabilizar a integração de órgãos e entidades, públicos e privados, relacionados à saúde, à educação e ao meio ambiente, em ações conjuntas em benefício da comunidade;

III - viabilizar aos acadêmicos de diversos cursos de graduação em nível superior a realização de trabalhos de campo perante a comunidade, em conjunto com os voluntários das instituições participantes;

IV - viabilizar a requisição de exames clínicos, por meio dos serviços locais de saúde, que serão realizados na rede pública de saúde, com possibilidade de utilização dos resultados obtidos em levantamentos parasitológicos coletivos, consideradas ainda informações sobre saneamento e condições de vida, como destino do esgoto, disponibilidade de água tratada, destino do lixo, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal



(IDHM), percentual da população e de crianças em condições de pobreza;

V - distribuir vermífugos gratuitamente.

Art. 3º Por ocasião da Semana instituída no art. 1º desta Lei, as instituições de ensino público e privado do ensino fundamental e médio deverão:

I - convidar os pais ou responsáveis pelos alunos a participar da Semana de Conscientização, Prevenção e Combate às Verminoses;

II - ministrar palestras destinadas às crianças, que deverão ser realizadas de forma didática e lúdica e ser de fácil compreensão.

Art. 4º As atividades da Semana de Conscientização, Prevenção e Combate às Verminoses serão amplamente divulgadas pelo órgão responsável da União.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 5986, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5987, DE 2019

(nº 3.665/2015, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre margem de tolerância nas infrações por excesso de velocidade.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1414849&filename=PL-3665-2015



[Página da matéria](#)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre margem de tolerância nas infrações por excesso de velocidade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre margem de tolerância na apuração das infrações por excesso de velocidade.

Art. 2º O art. 218 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 218.

Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo serão aplicadas caso a velocidade medida, já descontado o erro máximo admitido na legislação metrológica em vigor, seja, no mínimo, 10% (dez por cento) superior ao limite de velocidade estabelecido para a via." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, 19 de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>

- artigo 218



O Projeto de Lei nº 5987, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5988, DE 2019

(nº 3.908/2015, na Câmara dos Deputados)

Institui o Dia Nacional do Plantio Direto.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1422830&filename=PL-3908-2015



[Página da matéria](#)

Institui o Dia Nacional do Plantio Direto.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Plantio Direto, a ser comemorado em todo o território nacional, anualmente, no dia 23 de outubro.

Parágrafo único. As comemorações relativas ao Dia Nacional do Plantio Direto dar-se-ão, especialmente, por intermédio de exposições, seminários, aulas, palestras e demais eventos ou ações que contribuam para a divulgação dos princípios, assim como para a universalização da prática do plantio direto.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 5988, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5989, DE 2019

(nº 8.377/2017, na Câmara dos Deputados)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre comprovação de infração.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1597786&filename=PL-8377-2017



[Página da matéria](#)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre comprovação de infração.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o § 5º ao art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre comprovação de infração.

Art. 2º O art. 280 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), passa a vigorar acrescido do seguinte § 5º:

"Art. 280.

.....
§ 5º O órgão competente definirá as infrações para as quais será necessária a comprovação, exclusiva ou complementar à declaração da autoridade de trânsito ou de seu agente, por meio de aparelho eletrônico ou equipamento audiovisual, reações químicas ou qualquer outro meio tecnologicamente disponível." (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>

- artigo 280



O Projeto de Lei nº 5989, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5990, DE 2019

(nº 10.671/2018, na Câmara dos Deputados)

Confere o título de Capital Nacional da Pós-Colheita de Grãos ao Município de Panambi, no Estado do Rio Grande do Sul.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1679133&filename=PL-10671-2018



[Página da matéria](#)

Confere o título de Capital Nacional da Pós-Colheita de Grãos ao Município de Panambi, no Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica conferido o título de Capital Nacional da Pós-Colheita de Grãos ao Município de Panambi, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de novembro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 5990, de 2019, vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 5991, DE 2019

(nº 7.789/2017, na Câmara dos Deputados)

Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de lei da Câmara
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1566542&filename=PL-7789-2017



[Página da matéria](#)

Institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos e dispõe sobre o Programa Computadores para Inclusão, em conformidade com o caput do art. 215 da Constituição Federal, tendo como base a parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no campo da inclusão digital, a fim de ampliar o acesso às tecnologias da informação e comunicação e o seu uso apropriado pela população brasileira.

Art. 2º Fica instituída a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos, com os seguintes objetivos:

I - garantir o pleno exercício do direito ao acesso às tecnologias da informação e comunicação aos cidadãos brasileiros, dispondo-lhes os meios e insumos necessários para produzir, registrar, gerir e difundir conhecimento;

II - contribuir para o descarte de equipamentos e bens de informática da administração pública de maneira correta e sustentável;

III - contribuir para a qualificação profissionalizante da população brasileira, estimulando a criatividade, a inovação, a geração de renda e o empreendedorismo;

IV - fomentar a pesquisa e o desenvolvimento de soluções nacionais nas áreas de ciência, tecnologia e inovação;

V - manter o Programa Computadores para Inclusão para execução das ações desta Política Nacional.

Art. 3º A Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos tem como beneficiária a sociedade e, prioritariamente, os povos, os grupos, as comunidades e as populações em situação de vulnerabilidade social, com reduzido acesso às tecnologias da informação e comunicação, que requeiram o acesso a essas para a garantia de seus direitos humanos, sociais e culturais.

Art. 4º O Programa Computadores para Inclusão compreende os seguintes instrumentos:

I - Centros de Recondicionamento de Computadores (CRC): espaços físicos adaptados para o recondicionamento e reciclagem de equipamentos eletroeletrônicos e para a realização de cursos e oficinas, com vistas à formação cidadã e profissionalizante de jovens em situação de vulnerabilidade social, com foco no recondicionamento de equipamentos de informática usados, de modo a deixá-los em plenas condições de funcionamento para a implantação e manutenção de Pontos de Inclusão Digital;

II - Pontos de Inclusão Digital (PID): espaços físicos que proporcionam acesso público e gratuito às tecnologias da informação e comunicação, com computadores conectados à internet disponíveis para múltiplos usos, inclusive navegação livre e assistida, cursos e outras atividades de promoção do desenvolvimento local em suas diversas dimensões.



§ 1º Os PID e CRC constituem elos entre a sociedade e o Estado, com o objetivo de promover o acesso às tecnologias da informação e comunicação sustentado pelos princípios da autonomia, do protagonismo, da preservação do meio ambiente e da capacitação social das comunidades locais.

§ 2º Os PID e CRC poderão estabelecer parceria e intercâmbio com escolas e instituições da rede de educação básica, do ensino fundamental, médio e superior, do ensino técnico e com entidades de pesquisa e extensão.

Art. 5º Para o recebimento de equipamentos recondicionados pelos CRC, as instituições deverão estar habilitadas no órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Art. 6º Os órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional informarão ao MCTIC, mediante ofício ou meio eletrônico, a existência de microcomputadores de mesa, monitores de vídeo, impressoras e demais equipamentos de informática, eletroeletrônicos, peças-parte ou componentes, classificados como ociosos, recuperáveis, antieconômicos ou irrecuperáveis, disponíveis para reaproveitamento.

§ 1º Os equipamentos hospitalares, radioativos e assemelhados não integram a Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Eletroeletrônicos.

§ 2º As empresas públicas e de economia mista, os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário em todas as esferas, os Governos Estaduais e Municipais e o setor privado, quando optarem pela doação dos bens de que trata o *caput*,



poderão adotar os procedimentos referidos no *caput* deste artigo e firmar Acordo de Cooperação Técnica, quando necessário.

§ 3º O MCTIC, por meio do órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão, indicará a instituição receptora dos bens.

§ 4º Se não ocorrer manifestação por parte do MCTIC no prazo de 30 (trinta) dias, o órgão ou entidade que houver prestado a informação a que se refere o *caput* deste artigo poderá proceder ao desfazimento dos materiais.

Art. 7º Presentes razões de interesse social, a doação poderá ser efetuada pelos órgãos integrantes da administração pública federal direta, pelas autarquias e pelas fundações, após a avaliação de oportunidade e conveniência relativamente à escolha de outra forma de alienação, quando se tratar de material:

I - ocioso, recuperável, antieconômico e irrecuperável, podendo ocorrer em favor dos órgãos e entidades de Estados, Municípios, Distrito Federal, empresas públicas, sociedades de economia mista, instituições filantrópicas, organizações da sociedade civil reconhecidas de utilidade pública federal, estadual ou municipal e organizações da sociedade civil de interesse público;

II - adquirido com recursos de convênio celebrado com Estado, Território, Distrito Federal ou Município e que, a critério do Ministro de Estado, do dirigente da autarquia ou fundação, seja necessário à continuação de programa governamental após a extinção do convênio, podendo ocorrer em favor da respectiva entidade conveniente;



III - destinado à execução descentralizada de programa federal, podendo ocorrer em favor dos órgãos e entidades da administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e dos consórcios intermunicipais, para utilização pelo órgão ou entidade executora do programa, hipótese em que se poderá fazer o tombamento do bem diretamente no patrimônio do donatário, no caso de material permanente, lavrado, em todos os casos, registro no processo administrativo competente.

Art. 8º Com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas integradas, o Programa Computadores para Inclusão abarca ações direcionadas:

I - à educação;

II - aos direitos humanos e à participação social;

III - à cultura e à valorização dos saberes locais;

IV - ao empreendedorismo;

V - à inovação;

VI - à economia criativa e solidária;

VII - ao meio ambiente;

VIII - outras ações que vierem a ser definidas em regulamentação pelo órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão.

Art. 9º Para fins da execução do Programa Computadores para Inclusão, consideram-se objetivos:

I - dos PID:

a) promover o acesso da comunidade às tecnologias da informação e comunicação;

b) estimular o desenvolvimento social e econômico das comunidades;

c) aprimorar a relação entre o cidadão e o poder público, para a construção da cidadania digital e ativa;

d) reduzir a exclusão social e digital, criando oportunidades aos cidadãos;

e) ofertar capacitação profissionalizante da população e educação para a cidadania;

f) promover a consciência ambiental e a sustentabilidade;

g) atender a públicos considerados, pelo MCTIC, prioritários e estratégicos das ações de inclusão digital;

II - dos CRC:

a) captar doações e receber, armazenar, recondicionar e destinar os equipamentos de informática para a revitalização dos PID;

b) separar e preparar para reciclagem ou para descarte ambientalmente adequado equipamentos de informática inservíveis;

c) proporcionar oportunidades de formação profissional, educacional e de trabalho para jovens em situação de vulnerabilidade social e para outros públicos prioritários das ações do Programa Computadores para Inclusão, buscando parcerias para sua inserção no mundo do trabalho;

d) desenvolver atividades educacionais e de sensibilização em temáticas relacionadas à conscientização e gestão ambiental e ao resíduo eletrônico.

Art. 10. Para fins de operacionalização do Programa Computadores para Inclusão e da manutenção dos PID, os CRC funcionarão com as seguintes configurações operacionais:



I - a atividade de formação profissionalizante será desenvolvida por educadores sociais dos CRC e direcionada às tecnologias da informação e comunicação, estimulando a inovação, o empreendedorismo e o desenvolvimento local;

II - a atividade de recondicionamento de computadores consiste no teste e na troca dos componentes quando necessária, na instalação de programas e aplicativos, na limpeza e no teste final;

III - a atividade de descarte dos resíduos eletroeletrônicos contempla a separação por propriedade e a destinação a instituições recicadoras especializadas que apresentem documentação de funcionamento e de destinação final desses resíduos;

IV - os fluxos operacionais serão propostos a partir do manual de gestão dos CRC, a ser disponibilizado pelo órgão gestor do Programa Computadores para Inclusão.

Art. 11. Para fins da Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos, serão reconhecidas como CRC as iniciativas que priorizem:

I - o reúso de computadores e equipamentos de informática recondicionados;

II - o descarte adequado de equipamentos de informática e dos resíduos eletroeletrônicos;

III - o acesso gratuito às tecnologias da informação e comunicação;

IV - o estímulo ao empreendedorismo e à geração de trabalho e renda;



V - a promoção do uso de aplicativos, programas e sistemas operacionais livres e de domínio público;

VI - a valorização da infância, adolescência e juventude por meio do uso das tecnologias da informação e comunicação.

Parágrafo único. É vedada a habilitação como PID e CRC de pessoas físicas e de instituições com fins lucrativos.

Art. 12. A Política Nacional de Desfazimento e Recondicionamento de Equipamentos Eletroeletrônicos é de responsabilidade do MCTIC, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, de outubro de 2019.

RODRIGO MAIA
Presidente



O Projeto de Lei nº 5991, de 2019, vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e de Meio Ambiente.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1024, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar como Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano - Parlatino, na cidade do Panamá, Panamá.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)



[Página da matéria](#)

A publicação,
8 de 18/11/19.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Antonio Anastasia



REQUERIMENTO N° 1024 DE 2019

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, na cidade do Panamá, Panamá, de 11/12/2019 a 13/12/2019, a fim de participar, como Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano - Parlatino, das Reuniões das Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana - EUROLAT.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 11/12/2019 a 15/12/2019, para desempenho desta missão.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 2019.

Senador Antonio Anastasia
Vice-Presidente do Senado Federal

Página: 1/1 12/11/2019 19:07:03

c66192bbd8d05732c7dd35620e406968490841c3





SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 1390 /2019-PRESID

Brasília, 12 de NOVEMBRO de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Antonio Anastasia
 Presidente do Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano e Caribenho

Ref.: Documento nº 00100.161851/2019-18.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação de Vossa Excelência nas Reuniões das Comissões Permanentes da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana - EUROLAT, a serem realizadas entre os dias **11 e 13 de dezembro de 2019**, na Cidade do Panamá, no Panamá, nos termos do Ofício nº 078/2019 - GBPLAC.

Atenciosamente,



Senador Davi Alcolumbre
 Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência
 Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF
 Telefone: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 1024 de 2019.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.

27AEA





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1025, DE 2019

Autorização para desempenho de missão parlamentar, a fim de participar das reuniões das Comissões Permanentes e da LXIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

AUTORIA: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)



[Página da matéria](#)

A publicadas.
Em 18/11/19.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Rodrigo Cunha

REQUERIMENTO N° 1025 DE 2019



Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, em face do que dispõe o art. 55, III, da Constituição Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o Senado Federal, em Montevidéu, Uruguai, de 10/11/2019 a 12/11/2019, a fim de participar das reuniões das Comissões Permanentes e da LXIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul.

Comunico, nos termos do art. 39, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estarei ausente do País de 10/11/2019 a 12/11/2019, para desempenho desta missão.

Página: 1/1 05/11/2019 17:47:43

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2019.

Senador Rodrigo Cunha

809act1684fc973dcd645c2fd5814b581c1eb761

Recebido em 18/11/19
Hora 10:23
Paula Póvoa Dantas - Mat. 256149



Página 2 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 1025 de 2019.



SENADO FEDERAL
Presidência

OFÍCIO Nº 1383 /2019/PRESID

Brasília, 12 de novembro de 2019.

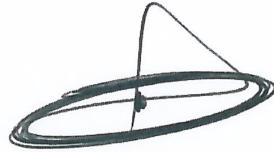
A Sua Senhoria o Senhor
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ref.: Documento nº 00100.150958/2019-31.

Senhor Secretário-Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, autorizo a participação do Senador **Rodrigo Cunha** nas Reuniões de Comissões Permanentes, da Mesa Diretora e na LXIX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, a serem realizadas nos dias **10 e 11 de novembro de 2019**, na cidade de Montevidéu, no Uruguai, nos termos do Ofício P/090/2019, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

Atenciosamente,



Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal



Senado Federal – Presidência

Praça dos Três Poderes - Edifício Principal - 70.165-900 Brasília/DF

Telefones: +55 (61) 3303-3000 a 3009 - presidente@senado.leg.br - <http://www.senado.leg.br>



Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 1025 de 2019.

27AEE.

CONSULTE EM <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx>.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
PODEMOS - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelson Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PATRIOTA / PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3

PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 11

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Juíza Selma.	MT
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 11

PSDB-8 / PSL-3

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	11
PODEMOS.	11
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juíza Selma** (PODEMOS-MT)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2022



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 20 Líder Esperidião Amin - PP (29) Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (8,28,36) Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44) Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (11) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (10) Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (12)	Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 11 Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45) Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (20) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,39) Rodrigo Cunha (32,45) Líder do PSL - 3 Major Olímpio (5) Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (54)	Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA/PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12 Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (23) Líder do PATRIOTA - 0 Líder do PDT - 4 Weverton (9) Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (2) Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42) Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (19) Vice-Líder do REDE Fabiano Contarato (55) Líder do PSB - 2 Leila Barros (52)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Paulo Rocha - PT (37) Vice-Líder Zenaide Maia (14,30) Líder do PT - 6 Humberto Costa (13,22) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (34) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (21) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (14,30)	Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PL (15) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (7,17) Jorginho Mello (1,16) Zequinha Marinho (18,31) Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (7,17) Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43) Líder do PL - 2 Jorginho Mello (1,16) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (18,31)	PSD - 9 Líder Otto Alencar - PSD (3) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
PODEMOS - 11 Líder Alvaro Dias - PODEMOS (6) Vice-Líderes Eduardo Girão (24,46) Oriovisto Guimarães (25,48) Rose de Freitas (26,47)	Maoria Líder Eduardo Braga - MDB (8,28,36)	Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (35) Vice-Líderes Eduardo Gomes (41,53) Elmano Férrer (38) Izalci Lucas (33,39) Chico Rodrigues (40)
Minoria Líder Randolfe Rodrigues - REDE (19)		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
4. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDSPB).
5. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLDPSL).



6. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
7. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
10. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
11. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
14. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaida Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
15. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
19. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
20. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
22. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
23. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Orio visto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
26. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
29. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaida Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT).
35. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
36. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, o Senador Orio visto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSJKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSJKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
54. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLIDPSL).
55. Em 23.10.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado vice-líder da REDE (Of. 48/2019/GLREDE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	



**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR AS AÇÕES
DE ENFRENTAMENTO ÀS MANCHAS DE ÓLEO NO LITORAL BRASILEIRO.**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as ações de enfrentamento às manchas de óleo no litoral brasileiro e seus desdobramentos.

RQS nº 959, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽³⁾

Instalação: 05/11/2019

Prazo final: 10/06/2020

MEMBROS

Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (1)

Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (1)

Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)

Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)

Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (1)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (1)

Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (1)

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (2)

Notas:

1. Em 22.10.2019, os Senadores Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Humberto Costa, Styvenson Valentim, Jaques Wagner, Fernando Bezerra Coelho, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares, para compor a comissão (RQS nº959/2019-CTEOLEO).
2. Em 29.10.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, para compor a comissão, conforme aprovação do Requerimento nº 977, de 2019.
3. Em 05.11.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jean Paul Prates, o Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CTEOLEO).



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 22/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 06/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 13/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO 487, de 2013

PRAZOS

Apresentação de Emendas a Projeto de Código : 2019-09-26 a 2019-11-26T23:59:59.000000 (Art. 374, III, do RISF)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



5) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (8)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
8. Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
9. Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019



2) CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 07/11/2019



3)CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (8,28,31)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Otto Alencar (2,26)
Senador Carlos Viana (2,25)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Ângelo Coronel (2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovaldo Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. nº 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
31. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE).

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. VAGO (8,20)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (7,23)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6)
Senador Romário (PODEMOS-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (6)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15,23)	4. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (24)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. VAGO (2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).
23. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLDPSL).
24. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)	5. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14,46)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13,46)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,18,45)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Ângelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
46. Em 25.09.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Oficio nº 91/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TG) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (24)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (22)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. VAGO (3,21)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Irajá (1,23)	2. VAGO (1,25)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Carlos Viana (1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (18)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (20)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permudam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
24. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
25. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (20)	4. VAGO (20,23)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. VAGO (19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2,22)	1. Senador Carlos Viana (2,22)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
23. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valentim e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)
2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valentim como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (28)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (25)	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7)	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (6,27)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) (7)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8,26)	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (8)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (11,27)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (12,26)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,29)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (24)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (22)	2.

Notas:

- * . A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº 20/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, os Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-GLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
25. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
26. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
27. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLDPSL).
28. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
29. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (1)	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (1)	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) (2)

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzer Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (10)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (10)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (14)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (13)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,17,21)	1. VAGO (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (23)	
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val (20,26)	1. Senador Romário (20,26)

Notas:

- *. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- 8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- 9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC)⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
 2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
- *. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (8)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)
Senador Eduardo Gomes (MDB-T0) (8)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (15)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (10)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (11)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) (3)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-T0) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valentim (19)	1. Senador Orio visto Guimarães (19)
Senador Elmano Férrer (19)	2. Senador Lasier Martins (19)

Notas:

7. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).
6. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegera o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,11)
VAGO (5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (16)
	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (22)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (7)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,18,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	3. Senador Weverton (PDT-MA) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (6)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Omar Aziz (2)	2. Senador Otto Alencar (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2.
PODEMOS (19)	
Senador Elmano Férrer (20)	1. Senador Styvenson Valentim (20)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
23. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1,20,21)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (10)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (10)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (10)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (10)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) (20)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (21)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (24)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Oriovisto Guimarães (19)	1. Senador Styvenson Valentim (19)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
12. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).	



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
24. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- 13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano

Telefone(s): 61 3303-4488

E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,12)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,23)
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Reguffe ^(19,24)	1. Senador Styvenson Valentim ^(19,20,25)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
7. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
8. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	
9. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).	
10. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).	
11. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).	



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Orio Visto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Orio Visto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
24. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
25. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,3)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR (Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO ⁽¹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽²⁾	1.
Senador Major Olímpio (PSL-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

